

Demonstrações Contábeis Societárias

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	392.633	1.485.637
Títulos e valores mobiliários	6	280.634	199.364
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	2.302.250	2.599.803
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	464.728	416.772
Outros tributos a compensar	8	187.508	160.874
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	850.092	1.044.385
Derivativos	31	165.731	6.202
Ativo financeiro setorial	9	-	145.073
Estoques		19.090	14.957
Outros ativos	12	582.995	588.394
Total do circulante		5.245.661	6.661.460
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	78.397	71.285
Depósitos judiciais	20	50.835	116.431
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	198.953	2.101
Outros tributos a compensar	8	225.593	261.015
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	1.614.292	1.867.547
Ativo financeiro setorial	9	-	53.791
Derivativos	31	-	99.865
Ativo financeiro da concessão	11	10.688.700	9.148.138
Outros ativos	12	23.482	37.481
Ativo contratual	13	1.639.665	1.056.325
Intangível	14	1.363.396	1.634.791
Total do não circulante		15.883.313	14.348.770
Total do ativo		21.128.975	21.010.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	15	1.660.673	1.583.128
Empréstimos e financiamentos	16	917.994	1.149.812
Debêntures	17	392.430	279.250
Entidade de previdência privada	18	231.469	429.799
Taxas regulamentares		13.310	53.909
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	13.674	193.225
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	443.106	599.639
Dividendo e juros sobre capital próprio	28	311.209	35.360
Obrigações estimadas com pessoal		61.004	56.569
Passivo financeiro setorial	9	528.869	196.518
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	622.472	1.016.667
Outras contas a pagar	21	707.187	569.408
Total do circulante		5.903.396	6.163.285
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	2.585.702	3.112.185
Debêntures	17	5.259.034	4.851.484
Entidade de previdência privada	18	82.549	696.556
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	12.408	44.502
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	992.608	925.899
Débitos fiscais diferidos	10	641.528	245.978
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	317.795	291.777
Derivativos	31	128.907	258.734
Passivo financeiro setorial	9	412.512	168.712
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	1.688.921	1.990.792
Outras contas a pagar	21	48.505	31.117
Total do não circulante		12.170.469	12.617.737
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		1.395.747	1.378.272
Reserva de capital		56.868	74.343
Reserva legal		279.148	275.653
Reserva de lucros a realizar		1.043.738	755.233
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		1.021.842	655.724
Dividendo		388.791	445.406
Resultado abrangente acumulado		(1.131.026)	(1.355.427)
Total do patrimônio líquido		3.055.109	2.229.206
Total do passivo e do patrimônio líquido		21.128.975	21.010.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	24	15.507.463	14.826.825
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	25	(8.499.809)	(8.158.621)
Custo com operação		(1.123.366)	(1.113.429)
Amortização		(415.825)	(370.288)
Outros custos com operação	26	(707.541)	(743.141)
Custo do serviço prestado a terceiros	26	(1.914.516)	(1.580.453)
Lucro operacional bruto		3.969.771	3.974.323
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(429.447)	(369.451)
Amortização		(2.401)	(2.296)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(194.828)	(137.176)
Outras despesas com vendas	26	(232.219)	(229.979)
Despesas gerais e administrativas		(514.679)	(499.301)
Amortização		(41.292)	(48.668)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(473.387)	(450.632)
Outras despesas operacionais		(51.174)	(51.683)
Outras despesas operacionais	26	(51.174)	(51.683)
Resultado do serviço		2.974.470	3.053.889
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		635.518	832.285
Despesas financeiras		(1.522.021)	(1.593.826)
		(886.502)	(761.541)
Lucro antes dos tributos		2.087.968	2.292.348
Contribuição social	10	(178.264)	(200.584)
Imposto de renda	10	(487.292)	(547.316)
		(665.556)	(747.901)
Lucro líquido do exercício		1.422.412	1.544.447
 Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	 23	 1,62	 1,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	1.422.412	1.544.447
Outros resultados abrangentes	224.401	(74.687)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	224.401	(74.222)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	(465)
Resultado abrangente do exercício	<u>1.646.812</u>	<u>1.469.760</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.360.797	91.818	272.158	264.972	484.672	-	(1.280.740)	-	1.193.678
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.544.447	1.544.447
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(74.222)	-	(74.222)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(465)	-	(465)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	3.495	-	-	-	-	(3.495)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	270.562	-	-	(270.562)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	655.724	-	-	-	(655.724)	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo intermediário - AGE 20/06/2023	-	-	-	(264.972)	-	-	-	-	(264.972)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	445.406	-	(445.406)	-
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2023, 30/06/2023, 29/09/2023 e 29/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	(169.260)	(169.260)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.378.272	74.343	275.653	655.724	755.233	445.406	(1.355.427)	-	2.229.206
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.422.412	1.422.412
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	224.401	-	224.401
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	3.495	-	-	-	-	(3.495)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	288.504	-	-	(288.504)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	366.118	-	-	-	(366.118)	-
Transações de capital com os acionistas									
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(445.406)	-	-	(445.406)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	388.791	-	(388.791)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(237.004)	(237.004)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2024; AGE de 30/09/2024 e AGE de 30/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	(138.500)	(138.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.395.747	56.868	279.148	1.021.842	1.043.738	388.791	(1.131.026)	-	3.055.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos tributos	2.087.968	2.292.348
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	459.518	421.252
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	69.810	135.593
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	194.828	137.176
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	747.668	644.937
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	56.944	89.664
Perda (ganho) na baixa de não circulante	45.663	46.410
	3.662.399	3.767.380
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	93.612	(741.506)
Tributos a compensar	413.664	1.309.938
Depósitos judiciais	71.553	1.467
Ativo financeiro setorial	158.329	59.854
Contas a receber - CDE	(82.385)	(103.808)
Outros ativos operacionais	200.993	33.910
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	77.545	181.924
Outros tributos e contribuições sociais	309.630	258.573
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(348.863)	(431.960)
Taxas regulamentares	(40.599)	23.562
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(71.923)	(73.470)
Passivo financeiro setorial	(196.651)	(767.210)
Outros passivos operacionais	(35.277)	(142.069)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	4.212.027	3.376.586
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(913.977)	(702.941)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.279.041)	(508.954)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.019.009	2.164.691
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(6.010.348)	(616.575)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	5.962.096	1.013.938
Adições de ativo contratual	(1.900.270)	(1.551.792)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(1.948.522)	(1.154.429)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	1.763.127	1.851.000
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(2.225.446)	(2.045.451)
Liquidação de operações com derivativos	(176.886)	(39.842)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(524.286)	(541.640)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(1.163.491)	(775.933)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.093.004)	234.329
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.485.637	1.251.307
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	392.633	1.485.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
1 - Receita	23.464.881	22.337.605
1.1 Receita de venda de energia e serviços	21.748.342	20.896.984
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	1.911.367	1.577.798
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(194.828)	(137.176)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(12.295.635)	(11.724.238)
2.1 Custo com energia elétrica	(9.487.157)	(9.128.707)
2.2 Material	(1.218.256)	(1.068.942)
2.3 Serviços de terceiros	(1.203.143)	(1.020.736)
2.4 Outros	(387.079)	(505.852)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	11.169.246	10.613.368
4 - Retenções	(462.014)	(422.755)
4.1 Amortização	(462.014)	(422.755)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	10.707.232	10.190.613
6 - Valor adicionado recebido em transferência	646.478	856.276
6.1 Receitas financeiras	646.478	856.276
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	11.353.710	11.046.889
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	625.763	627.058
8.1.1 Remuneração direta	325.719	307.901
8.1.2 Benefícios	264.392	294.484
8.1.3 F.G.T.S	35.652	24.674
8.2 Impostos, taxas e contribuições	7.764.056	7.265.618
8.2.1 Federais	4.408.000	4.510.550
8.2.2 Estaduais	3.345.200	2.743.474
8.2.3 Municipais	10.856	11.594
8.3 Remuneração de capital de terceiros	1.541.479	1.609.766
8.3.1 Juros	1.539.692	1.608.610
8.3.2 Aluguéis	1.787	1.156
8.4 Remuneração de capital próprio	1.422.412	1.544.447
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	138.500	169.260
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	625.795	445.406
8.4.3 Lucros retidos	658.117	929.781
	11.353.710	11.046.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2023, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2024, a CPFL Paulista cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de seus 5,1 milhões de clientes, em 234 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 1,0% em relação ao exercício de 2023, com destaque para a classe residencial, que registrou um crescimento de 6,8%.

A CPFL Paulista, em 2024, foi eleita vencedora pelo Prêmio Abradee, na categoria Responsabilidade Socioambiental, além de conquistar a 2ª posição nas categorias Nacional e Sudeste, para as empresas com mais de 500 mil consumidores.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2024 começou sob a perspectiva de que a inflação nos EUA iria convergir à meta de forma mais rápida. Esta expectativa foi frustrada no primeiro semestre, pela manutenção da robustez no mercado de trabalho e números menos favoráveis de inflação. Dados mais enfraquecidos de emprego e inflação a partir de julho levaram o FED a cortar os juros para 4,25%-4,50% ao ano no encerramento de 2024.

No entanto, a partir de meados de outubro, o candidato Donald Trump passou a ser considerado favorito para vencer as eleições dos Estados Unidos, com promessas de campanha com potenciais tendências inflacionárias. Esse fator, combinado à divulgação de dados econômicos que mostraram que a desaceleração da atividade e da inflação estava ocorrendo de forma mais lenta, instigou cautela nas decisões do FED a respeito do prosseguimento do ciclo de cortes de juros. Assim, reduziram-se as expectativas para cortes de juros em 2025, contribuindo para o fortalecimento do dólar, que também tem se beneficiado pelo crescimento mais forte da economia norte-americana.

No Brasil, o ano de 2024 foi marcado por surpresas positivas no ritmo de crescimento da atividade econômica.

Apesar da queda da safra de grãos em relação a 2023 (que havia sido recorde), causada por fatores climáticos, o crescimento mais forte decorreu de uma combinação de: (i) pagamento extraordinário de precatórios, de cerca de R\$ 90 bilhões ao final de 2023; (ii) reforço de caixa de governos regionais em 2023, abrindo espaço para ampliação dos gastos em 2024, ano de eleições municipais; (iii) continuidade do bom momento do mercado de trabalho, reforçado pela dinâmica benigna da construção civil; e (iv) melhora do mercado de crédito.

Começando pelo último fator: o mercado de crédito se beneficiou da redução da taxa básica de juros (a Selic) iniciada em 2023 e que se estendeu para o primeiro semestre de 2024; o crédito não-bancário também teve um bom ano, estimulado pela emissão de debêntures. O crédito às famílias ainda colheu os benefícios do programa Desenrola, ocorrido ao final de 2023.

A massa de renda ampliada sustentou alta de cerca de 7% em termos reais em 2024, mesmo após dois anos de expansão substancial em 2022 e 2023. Parte deste aumento refletiu a ampliação da ocupação, mas o rendimento médio real dos trabalhadores também cresceu com força, fomentado tanto pela alta real do salário-mínimo como pela taxa de desemprego historicamente baixa (e abaixo da taxa de desemprego neutra). O emprego formal também se expandiu ao longo do ano, encerrando 2024 com uma criação líquida de vagas em torno de 1,4 milhão.

Entre os estímulos fiscais, vale notar que o pagamento de precatórios da ordem de R\$ 90 bilhões ao final de 2023 significou uma injeção de recursos de cerca de 0,8% do PIB na economia. Além disso, os gastos dos governos regionais, em ano de eleições municipais, em conjunto com a retomada do programa “Minha Casa, Minha Vida”, ajudaram a turbinar o setor de construção civil. O governo federal também direcionou cerca de 0,2% do PIB em recursos para o Rio Grande do Sul, após a tragédia climática que acometeu o estado. Apesar das perdas significativas, os esforços de reconstrução acabaram por reforçar a expansão do setor de construção, bem como da indústria de bens de consumo (especialmente duráveis).

A evolução das contas do governo foi tema central durante o ano. Iniciativas de utilização de fundos públicos para execução de programas (com menor transparência), declarações desfavoráveis ao ajuste das contas e o anúncio do pacote fiscal em novembro, que veio acompanhado de anúncio de aumento da faixa de isenção da cobrança de imposto sobre a renda, aumentaram a desconfiança dos mercados em relação ao comprometimento do governo com a estabilidade das contas públicas. Com isso, as taxas de juros de prazo mais longo acentuaram a tendência de alta e o câmbio disparou.

O real se depreciou fortemente em 2024, em parte pelo cenário externo mais conturbado, em face do aumento de incertezas, acompanhando um movimento que ocorreu com diversas outras moedas de países em desenvolvimento e exportadores de *commodities*. Não obstante, cerca de metade da depreciação deveu-se à piora de percepção do quadro fiscal doméstico, pois a depreciação do real foi quase o dobro da verificada por uma cesta de moedas comparativa.

A depreciação do câmbio, bem como as condições climáticas menos favoráveis, exerceu relevante pressão sobre a inflação. O mercado de trabalho aquecido acabou se refletindo também na formação de preços mais sensíveis à atividade econômica, como os serviços. Com isso, a inflação encerrou o ano mais uma vez acima do teto da meta, de 4,5%.

As expectativas de inflação seguiram trajetória de descolamento das metas ao longo do ano. Nesse contexto, o Copom suspendeu o ciclo de cortes da Selic antes do que se imaginava, quando a Selic estava em 10,50% ao ano. Em setembro, o Copom retomou a elevação da Selic, que encerrou o ano de 2024 em 12,25% (11,75% em 2023).

Assim, apesar do bom desempenho da atividade econômica e do mercado de trabalho em 2024, a piora do quadro externo e fiscal doméstico resultou em condições financeiras mais adversas, com depreciação do câmbio, alta da inflação e das taxas de juros.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2024:

Em 02 de abril de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.314, a ANEEL homologou o resultado da Reajuste Tarifário Anual da CPFL Paulista, em vigor desde 8 de abril de 2024, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em 1,46%, sendo 2,03% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e -0,57% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 3,96% e da Parcela B de -1,93%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 1,46%, sendo de 0,80%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 1,77%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

3. Desempenho operacional

Clientes: a CPFL Paulista encerrou o ano com 5,1 milhões de clientes, com acréscimo de 101 mil consumidores, representando um crescimento de 2,0%.

Vendas de energia

Em 2024, as vendas para o mercado cativo totalizaram 19.925 GWh, apresentando um crescimento de 1,0% em comparação a 2023.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2024 foi de 57,1% para a classe residencial, 16,9% para a classe comercial e 6,2% para a classe industrial. Para essas classes de consumo, destaca-se:

- Classe Residencial: crescimento de 6,8% devido à melhora da massa de renda e temperaturas mais altas registradas em 2024 em comparação a 2023;
- Classes Comercial e Industrial: retrações de 6,2% e 26,4%, respectivamente, devido ao incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e à migração de clientes cativos para o mercado livre.

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a energia vendida por meio da tarifa de uso (Uso D) das permissionárias que se tornaram parcialmente livres ao longo de 2023 e 2024, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a CPFL Paulista obteve em 2024 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 80,1 na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, um aumento de 1,9 pontos (2,5%) em relação ao resultado de 2023 e melhor resultado da empresa desde 2020, o que manteve a empresa na 6ª posição no *ranking* nacional da categoria, e acima da média nacional, que foi de 68,9 pontos.

Fornecimento de energia: a CPFL Paulista desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de

inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2024, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,78 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 3,01 vezes, entre os menores do setor.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 23.660 milhões em 2024, representando um crescimento de 5,3% (R\$ 1.185 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de 5,3% (R\$ 826 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (ii) de 16,3% (R\$ 451 milhões) na receita de disponibilidade da rede elétrica – TUSD; (iii) de 21,1% (R\$ 334 milhões) na receita com construção de infraestrutura; (iv) de 23,1% (R\$ 254 milhões) em outras receitas; e (v) de 6,6% (R\$ 27 milhões) de atualização do ativo financeiro da concessão; parcialmente compensados pelas seguintes reduções: (vi) de R\$ 625 milhões no ativo e passivo financeiro setorial, passando de um ativo de R\$ 749 milhões para um ativo de R\$ 124 milhões; e (vii) de 38,3% (R\$ 81 milhões) no suprimento de energia elétrica.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 8.152 milhões em 2024, representando um aumento de 6,6% (R\$ 504 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 15.507 milhões em 2024, representando um aumento de 4,6% (R\$ 681 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2024, o EBITDA foi de R\$ 3.434 milhões, representando uma redução de 1,2% (R\$ 41 milhões), devido aos seguintes aumentos: (i) de 4,2% (R\$ 341 milhões) nos custos com energia elétrica; (ii) de 21,1% (R\$ 334 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; e (iii) de 2,9% (R\$ 47 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 1,6% (R\$ 9 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Redução de 7,8% (R\$ 8 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 7,8% (R\$ 40 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 10,8% (R\$ 39 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Redução de 36,5% (R\$ 33 milhões) em entidade de previdência privada.

Essa variação foi parcialmente compensada pelo aumento de 4,6% (R\$ 681 milhões) na receita operacional líquida.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2024	2023
Lucro Líquido	1.422.412	1.544.447
Amortização	459.518	421.252
Resultado Financeiro	886.502	761.541
Contribuição Social	178.264	200.584
Imposto de Renda	487.292	547.316
EBITDA	3.433.988	3.475.141

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido: a CPFL Paulista apurou lucro líquido de R\$ 1.422 milhões em 2024, representando uma redução de 7,9% (R\$ 122 milhões), refletindo principalmente a redução de 1,2% no EBITDA (R\$ 41 milhões), além dos aumentos (i) de 16,4% (R\$ 125 milhões) nas despesas financeiras líquidas, e (ii) de 9,1% (R\$ 38 milhões) em amortização. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução de 11,0% (R\$ 82 milhões) no imposto de renda e contribuição social.

Endividamento: no final de 2024, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Paulista atingiu R\$ 9.118 milhões, representando uma redução de 4,5%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 1.900 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Paulista desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra atualmente em 24 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo sido revisado os compromissos 4, 11, 17, 22, 23 e adicionado o 24, em janeiro de 2025. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Plano ESG 2030.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: **(i)** desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; **(ii)** treinamentos, ações de

comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; **(iii)** apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, **(iv)** monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente e um processo robusto de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2024, temos como principal destaque a ampliação do escopo da certificação ISO 37001 para Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção, o que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Tivemos ainda a atualização da matriz de riscos de Compliance, aplicação da segunda edição da pesquisa de maturidade do programa de integridade, desenvolvemos e implementamos o procedimento de doações e atualizamos e robustecemos o procedimento de conflito de interesses. O Programa contou ainda com um robusto plano de treinamentos para 2024 atingindo principalmente o público operacional, bem como treinamentos conduzidos em parceria com CPFL+Diversa e CIPA. Em 2024 tivemos a celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Santos/SP, com a presença do jornalista esportivo Felipe Andreoli e um treinamento focado para liderança ministrado pelo professor doutor Alexandre Di Micelli. Contamos também com o lançamento da campanha de comunicação "integridade é prioridade" e 12 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas "Política Anticorrupção", "Assédio moral e tratamento desrespeitoso", "Assédio sexual e importunação sexual", e "Relacionamento com agentes público e boas práticas em ano eleitoral", além de apurações de denúncias, avaliações de riscos e emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Paulista atua, em 2024 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte, por meio de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando 7.183 crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando mais de 420 mil pessoas; **(iii) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente impactou 835 mil espectadores; **(iv) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, beneficiando mais de 9,5 mil espectadores; **(v) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional):** realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Ribeirão Preto. Ao todo, ao longo de 2024, foram 153 exibições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no Youtube e 23 milhões de visualizações em ações digitais; e **(vi) Eficiência energética (0,5% da ROL):** em 2024 foram investidos R\$ 25,1 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: (a) R\$ 6,4 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 796 clientes; substituição de 9.298 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED), totalizando 3.121 famílias beneficiadas. Foram investidos também, (b) R\$ 575,7 mil em projetos educacionais, com foco na Olimpíada Nacional de Eficiência Energética, que beneficiou 8.680 alunos do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica. Tivemos ainda, (c) cerca de R\$ 4,1 milhões investidos em prédios públicos que proporcionaram a substituição de 1.823 pontos de Iluminação por LED; 119 KWp instalados em sistemas fotovoltaicos e 3.833 pontos de iluminação pública. Por fim, (d) investimento de R\$ 14,1 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando 3.406 KWp instalados Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a substituição de lâmpadas por LED em 12 hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão.

Gestão de Recursos Humanos: em 2024, treinamos 4.083 colaboradores. Foram 110 mil horas treinadas. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com escolas para formação de eletricitas ao longo do ano: foram 14 turmas, 228 participantes, 183 aprovados, 118 contratados e 3 em processo de admissão.

Rede de Valor: em 2024, foram realizados 2 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 121 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Macroeconômico, Planejamento Estratégico CPFL, Plano ESG 2030, Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos, Diversidade e Inclusão e Segurança do Trabalho.

7. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela CPFL Paulista para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
Revisão da ECD Contábil do ano calendário
Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Instrução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Paulista agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2024. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração.

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcília - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 5,1 milhões de consumidores.

1.1 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, o capital circulante líquido negativo de R\$ 657.735, sendo que, caso necessário, potenciais aprovações de financiamento serão realizadas. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

1.2 Renovações de concessões de distribuição de energia elétrica no Brasil

Em 16 de outubro de 2024 a ANEEL realizou abertura da Consulta Pública nº 027/2024, com o objetivo de apresentar e colher contribuições acerca da proposta de minuta do Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica vencidos entre 2025 e 2031, nos termos do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. A Companhia enviou, tempestivamente, suas contribuições à ANEEL com sugestões de aprimoramento da minuta ora proposta. A Administração está aguardando finalização das análises da ANEEL e homologação da versão final do referido Termo Aditivo para avaliar os termos propostos. Não há impactos relacionados a este assunto para essas demonstrações financeiras.

1.3 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Iniciativas específicas:

A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather*

Translator System (WeTS), além de projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia.

Gestão de crises

O Grupo CPFL possui um documento que tem como objetivo estabelecer e regulamentar as principais diretrizes de gestão de crise, incluindo o acionamento do Grupo de Crise, papéis e responsabilidades das partes envolvidas, bem como avaliação da ocorrência e classificação de sua gravidade. Este grupo é responsável pela avaliação dos eventos anormais (“ocorrências”), monitoramento de fatores de risco e gestão das ações endereçadas para situações de crise. A composição é feita por membros permanentes e ad hoc que compõem os times estratégico e de apoio técnico-operacional. Os membros ad hoc e demais áreas acessórias poderão ser acionadas pontualmente para compor o Grupo, de acordo com a natureza e criticidade do evento.

O primeiro passo para gerenciar a ocorrência é classificar sua natureza e, se caracterizado como crise, o seu nível de gravidade. Ou seja, entender qual é a intensidade com que as consequências e a repercussão dos fatos podem atingir a Companhia e, por fim, os públicos de seu relacionamento.

Para determinar o nível de gravidade, são analisadas as características da ocorrência, considerando o impacto nas pessoas, nas comunidades, no meio ambiente, na área financeira, na segurança patrimonial e nas operações da Companhia.

Para todos os casos, considera-se também a abrangência da repercussão da ocorrência na opinião pública e stakeholders, o que inclui os veículos de comunicação conhecidos: jornais, revistas, rádios, televisões, portais de internet, agências de notícias, blogs, redes sociais e outros.

A extensão da ocorrência e a sua gravidade devem também ser avaliadas, considerando a abrangência do assunto do ponto de vista de localização geográfica. Pela complexidade das operações da CPFL, as emergências ou crises podem ter diferentes níveis de abrangência.

Além das respostas técnicas, a CPFL se mobiliza para oferecer suporte tanto às comunidades afetadas quanto aos seus colaboradores, podendo incluir doações de suprimentos e recursos financeiros, dentre outras ações.

Por exemplo, no evento climático extremo ocorrido recentemente no Rio Grande do Sul, a CPFL implementou medidas em colaboração com outras instituições para a reconstrução das áreas afetadas e restauração de serviços essenciais. Essas ações refletem o compromisso da CPFL com a mitigação de crises, resiliência frente a desastres e o apoio contínuo às comunidades impactadas, garantindo que as operações da Companhia voltem à normalidade de forma eficiente.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpfl.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 14 de fevereiro de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Débitos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 14 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 18 – Entidade de previdência privada: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 19 – Impostos, taxas e contribuições a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e;
- Nota 31 – Instrumentos financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente

os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado, e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 24).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis, tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- ii. Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.9 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação do serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.12 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários - nota 24.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.14 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.15 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia adotou as alterações ao CPC 26, referentes à Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes. As alterações visam esclarecer que a classificação de passivos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) só será afetada quando o atingimento desses índices for exigido até a data do balanço.

Além disso, a Companhia levou em consideração as modificações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações, que esclarecem as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigem divulgações adicionais sobre tais acordos. Os requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a entender os impactos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez da entidade.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A.– Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de

revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos bancários	88.228	116.926
Aplicações financeiras	<u>304.405</u>	<u>1.368.710</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	7.510	9.644
Títulos de crédito privado (b)	284.550	1.173.907
Fundos de investimento (c)	<u>12.345</u>	<u>185.159</u>
Total	<u>392.633</u>	<u>1.485.637</u>

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e remuneração de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (15% do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) (CDBs) no montante de R\$ 2.474 (R\$ 1.123.967 em 31 de dezembro de 2023) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 282.076 (R\$ 49.940 em 31 de dezembro de 2023), todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,84% do CDI (102,07% do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média 99,50% do CDI (98,45% do CDI em 31 de dezembro de 2023), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDBs e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Através de fundos de investimentos (a)	158.260	199.364
Aplicação direta (b)	<u>122.374</u>	<u>-</u>
Total	<u>280.634</u>	<u>199.364</u>

- (a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, no montante de R\$ 158.260 (R\$ 199.364 em 31 de dezembro de 2023), cuja remuneração equivalente, na média de 99,50% do CDI (98,45% do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- (b) Representa principalmente títulos sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate sem perda significativa de valor, com remuneração equivalente de 102,43% do CDI.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Circulante	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2024	31/12/2023
Classes de consumidores					
Residencial	536.368	434.050	75.236	1.045.654	1.104.390
Industrial	43.759	29.047	35.714	108.520	106.747
Comercial	121.679	58.840	14.213	194.733	202.958
Rural	37.474	16.263	4.724	58.461	58.466
Poder público	55.595	14.603	4.980	75.179	71.193
Iluminação pública	66.243	3.291	2.445	71.979	76.924
Serviço público	52.425	17.776	20.643	90.844	69.849
Faturado	913.544	573.870	157.954	1.645.369	1.690.527
Não faturado	684.284	-	-	684.284	935.894
Parcelamento de débito de consumidores	98.213	26.468	26.995	151.676	152.349
Operações realizadas na CCEE	25.420	-	-	25.420	5.416
Concessionárias e permissionárias	4.850	-	-	4.850	3.374
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(4.361)	-	-	(4.361)	(4.595)
Outros	43	-	-	43	14
	1.721.994	600.338	184.950	2.507.282	2.782.978
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(205.032)	(183.175)
Total				2.302.250	2.599.803
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	78.397	-	-	78.397	71.285
Total	78.397	-	-	78.397	71.285

Parcelamento de débitos de consumidores – refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31(f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2022	(200.272)	(8.802)	(209.074)
Provisão revertida (constituída) liquida	(208.965)	220	(208.745)
Recuperação de receita	71.569	-	71.569
Baixa de contas a receber provisionadas	154.493	-	154.493
Saldo em 31/12/2023	(183.175)	(8.582)	(191.757)
Provisão revertida (constituída) liquida	(292.051)	(210)	(292.261)
Recuperação de receita	97.433	-	97.433
Baixa de contas a receber provisionadas	172.761	2.218	174.979
Saldo em 31/12/2024	(205.032)	(6.574)	(211.606)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	464.728	416.772
Imposto de renda e contribuição social a compensar	464.728	416.772
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	21.586	11.732
ICMS a compensar	133.958	119.177
Programa de integração social - PIS	3.716	7.973
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	28.110	21.854
Outros	138	138
Outros tributos a compensar	187.508	160.874
Total circulante	652.236	577.647
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	53.366	556
Imposto de renda a compensar - IRPJ	145.587	1.545
Imposto de renda e contribuição social a compensar	198.953	2.101
ICMS a compensar	167.270	166.711
Outros	58.323	94.304
Outros tributos a compensar	225.593	261.015
Total não circulante	424.546	263.116

Imposto de renda e Contribuição social a compensar - refere-se basicamente a saldo negativo de IRPJ e CSLL do período de 2021 e 2022.

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte no circulante: - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos público.

ICMS a compensar – refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social a compensar no não circulante: refere-se ao reconhecimento do crédito gerado sobre a atualização financeira de repetição de indébito. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu que o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não incidem sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na devolução de tributos pagos indevidamente (repetição de indébito). A Companhia havia impetrado ação judicial em julho de 2021, resguardando assim seu direito de recuperar os montantes tributados a maior nos últimos 5 anos. Em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil resposta à Solução de Consulta por ela previamente apresentada, que tem relação como tema, tornando-se neste momento possível o reconhecimento do crédito no montante de R\$ 196.852.

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	151.638	186.296
COFINS sobre ICMS	698.454	858.089
Total circulante	850.092	1.044.385
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	287.955	333.240
COFINS sobre ICMS	1.326.338	1.534.307
Total não circulante	1.614.292	1.867.547
Passivo	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	622.472	1.016.667
Total circulante	622.472	1.016.667
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	1.688.921	1.990.792
Total não circulante	1.688.921	1.990.792

Tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e da COFINS (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e (iv) a Companhia possui uma ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e da COFINS, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 4.087.795.

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em fevereiro de 2022, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil e houve o início da utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil.

Com isso, no reajuste tarifário de abril de 2022 e na RTE de 13 de julho de 2022, foram repassados parte dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 773.880, de igual maneira nos reajustes tarifários de abril de 2023 e 2024 houve repasse nos montantes de R\$ 1.007.900 e R\$ 756.374 (nota 9) restando assim no passivo com consumidores, o saldo de R\$ 2.311.393 atualizado até 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.007.459 em 31 de dezembro de 2023).

Em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R\$ 1.001.007 foi recolhido em fevereiro de 2024. Posteriormente, tais valores foram abatidos do repasse ao consumidor no Reajuste Tarifário Anual – RTA.

Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta o início das compensações em fevereiro de 2022, até dezembro de 2024 já foram compensados junto à Receita Federal do Brasil o montante de R\$ 2.557.050, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.464.384 (R\$ 2.911.932 em 31 de dezembro de 2023).

Foi publicada a Lei n. 14.385 em 28 de junho de 2022, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito.

Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor até o momento, não significa qualquer renúncia de direito.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2023			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Devolução do crédito de PIS/COFINS	Recebimento	Saldo em 31/12/2024		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		CDE Eletrobrás	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	206.872	(110.379)	96.492	(79.175)	69.212	(14.684)	-	(85.576)	(30.592)	16.861	(13.731)
CVA (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	7.330	(68.579)	(61.249)	(36.381)	121.153	(23.508)	-	(85.576)	(57.600)	(27.961)	(85.561)
Custos energia elétrica	(328.987)	(236.763)	(565.751)	(142.936)	535.738	(25.100)	-	-	(88.285)	(109.765)	(198.050)
ESS e EER (***)	157.526	(99.465)	58.061	50.164	(7.521)	14.599	-	-	58.274	57.029	115.303
Proinfa	(1.415)	(2.935)	(4.351)	(8.650)	10.449	(834)	-	-	(677)	(2.709)	(3.386)
Rede básica	290.496	58.410	348.906	133.964	(308.877)	33.281	-	-	114.171	93.104	207.275
Repasso de Itaipu	(235.675)	65.602	(170.073)	(83.989)	125.917	(21.532)	-	-	(63.239)	(86.438)	(149.677)
Transporte de Itaipu	44.688	5.178	49.866	3.743	(42.294)	5.050	-	-	(879)	17.244	16.365
Neutralidade dos encargos setoriais	(137.213)	(40.913)	(178.126)	(36.767)	143.259	(8.239)	-	-	(40.240)	(39.633)	(79.873)
Sobrecontratação	410.330	209.085	619.415	58.091	(508.612)	11.599	-	-	64.504	115.990	180.493
Bandeira Tarifária Faturada	(208)	-	(208)	(16.412)	-	-	-	-	(16.620)	-	(16.620)
Outros componentes financeiros	(135.694)	(127.165)	(262.859)	(511.222)	645.082	(42.278)	(756.374)	-	(670.028)	(257.623)	(927.651)
Devolução do crédito de PIS/COFINS	-	(273.314)	(273.314)	(328.155)	818.549	-	(756.374)	-	(328.155)	(211.139)	(539.293)
Bandeira de escassez hídrica	-	191.181	191.181	-	(191.181)	-	-	-	-	-	-
Outros	(135.694)	(45.032)	(180.726)	(183.067)	17.714	(42.278)	-	-	(341.873)	(46.485)	(388.357)
Total	71.177	(237.543)	(166.366)	(590.397)	714.295	(56.962)	(756.374)	(85.576)	(700.619)	(240.762)	(941.381)
Ativo circulante			145.073								-
Ativo não circulante			53.791								-
Passivo circulante			(198.518)								(528.869)
Passivo não circulante			(168.712)								(412.512)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: (i) **Devolução do crédito de PIS/COFINS:** conforme a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.314 relativa ao RTA de 2024, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujo estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores, em outras contas a pagar, e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no primeiro trimestre de 2024 (nota 8.1) e (ii) **Outros:** (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão e (ii) reversão CDE escassez hídrica, entre outros.

Recebimento – CDE Eletrobrás: conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás estão sendo destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, desde 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2024 ocorreu em abril e foi homologado pelo Despacho nº 1.239 de 23 de abril de 2024.

(10) DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos (débitos) e créditos fiscais diferidos:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	13.492	18.117
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(183.308)</u>	<u>(83.229)</u>
Subtotal	<u>(169.816)</u>	<u>(65.112)</u>
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	37.477	50.326
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(509.188)</u>	<u>(231.192)</u>
Subtotal	<u>(471.712)</u>	<u>(180.866)</u>
Total	<u>(641.528)</u>	<u>(245.978)</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 3,0% ao ano.

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2024		31/12/2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	30.003	83.341	27.747	77.075
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.495	54.152	17.708	49.190
Provisão energia livre	10.362	28.783	9.447	26.242
Programas de P&D e eficiência energética	7.315	20.318	6.507	18.076
Provisão relacionada a pessoal	3.756	10.434	3.557	9.881
Marcação a Mercado - Derivativos	(263)	(732)	(5.365)	(14.902)
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.878)	(5.217)	(2.562)	(7.117)
Derivativos	(11.385)	(31.625)	17.759	49.331
Registro da concessão - ajuste do intangível	(745)	(2.069)	(1.000)	(2.778)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(275.739)	(765.941)	(236.397)	(656.660)
Outros	35.772	99.368	22.624	62.845
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	-	-	56.745	157.625
Total	(183.308)	(509.188)	(83.229)	(231.192)

10.4 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2025	257.919
2026	108.588
2027	87.560
Total	454.067

10.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2024 e 2023:

	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	2.087.968	2.087.968	2.292.348	2.292.348
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(1.995)	(3.190)	(5.854)	(5.854)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	120.941	120.941	100.968	100.968
Despesa Juros sobre o capital próprio	(138.500)	(138.500)	(169.260)	(169.260)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(87.707)	(118.049)	6.494	(23.301)
Base de cálculo	1.980.706	1.949.169	2.224.696	2.194.901
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(178.264)	(487.292)	(200.223)	(548.725)
(Provisão) Reversão para riscos fiscais	-	-	(362)	1.409
Total	(178.264)	(487.292)	(200.584)	(547.316)
 Corrente	 (151.918)	 (414.107)	 (188.208)	 (512.935)
Diferido	(26.346)	(73.186)	(12.376)	(34.381)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 99.532 (R\$ 46.757 em 2023) refere-se a (i) benefício fiscal do intangível incorporado R\$ 17.475 (R\$ 17.475 em 2023); (ii) diferenças temporárias R\$ 82.057 (R\$ 29.282 em 2023).

10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2024 e 2023 foram os seguintes:

	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	(675.287)	(675.287)	(1.172)	(1.172)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	154.869	154.869	-	-
Base de cálculo	(520.418)	(520.418)	(1.172)	(1.172)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	46.838	130.104	105	293
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	31.520	87.555	19.852	55.143
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	78.357	217.660	19.957	55.436
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	705	705
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados sobre o risco de crédito	-	-	(63)	(176)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	78.357	217.660	19.894	55.260

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2022	7.772.666
Transferência - ativo contratual	995.141
Transferência - ativo intangível	(2.750)
Ajuste ao valor justo	437.743
Baixas	(54.662)
Saldo em 31/12/2023	9.148.138
Transferência - ativo contratual	1.139.005
Transferência - ativo intangível	(1.178)
Ajuste ao valor justo	469.588
Baixas	(66.853)
Saldo em 31/12/2024	10.688.700

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do exercício.

Em 2024, o valor das baixas de R\$ 66.853 (R\$ 54.662 em 2023) refere-se tanto à baixa do ativo de R\$ 34.393 (R\$ 26.861 em 2023) como à baixa de sua respectiva atualização de R\$ 32.460 (R\$ 27.801 em 2023).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos - fornecedores	5.251	1.299	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	30.807	29.751	-	-
Ordens em curso	86.368	192.141	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	164	164
Serviços prestados a terceiros	12.347	4.747	-	-
Despesas antecipadas	76.434	74.980	15.648	29.643
Contas a receber - CDE	281.809	199.425	-	-
Adiantamentos a funcionários	7.825	8.760	-	-
Arrendamentos e alugueis	41.748	43.138	-	-
Outros	46.979	42.736	7.671	7.674
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.574)	(8.582)	-	-
Total	582.995	588.394	23.482	37.481

Ordens em curso – compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 21).

Despesas antecipadas - refere-se principalmente a antecipação de despesas com PROINFA e licença de *software*.

Contas a receber – CDE – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 21.660 (R\$ 28.361 em 31 de dezembro de 2023); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 254.928 (R\$ 165.660 em 31 de dezembro de 2023) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 5.221 (R\$ 5.404 em 31 de dezembro de 2023) (nota 24.3).

Outros: refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2022	704.103
Adições	1.569.565
Transferência - Intangível em serviço	(222.202)
Transferência - Ativo financeiro	(995.141)
Saldo em 31/12/2023	1.056.325
Adições	1.922.196
Transferência - Intangível em serviço	(199.852)
Transferência - Ativo financeiro	(1.139.005)
Saldo em 31/12/2024	1.639.665

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2022	1.851.204	801	1.852.005
Custo histórico	6.205.731	9.723	6.215.454
Amortização acumulada	(4.354.527)	(8.922)	(4.363.449)
Amortização	(420.137)	(302)	(420.439)
Transferência - ativo contratual	222.202	-	222.202
Transferência - ativo financeiro	2.750	-	2.750
Baixa e transferência - outros ativos	(21.727)	-	(21.727)
Saldo em 31/12/2023	1.634.292	499	1.634.791
Custo histórico	6.258.381	9.723	6.268.104
Amortização acumulada	(4.624.089)	(9.224)	(4.633.313)
Amortização	(459.755)	(202)	(459.957)
Transferência - ativo contratual	199.852	-	199.852
Transferência - ativo financeiro	1.178	-	1.178
Baixa e transferência - outros ativos	(12.468)	-	(12.468)
Saldo em 31/12/2024	1.363.099	297	1.363.396
Custo histórico	6.332.977	9.723	6.342.700
Amortização acumulada	(4.969.878)	(9.426)	(4.979.304)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2024 foram capitalizados R\$ 19.430 (R\$ 16.271 em 2023), a uma taxa média de 7,66% a.a. (7,38% a.a. em 2023) (nota 27).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2024 e 2023, não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

(15) FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Encargos de serviço do sistema	19.632	34.209
Suprimento de energia elétrica	745.778	813.214
Encargos de uso da rede elétrica	239.168	240.891
Materiais e serviços	477.777	333.989
Energia livre	178.317	160.826
Total	<u>1.660.673</u>	<u>1.583.128</u>

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Moeda nacional						
Mensuradas ao custo						
Pós Fixado						
IPCA	1.837.490	(187.652)	161.382	-	(76.918)	1.734.301
CDI	799.669	(650.000)	33.803	-	(183.472)	-
Gastos com captação	(9.331)	-	3.140	-	-	(6.190)
Total moeda nacional	2.627.828	(837.652)	198.325	-	(260.390)	1.728.111
Moeda estrangeira						
Mensuradas ao valor justo						
Dólar	727.206	(165.049)	26.644	161.523	(26.443)	723.881
Iene	935.432	-	12.158	136.592	(11.610)	1.072.573
Marcação a mercado	(28.470)	-	7.600	-	-	(20.869)
Total moeda estrangeira	1.634.169	(165.049)	46.403	298.115	(38.053)	1.775.585
Total	4.261.997	(1.002.702)	244.728	298.115	(298.443)	3.503.696
Circulante	1.149.812					917.994
Não circulante	3.112.185					2.585.702

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	1.885.675	-	(134.906)	167.597	-	(80.876)	1.837.490
CDI	700.728	-	-	98.941	-	-	799.669
Gastos com captação	(12.719)	-	-	3.389	-	-	(9.331)
Total moeda nacional	2.573.684	-	(134.906)	269.926	-	(80.876)	2.627.828
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	1.350.703	-	(547.075)	36.028	(73.392)	(39.057)	727.206
Euro	1.113.544	-	(1.119.220)	6.889	-	(1.213)	-
Iene	-	1.101.000	-	3.659	(163.649)	(5.578)	935.432
Marcação a mercado	(35.767)	-	-	7.297	-	-	(28.470)
Total moeda estrangeira	2.428.480	1.101.000	(1.666.295)	53.873	(237.041)	(45.848)	1.634.169
Total	5.002.164	1.101.000	(1.801.201)	323.800	(237.041)	(126.724)	4.261.997
Circulante	1.861.294						1.149.812
Não circulante	3.140.870						3.112.185

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 20.869 (R\$ 28.470 em 31 de dezembro de 2023) que reduzidos das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 30.590

(perdas de R\$ 32.840 em 31 de dezembro de 2023), contratados para proteção da variação cambial (nota 31.b), geraram uma perda líquida não realizada de R\$ 9.721 (R\$ 4.370 em 31 de dezembro de 2023).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2024	31/12/2023	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pós Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%	1.734.301	1.837.490	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CDI					
Notas Comerciais	CDI + 0,96%	-	799.669	2024	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(6.190)	(9.331)		
Total moeda nacional		1.728.111	2.627.828		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda estrangeira					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)					
Dólar	US\$ + 2,39% a 4,84% e US\$ + Sofr + 0,99%	723.881	727.206	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Iene	Iene + 1,20%	1.072.573	935.432	2023 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(20.869)	(28.470)		
Total moeda estrangeira		1.775.585	1.634.169		
Total		3.503.696	4.261.997		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo variam de 79,0% a 108,7% do CDI.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2026	1.255.555
2027	1.347.107
Subtotal	2.602.662
Marcação a mercado	(16.960)
Total	2.585.702

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2024	2023	31/12/2024	31/12/2023
IPCA	4,83	5,19	49,32	42,89
CDI	12,15	12,65	50,68	57,11
			100,00	100,00

Pré pagamento

No exercício de 2024 foram liquidados antecipadamente R\$ 650.000 de notas comerciais, cujos vencimentos originais eram até outubro de 2024.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições

mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e,
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	3.964.089	1.768.000	(968.143)	559.315	(550.794)	4.772.468
IPCA	433.449	-	(254.601)	26.622	(20.801)	184.669
Gastos com captação	(12.027)	(4.873)	-	5.520	-	(11.380)
Total ao custo	4.385.511	1.763.127	(1.222.744)	591.458	(571.595)	4.945.757
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	760.175	-	-	82.075	(43.940)	798.310
Marcação a mercado	(14.952)	-	-	(77.651)	-	(92.604)
Total ao valor justo	745.223	-	-	4.423	(43.940)	705.707
Total	5.130.734	1.763.127	(1.222.744)	595.881	(615.534)	5.651.464
Circulante	279.250					392.430
Não circulante	4.851.484					5.259.034

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	3.959.118	-	-	550.151	(545.179)	3.964.089
IPCA	652.891	-	(244.250)	55.845	(31.038)	433.449
Gastos com captação	(15.530)	-	-	3.503	-	(12.027)
Total ao custo	4.596.479	-	(244.250)	609.499	(576.217)	4.385.511
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	-	750.000	-	10.175	-	760.175
Marcação a mercado	-	-	-	(14.952)	-	(14.952)
Total ao valor justo	-	750.000	-	(4.777)	-	745.223
Total	4.596.479	750.000	(244.250)	604.722	(576.217)	5.130.734
Circulante	260.095					279.250
Não circulante	4.336.384					4.851.484

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 92.604 (R\$ 14.952 em 31 de dezembro de 2023), que reduzidos das perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 59.087 (ganhos R\$ 77.496 em 31 de dezembro de 2023), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho líquido não realizado de R\$ 33.517 (R\$ 92.448 em 31 de dezembro de 2023).

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2024	31/12/2023	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	CDI + 0,96% a 1,50%	4.772.468	3.964.089	2021 a 2031	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,30% a 6,18%	184.669	433.449	2022 a 2035	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(11.380)	(12.027)		
Total mensuradas ao custo		4.945.757	4.385.511		
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	IPCA + de 6,18%	798.310	760.175	2031 a 2035	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(92.604)	(14.952)		
Total mensuradas ao valor justo		705.707	745.223		
Total		5.651.464	5.130.734		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. A taxa efetiva das debêntures mensuradas ao custo variam de CDI + 0,55% a 1,20% e IPCA + 4,98% a 5,30%.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2026	3.539.218
2027	275.015
2028	299.551
2029	449.581
2031 a 2035	788.273
Subtotal	5.351.638
Marcação a mercado	(92.604)
Total	5.259.034

Adições no exercício:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes liberado em 2024	Líquido dos gastos de emissão	Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro/Taxa efetiva anual
Moeda nacional - CDI							
14ª Emissão	1.018.000	1.018.000	1.015.064	Trimestral	Parcelas trimestrais - Início em jun-24	Capital de giro	CDI + 0,55%
15ª Emissão	750.000	750.000	748.063	Trimestral	05 Parcelas trimestrais a partir de setembro de 2028	Capital de giro	CDI + 0,49%
	<u>1.768.000</u>	<u>1.768.000</u>	<u>1.763.127</u>				

Pré pagamento

No exercício de 2024 foram liquidadas antecipadamente R\$ 750.000 de debêntures da 11ª emissão, cujo vencimento original era até dezembro de 2028.

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas semestralmente, apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados conforme abaixo:

18.1 – Características:

Atualmente vigora, para os funcionários através da Vivest dois planos, com as seguintes características:

1) PPCPFL – Plano de benefício misto (fechado para adesões)

a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir

do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.

b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:

- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
- As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável, que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Em 30 de agosto de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para permitir que os assistidos e pensionistas realizassem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o assistido deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado.

2) CD CPFL – Plano de contribuição definida (aberto para adesões)

Plano cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através Bradesco.

18.2 – Movimentações dos planos de benefício definido:

	31/12/2024	31/12/2023
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	5.238.925	5.988.342
Valor justo dos ativos do plano	(5.147.907)	(5.019.755)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	91.019	968.587
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	156.833	-
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(57.738)	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	190.114	968.587

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Passivo	Ativo
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2022	6.263.349	(4.980.780)
Custo do serviço corrente bruto	903	-
Rendimento esperado no exercício	-	(514.680)
Ganho/Perda decorrente de conversão voluntária de renda *	(105.687)	88.412
Juros sobre obrigação atuarial	620.717	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(402.475)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	67.112
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(68.284)	-
Benefícios pagos no exercício	(722.656)	722.656
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2023	5.988.342	(5.019.755)
Custo do serviço corrente bruto	623	-
Juros sobre obrigação atuarial	559.491	-
Rendimento esperado no exercício	-	(505.134)
Contribuições de patrocinadoras	-	(318.670)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	34.010
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(647.888)	-
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(57.738)	-
Benefícios pagos no exercício	(661.642)	661.642
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2024	5.181.187	(5.147.907)

18.3 - Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo atuarial líquido no início do exercício	968.587	1.282.569
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	56.944	89.664
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(318.670)	(402.475)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(647.888)	(68.284)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	34.010	67.112
Efeito "Risk Sharing"	(57.738)	-
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	154.869	-
Passivo atuarial líquido no final do exercício	190.114	968.587
Dívida financeira	117.122	151.647
Outras contribuições	6.782	6.122
Total passivo	314.018	1.126.355
Circulante	231.469	429.799
Não circulante	82.549	696.556

18.4 - Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2025 estão apresentadas no montante de R\$ 326.887.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2025	576.101
2026	586.618
2027	596.143
2028	604.126
2029 a 2031	3.710.894
Total	6.073.882

Em 31 de dezembro de 2024, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 7,1 anos.

18.5 – Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2025 e as despesas reconhecidas em 2024 e 2023, são como segue:

	2025 Estimadas	2024 Realizadas	2023 Realizadas
Custo do serviço	259	623	903
(Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-	(17.275)
Juros sobre obrigações atuariais	578.369	559.491	620.717
Rendimento esperado dos ativos do plano	(593.754)	(505.134)	(514.681)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	18.538	1.964	-
Total da despesa (receita)	3.412	56.944	89.664

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	4,49% a.a.(*)	4,45% a.a.(*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT2000(-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Mercer Disability, suavizada 50% Masculina	Mercer Disability (-50)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR 2013 a 2021	ExpR 2013 a 2021
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

18.6 - Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2025, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2024.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	2024	2023
Renda fixa	86%	85%
Títulos públicos federais	34%	35%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	0%	0%
Outros investimentos de renda fixa	51%	49%
Renda variável	8%	8%
Fundos de investimento em ações	8%	8%
Investimentos estruturados	2%	3%
Fundos imobiliários	1%	0%
Fundos de investimento multimercado	1%	2%
Cotados em mercado ativo	96%	95%
Imóveis	1%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	1%	3%
Depósitos judiciais e outros	1%	3%
Não cotados em mercado ativo	4%	5%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Meta 2025
Renda fixa	88,5%
Imóveis	1,1%
Empréstimos e financiamentos	1,3%
Investimentos estruturados	8,8%
Investimentos no exterior	0,4%
	100,0%

A meta de alocação para 2025 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest efetuada ao final de 2024 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2025, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability *Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais

são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

18.7 - Análise de sensibilidade:

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação do benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 92.488 (redução de R\$ 89.519).
- Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 117.968 (redução de R\$ 119.761).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,82% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,57% a.a. e 12,07% a.a..

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 - Risco de investimento:

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios).

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, bem como pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias interna e externas. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação das políticas de investimentos, do plano de aplicação do patrimônio dos planos e da gestão previdenciária dos planos. Os resultados dos investimentos são acompanhados pela Diretoria de Investimentos e Patrimônio e apresentados periodicamente ao Comitê de Investimentos, ao Comitê Gestor e ao Conselho Deliberativo.

Na VIVEST, o “Apetite” aos riscos de investimentos está formalizado na Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, sendo que referido “Apetite” aos riscos de investimentos é desdobrado para as áreas de investimentos na forma de “tolerâncias” a riscos de investimentos, que são limites de riscos aprovados pela Diretoria Executiva e controlados pela Gerência Executiva GRC, área que responde diretamente ao Diretor Presidente da Vivest.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia e entre os ativos dos planos.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social a recolher				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	9.912	140.865	4.059	31.341
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	3.762	52.359	8.350	13.161
Total	13.674	193.225	12.408	44.502

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	216.643	293.216	-	-
Programa de integração social - PIS	11.699	14.475	-	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	54.424	67.340	-	-
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	6.240	-	-
Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada	135.427	194.043	992.608	925.899
Outros	24.913	24.325	-	-
Total	443.106	599.639	992.608	925.899

Transação tributária relacionada a contencioso judicial – dívida previdência privada

Em 27 de dezembro de 2022 foi celebrada Transação Tributária entre a Companhia e a Procuradoria da Fazenda Nacional (“PGFN”), com base na Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022, regulamentada pela Portaria PGFN/ME nº 6.757, de 29 de julho de 2022 e pela Portaria PGFN nº 10.826, de 22 de dezembro de 2022, referente aos processos relacionados às discussões acerca da dedutibilidade, para fins de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), das despesas reconhecidas no ano de 1997, referente à novação de dívida relativa ao plano de previdência dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP (atual “Vivest”). A administração baseou a decisão de celebrar a transação e desistir da discussão judicial após considerar o atual estágio de discussão do processo, possível risco de desfecho em contrapartida com os benefícios financeiros atrelados à celebração da transação. Nos termos do referido acordo e, em contrapartida à extinção dos processos judiciais objeto do mesmo, o valor da dívida tributária determinado na Transação, na data base 1 de novembro de 2022, foi de R\$ 1.288.174. Os valores depositados judicialmente pela Companhia nos autos das Execuções Fiscais foram utilizados para a amortização dos saldos dos débitos tributários, resultando em uma dívida líquida total de R\$ 1.022.048 (data base 1 de novembro, 2022), que atualizado para 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.025.193.

Em maio de 2023 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional “PGFN” consolidou a dívida tributária determinada na Transação no montante de R\$ 1.055.378. Na ocasião, o acordo firmado estabeleceu que o saldo mencionado seria quitado em 60 (sessenta) parcelas, no entanto, em 2024, foi celebrado um Termo de Aditamento, o qual alterou a condição original, ampliando o número de parcelas para 120 (cento e vinte) mantidos inalterados todos os demais termos e condições da transação. Saldo atualizado do parcelamento em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.128.035.

Com relação às garantias financeiras (seguros e fianças bancárias), cujo montante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.139.224 (R\$ 1.716.086 em 31 de dezembro de 2023), serão mantidas em valor suficiente para garantir a Transação, podendo haver alteração no valor com autorização prévia da Fazenda Nacional, na proporção do que for amortizado do débito no âmbito da transação.

Diante da celebração da Transação Tributária e reconhecimento contábil da dívida, a Companhia adotará as medidas judiciais cabíveis para o cumprimento das condições estabelecidas e a extinção dos processos judiciais correlatos, conforme os termos da Transação.

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.

(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	108.511	22.624	96.481	19.442
Cíveis	105.430	7.457	97.082	8.750
Fiscais	76.338	20.753	73.331	88.239
Regulatórios	27.516	-	24.884	-
Total	317.795	50.835	291.777	116.431

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	96.481	24.932	(4.317)	(18.426)	9.842	108.511
Cíveis	97.082	58.206	(13.301)	(52.696)	16.138	105.430
Fiscais	73.331	952	(2.369)	(802)	5.226	76.338
Regulatórios	24.884	-	-	-	2.632	27.516
Total	291.777	84.089	(19.987)	(71.923)	33.838	317.795

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo principalmente INSS, FGTS, SAT, PIS e COFINS; e
- Regulatórios** - os processos administrativos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estavam assim representadas:

	31/12/2024	31/12/2023	Principais causas
Trabalhistas	86.729	98.279	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	695.626	595.032	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos e cobranças por ocupação de faixa de domínio
Fiscais	206.593	216.302	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	775.048	689.487	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	56.314	58.785	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	1.820.310	1.657.885	

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Consumidores e concessionárias	318.473	199.659	-	-
Bônus Itaipu	86.135	-	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	73.007	129.411	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	47.157	87.017	30.459	12.856
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	22.779	30.286	-	-
Adiantamentos	5.723	4.577	1.019	1.890
Folha de pagamento	8.568	8.537	-	-
Participação nos lucros	41.943	41.040	15.209	14.172
Convênios de arrecadação	70.412	58.333	-	-
Outros	32.990	10.547	1.817	2.199
Total	707.187	569.408	48.505	31.117

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Bônus Itaipu: refere-se ao valor recebido da Companhia Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) em decorrência do saldo anual superavitário da Conta Comercialização da Energia Elétrica da usina hidrelétrica de Itaipu (Conta de Itaipu) referente ao ano 2023, que será repassado aos consumidores das classes residencial e rural que tiveram ao menos um mês de consumo inferior a 350 kWh no mesmo ano que houve superávit na Conta de Itaipu, por meio de aplicação da Tarifa Bônus definida pela Superintendência de Gestão Tarifária e Regulação Econômica (STR) da ANEEL. Em 2024, foi homologado por meio da REH nº 3.420, e será repassado aos consumidores elegíveis nas faturas que serão emitidas a partir de janeiro de 2025.

Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento - P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se, principalmente ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
Total	880.653.031	880.653.031	100,00

22.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2024, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,54 vezes o EBITDA em 2024 (2,32 vezes em 2023), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

22.2 – Capital social

Através da AGO/E de 25 de abril de 2024, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2023, sem emissão de novas ações.

22.3 - Dividendo e Juros sobre capital próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 25 de abril de 2024 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2023, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 169.260 e (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 445.406.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2024:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 138.500 (R\$ 117.725 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024, aprovados em AGE em (i) AGE de 28 de março de 2024 o montante de R\$ 51.200; (ii) AGE de 30 de setembro de 2024 o montante de R\$ 30.000 e AGE de 30 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 57.300;
- Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 388.791 e dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 237.004, que serão deliberados na AGO de abril de 2025.

No exercício de 2024, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 524.286 referente a dividendos e Juros sobre capital próprio.

22.4 - Reserva de capital

Refere-se basicamente ao benefício fiscal do intangível incorporado oriundo da incorporação da antiga controladora DOC 4 de R\$ 56.868.

22.5 - Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.344.728, correspondente a (i) Reserva legal R\$ 279.148, (ii) Reserva de lucros a realizar R\$ 1.043.738 e (iii) Reserva estatutária – reforço de capital de giro R\$ 1.021.842.

22.6 – Resultado abrangente acumulado

É composto por:

O saldo do resultado abrangente acumulado é composto pela entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 1.131.026, de acordo com o CPC 33 (R2);

22.7 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido base para destinação	1.422.412
Reserva legal	(3.495)
Reserva de lucros a realizar	(288.504)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(366.118)
Dividendos adicional proposto	(388.791)
Juros sobre o capital próprio	(138.500)
Dividendo mínimo obrigatório	(237.004)

Considerando o elevado plano de investimentos da Companhia para os próximos anos, a Administração está propondo a destinação de R\$ 366.118 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 288.504, referente principalmente à atualização monetária do ativo financeiro da concessão. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações nas reservas poderão ser realizadas durante o exercício de 2025, mediante aprovação da Administração.

(23) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	1.422.412	1.544.447
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031
Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$	1,62	1,75

Nos exercícios de 2024 e 2023 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	4.660.241	4.565.496	11.380	10.653	9.916.757	8.734.569
Industrial	23.684	25.878	1.235	1.680	1.070.973	1.272.816
Comercial	251.977	244.044	3.358	3.581	3.055.630	3.009.209
Rural	70.674	71.973	1.060	907	737.657	606.625
Poderes públicos	32.671	31.176	821	741	677.912	579.770
Iluminação pública	7.546	7.174	936	977	490.122	487.372
Serviço público	5.636	5.444	1.041	1.088	812.976	780.429
Fornecimento faturado	5.052.429	4.951.185	19.831	19.627	16.762.027	15.470.790
Consumo próprio	481	478	23	23	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)					(279.635)	186.080
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo					(8.626.869)	(8.053.483)
Fornecimento de energia elétrica	5.052.910	4.951.663	19.854	19.650	7.855.523	7.603.387
Concessionárias, permissionárias e autorizadas			72	74	41.646	39.608
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo					(16.705)	(15.117)
Energia elétrica de curto prazo			1.153	2.441	88.830	172.030
Suprimento de energia elétrica			1.224	2.514	113.771	196.521
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					8.643.574	8.068.600
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					3.221.852	2.770.836
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(42.921)	(48.635)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					1.911.367	1.577.797
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					123.898	748.745
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					437.128	409.942
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários					1.054.218	813.947
Outras receitas e rendas					341.298	333.642
Outras receitas operacionais					15.690.414	14.674.874
Total da receita operacional bruta					23.659.709	22.474.781
Deduções da receita operacional						
ICMS					(3.341.483)	(2.740.206)
PIS					(290.502)	(285.819)
COFINS					(1.338.068)	(1.322.066)
ISS					(218)	(654)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(2.797.907)	(2.824.319)
Programa de P & D e eficiência energética					(132.021)	(128.803)
PROINFA					(145.488)	(148.890)
Bandeiras tarifárias e outros					(35.210)	-
Outros					(71.349)	(197.199)
					(8.152.246)	(7.647.956)
Receita operacional líquida					15.507.463	14.826.825

24.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de novembro de 2017, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. Atualmente aguarda-se a apresentação do Laudo Pericial pelo Sr. Perito do Juízo e o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no

ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

24.2 – Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

Em abril de cada ano, a ANEEL, através de Resolução Homologatória (“REH”), reajusta a tarifa da Companhia. As tarifas têm vigência de 08 de abril até 07 de abril do ano subsequente e os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 02 de abril de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.314, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 3,91%, sendo 2,03% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,88% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 1,46%.

Em 06 de abril de 2023, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.183, relativo à revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 3,36%, sendo 1,08% referentes ao reajuste tarifário econômico e 2,28% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 4,89%.

24.3 – Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2024, foi registrada receita de R\$ 1.054.218 (R\$ 813.947 em 2023), sendo: (i) R\$ 120.969 (R\$ 118.448 em 2023) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 761.174 (R\$ 598.010 em 2023) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 58.522 (R\$ 60.329 em 2023) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 113.553 (R\$ 37.160 em 2023) de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022.

24.4 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH nº 3.305, de 14 de novembro de 2023, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO.

A REH nº 3.426, de 10 de dezembro de 2024, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2024 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2024.

A CDE Conta-Covid foi criada pela REN nº 885, de 23 de junho de 2020 com as quotas homologadas pelo Despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, com retificação por meio do Despacho nº 939 de 05 de abril de 2021. O Despacho nº 689 de 06 de março de 2024 homologou os valores revisados das quotas mensais da CDE Conta-Covid.

A CDE Escassez Hídrica, criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022, cujas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023, sendo os valores pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

A Medida Provisória nº 1.212/2024 e a Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024 regulamentaram a quitação antecipada da CDE Conta-Covid e CDE Escassez Hídrica utilizando os recursos da CDE Eletrobrás. Os pagamentos dessas contas foram encerrados em setembro de 2024.

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2024	2023	2024	2023
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	4.463	4.478	1.023.741	966.979
PROINFA	442	453	180.683	209.036
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	19.824	21.179	5.590.418	5.264.802
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(592.824)	(572.570)
Subtotal	24.729	26.111	6.202.017	5.868.247
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			1.784.294	1.718.704
Encargos de transporte de Itaipu			164.193	164.554
Encargos de conexão			46.896	43.294
Encargos de uso do sistema de distribuição			-	27.962
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			82.464	77.879
Encargos de energia de reserva - EER			454.151	491.431
Crédito de PIS e COFINS			(234.206)	(233.450)
Subtotal			2.297.792	2.290.373
Total			8.499.809	8.158.621

(*) Conta de energia de reserva

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outras despesas operacionais											
	Outros custos com operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
					2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	349.622	355.939	-	-	52.999	51.624	144.209	130.670	-	-	546.830	538.233
Entidade de previdência privada	56.944	89.664	-	-	-	-	-	-	-	-	56.944	89.664
Material	90.298	98.926	1.245	979	1.130	657	7.986	8.562	-	-	100.659	109.124
Serviços de terceiros	213.409	195.530	1.874	1.646	142.974	140.876	197.606	177.432	-	-	555.863	515.485
Custos com construção da infraestrutura	-	-	1.911.367	1.577.797	-	-	-	-	-	-	1.911.367	1.577.797
Outros	(2.732)	3.080	31	30	35.116	36.822	123.585	133.969	51.174	51.683	207.174	225.584
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	34.949	36.274	-	-	-	-	34.949	36.274
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	10.395	9.571	-	-	10.395	9.571
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	91.138	96.336	-	-	91.138	96.336
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	45.663	46.410	45.663	46.410
Outros	(2.732)	3.080	31	30	167	547	22.052	28.062	5.511	5.273	25.029	36.994
Total	707.541	743.141	1.914.516	1.580.453	232.219	229.979	473.387	450.632	51.174	51.683	3.378.838	3.055.888

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	111.241	196.711
Acréscimos e multas moratórias	191.125	158.202
Atualização de créditos fiscais	251.284	330.762
Atualização de depósitos judiciais	5.957	8.993
Atualizações monetárias e cambiais	35.179	36.064
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	17.805	30.154
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	15.572	77.337
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(10.960)	(23.991)
Outros	18.316	18.053
Total	635.518	832.285
Despesas		
Encargos de dívidas	(798.070)	(858.432)
Atualizações monetárias e cambiais	(396.052)	(376.488)
(-) Juros capitalizados	19.430	16.271
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(72.534)	(31.911)
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(149.161)	(254.639)
Outros	(125.633)	(88.627)
Total	(1.522.021)	(1.593.826)
Resultado financeiro	(886.502)	(761.541)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,66% a.a. em 2024 (7,38% a.a. em 2023) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 12.606 (perdas R\$ 367.624 em 2023) (nota 31).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2024 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de

partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2024 conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 11.306 (R\$ 10.544 em 2023). Este valor é composto por R\$ 8.729 (R\$ 8.606 em 2023) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 197 (R\$ 188 em 2023) de benefícios pós-emprego e R\$ 2.380 (R\$ 1.750 em 2023) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / Custo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	5.978	8.405	3.596	3.165	-	-	(28.794)	(38.185)
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	4.890	-	-	3.748	2.978	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia	-	-	311.209	35.360	-	-	-	-
Ativo contratual, intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle comum	-	1.638	-	1.098	-	-	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	2.135	1.260	129.929	84.904	226	62	359.324	374.289
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.162	881	95.425	38.126	5.710	15.243	839.985	491.144
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	46.330	112.334	-	-	527.880	906.610
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	168.829	171.628
Outras operações financeiras								
State Grid Brazil Power Participações S.A. (**)	-	-	1.126.772	1.126.572	-	-	132.804	6.572
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	2.223	2.326
Entidades sob o controle da CPFL Energia	198	187	28.654	18.618	553	-	-	-
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	(548)	-	-	-

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 26.664 no exercício (R\$ 39.567 em 2023), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(**) Em 21 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a emissão de debêntures no montante de R\$ 3.192.000 MM, com taxa efetiva anual de CDI + 1,20% pelo prazo de quatro anos, sendo adquirida pela State Grid Brazil Power Participações S.A com saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 1.126.772 MM (R\$ 1.126.572 MM em 31 de dezembro de 2023).

(29) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo financeiro da concessão		
/ Intangível	Riscos nomeados	156.000
Transporte	Transporte nacional	459.199
Responsabilidade civil	Geral e risco ambiental	50.736
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	581.336
Garantia	Seguro Garantia	1.869.122
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		3.266.392

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(30) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (*Data Protection Officer*), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria o Conselho de Administração e conselho fiscal da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Risco;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
 - a) Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
 - b) Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
 - c) Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2024, observou-se uma hidrologia desfavorável, especialmente na região sudeste/centro-oeste, com ocorrência de eventos extremos pontuais (cheias no Rio Grande do Sul e grandes períodos secos na região Norte do país). Contudo, devido à diversificação da matriz energética brasileira e grande participação de fontes renováveis, os principais reservatórios iniciaram 2025 em níveis confortáveis para geração de energia elétrica.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados

adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota explicativa	Categoria/ Mensuração	Nível(*)	31/12/2024	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	392.633	392.633
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	280.634	280.634
Derivativos	31	(a)	Nível 2	165.731	165.731
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	10.688.700	10.688.700
Total				11.527.698	11.527.698
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.728.111	1.728.111
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.775.585	1.775.585
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	4.945.757	4.964.252
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	705.707	705.707
Derivativos	31	(a)	Nível 2	128.907	128.907
Passivo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	941.381	941.381
Total				10.225.448	10.243.942

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 83.003 em 2024 (um ganho de R\$ 7.655 em 2023).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros e (v) convênios de arrecadação.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE e (vii) passivo de arrendamento.

Adicionalmente, não houve em 2024 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, assim a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)				Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador divida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾					
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	165.731	-	165.731	171.172	(5.440)	US\$ + (Sofr 3 meses + 0,99%) ou (2,39% a 4,85%) Iene + 1,20%	CDI + 0,80% a 1,05%	fev/24 a out/25	543.235
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(100.737)	(100.737)	(75.587)	(25.150)		CDI + 1,40%	jan/26	1.101.000
	165.731	(100.737)	64.994	95.584	(30.590)				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	-	(28.170)	(28.170)	30.917	(59.087)	IPCA + 6,1774% a 6,1753%	CDI + 0,43% a 0,521%	out/31 a out/35	750.000
Total	165.731	(128.907)	36.825	126.501	(89.676)				
Circulante	165.731	-							
Não circulante	-	(128.907)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas, vide notas 16 e 17.
⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado		Liquidação	Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023			
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	(197.323)	146.938	176.886	126.501
Marcação a mercado	44.656	(134.333)	-	(89.676)
Total	(152.667)	12.606	176.886	36.825
Ativo circulante	6.202			165.731
Ativo não circulante	99.865			-
Passivo não circulante	(258.734)			(128.907)

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado as dívidas para as quais possuem instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2024 e 2023 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente
	2024	2023	2023
Variação de taxas de juros	(1.016)	(1.877)	-
Marcação a mercado	(136.583)	77.496	-
Variação cambial	147.954	(443.699)	-
Marcação a mercado	2.250	456	272
Total	12.606	(367.624)	272

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício em 2024 foi de R\$ 469.588 (R\$ 437.743 em 2023), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 24.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, Iene, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2024 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(719.972)		(66.819)	129.878	326.576
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	721.224		66.936	(130.104)	(327.144)
	1.252	baixa dolar	117	(226)	(568)
Instrumentos financeiros passivos	(1.055.613)		(144.410)	155.596	455.602
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.064.594		145.638	(156.920)	(459.478)
	8.981	baixa iene	1.228	(1.324)	(3.876)
Total	10.233		1.345	(1.550)	(4.444)
Efeitos no resultado do exercício			1.345	(1.550)	(4.444)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2024 foi de R\$ 6,19 para o dólar e R\$ 0,04 para o iene.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 6,77 e R\$ 0,04 e a depreciação cambial de 9,28% e 13,68%, do dólar e do iene respectivamente em 31.12.2024.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do iene serem ativas, o risco é baixa do dólar e do iene portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	615.847				94.902	118.627	142.353
Instrumentos financeiros passivos	(4.772.468)				(735.437)	(919.297)	(1.103.156)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.507.239)				(386.365)	(482.957)	(579.548)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(941.381)				(145.067)	(181.334)	(217.600)
	(7.605.242)	alta CDI/SELIC	12,15%	15,41%	(1.171.967)	(1.464.961)	(1.757.951)
Instrumentos financeiros passivos	(2.624.677)				(221.260)	(165.945)	(110.630)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	758.246				63.920	47.940	31.960
Ativo financeiro da concessão	10.688.700				901.057	675.793	450.529
	8.822.268	baixa IPCA	4,83%	8,43%	743.717	557.788	371.859
Total	1.217.027				(428.250)	(907.173)	(1.386.092)
Efeitos no resultado do exercício					(428.250)	(907.173)	(1.386.092)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 31b). A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros

derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2024	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	1.601.963	58.710	-	-	-	-	1.660.673
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	17.815	773.866	548.828	2.756.384	-	-	4.096.892
Derivativos	31	-	-	-	100.737	-	28.170	128.907
Debêntures - principal e encargos	17	-	128.321	1.005.359	4.627.555	982.789	1.016.230	7.760.254
Taxas regulamentares		13.310	-	-	-	-	-	13.310
Outros	21	108.796	366.224	22.779	-	-	-	497.800
Consumidores e concessionárias		22.661	295.812	-	-	-	-	318.473
Bônus Itaipu		86.135	-	-	-	-	-	86.135
EPE / FNDCT / PROCEL		-	-	22.779	-	-	-	22.779
Convênio de arrecadação		-	70.412	-	-	-	-	70.412
Total		1.741.884	1.327.121	1.576.966	7.484.676	982.789	1.044.400	14.157.836

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2024, um valor de R\$ 19.430 (R\$ 16.271 em 2023) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 27).

Ainda em 2024, houve o aumento do capital social (nota 22) da Companhia no montante de R\$ 17.475 (R\$ 17.475 mesmo período de 2023), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2023.

(33) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2024	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 4 anos	5.549.522	10.254.951	-	15.804.473
Compra de energia de Itaipu	Até 4 anos	961.871	1.333.571	-	2.295.442
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 4 anos	2.490.568	4.758.065	-	7.248.633
Projetos de construção de subestação	Até 5 anos	818.245	881.307	443.682	2.143.235
Fornecedores de materiais e serviços	Até 5 anos	410.201	612.270	78.585	1.101.056
Total		10.230.406	17.840.165	522.268	28.592.839

(34) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 05 de fevereiro de 2025, houve a liberação referente financiamento Lei nº 4.311, no montante de R\$ 295.000, com encargos financeiros anual JPY + 1,44% e taxa efetiva com derivativos CDI + 0,64%, pagamento de juros semestrais e amortização em dezembro de 2027, para reforço de capital de giro.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

MINGYAN LIU
Conselheiro

TAYON FERNANDO MOURA BRAATZ SANTOS RODRIGUES
Conselheiro

DIRETORIA

ROBERTO SARTORI
Diretor Presidente

ROBERTO SARTORI
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores - interino

GUSTAVO KODAMA UEMURA
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6



Companhia Paulista de Força e Luz

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Paulista de Força e Luz

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Força e Luz ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

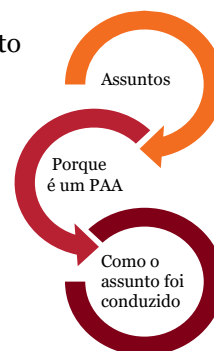
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.9 e 7)

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, que em 31 de dezembro de 2024 somava R\$ 684.284 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.

Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida por classe de consumo e tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Comparamos nosso recálculo com os valores apurados pela administração.

Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração e classificação do ativo financeiro da concessão, do ativo contratual e do intangível (Notas 11, 13 e 14)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta saldos de ativo financeiro da concessão, ativos contratual e intangível (direito de concessão - infraestrutura), nos valores de R\$ 10.688.700 mil, R\$ 1.639.665 mil e R\$ 1.363.099 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia e custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15).

O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro da concessão, ativo contratual e intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro da concessão, o ativo contratual e o intangível.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de construção do ativo contratual, assim como os controles internos relacionados à bifurcação entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível no momento que o ativo inicia a sua operação.

Em complemento aos testes de controles descritos acima, avaliamos o modelo de bifurcação adotado pela Administração, e testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa do montante relacionado ao direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício, e recalculamos a vida útil dos bens. Também testamos a atualização monetária do ativo financeiro da concessão, com base nos índices previstos na regulamentação do setor elétrico, confrontando os índices utilizados pela Administração com os indicadores oficiais divulgados.

Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as premissas e critérios adotados são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis,



conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de fevereiro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

Assinado eletronicamente no Sistema de Registro de Assinaturas
Data e Hora: 26/02/2025 10:05:00
CPF: 000.000.000-00
Assinatura: Adriano Formosinho Correia
Assinatura: Adriano Formosinho Correia
Assinatura: Adriano Formosinho Correia
Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Companhia Paulista de Força e Luz
CNPJ nº 33.050.196/0001-88

Balanços Patrimoniais em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo Circulante		5.250.028	6.666.055
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	392.633	1.485.637
Consumidores	6	2.276.340	2.595.608
Concessionárias e Permissionárias	6	30.270	8.790
Serviços em Curso		89.641	190.154
Tributos Compensáveis	7	652.236	577.646
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	850.092	1.044.385
Almoxarifado Operacional		19.090	14.957
Investimentos Temporários	8	311.441	229.114
Ativos Financeiros Setoriais	9	-	145.073
Despesas Pagas Antecipadamente		76.434	74.980
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	165.731	6.202
Outros Ativos Circulantes	11	386.118	293.509
Ativos de Operações Descontinuadas		282	282
Bens Destinados à Alienação		282	282
Ativo Não Circulante		18.339.952	17.526.870
Consumidores	6	78.397	71.285
Tributos Compensáveis	7	424.546	263.116
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	1.614.292	1.867.547
Depósitos Judiciais e Cauções	18	50.835	116.431
Ativos Financeiros Setoriais	9	-	53.791
Despesas Pagas Antecipadamente		15.648	29.643
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	-	99.865
Outros Ativos Não Circulantes	11	6.099	5.975
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		75	100
Imobilizado	12	15.552.011	14.517.901
Intangível	12	598.049	501.215
Total do Ativo		23.590.262	24.193.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Companhia Paulista de Força e Luz
CNPJ nº 33.050.196/0001-88

Balanços Patrimoniais em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Passivo Circulante		5.907.757	6.167.881
Fornecedores	13	1.660.673	1.583.128
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	1.311.542	1.430.476
Obrigações Sociais e Trabalhistas		111.515	106.146
Benefício Pós-Emprego	15	231.469	429.799
Tributos	17	456.780	792.863
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	26	311.209	35.360
Encargos Setoriais	16	156.253	300.624
Passivos Financeiros Setoriais	9	528.869	196.518
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	622.472	1.016.667
Outros Passivos Circulantes	19	516.976	276.298
Passivo Não Circulante		14.667.605	15.388.772
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	7.845.318	7.964.164
Benefício Pós-Emprego	15	82.549	696.556
Tributos	17	992.608	929.868
Provisão para Litígios	18	330.203	332.311
Encargos Setoriais	16	30.459	12.856
Tributos Diferidos	10	620.814	455.823
Passivos Financeiros Setoriais	9	412.512	168.712
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	128.907	258.734
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	1.688.921	1.990.792
Outros Passivos Não Circulantes	19	17.464	17.766
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	20	2.517.850	2.561.190
Total do Passivo		20.575.362	21.556.653
Patrimônio Líquido	21		
Capital Social		1.395.747	1.378.272
Reservas de Capital		56.868	74.343
Outros Resultados Abrangentes		856.871	793.586
Reservas de Lucros		2.344.729	1.686.612
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais		388.791	445.406
Lucros ou prejuízos Acumulados		(2.028.106)	(1.741.666)
Total do Patrimônio Líquido		3.014.900	2.636.554
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		23.590.262	24.193.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Companhia Paulista de Força e Luz
CNPJ nº 33.050.196/0001-88

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita	22	21.030.355	20.226.488
Fornecimento de Energia Elétrica		7.855.523	7.603.387
Suprimento de Energia Elétrica		24.941	24.491
Energia Elétrica de Curto Prazo		88.830	172.030
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	11.865.427	10.839.436	
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	123.898	748.745	
Serviços Cobráveis	17.518	24.453	
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	1.054.218	813.947	
Tributos		(4.970.028)	(4.347.738)
ICMS		(3.341.486)	(2.740.189)
PIS-PASEP		(290.502)	(285.650)
COFINS		(1.338.068)	(1.321.245)
ISS		27	(654)
Encargos - Parcela "A"		(3.181.976)	(3.279.659)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(66.011)	(64.402)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(66.011)	(64.402)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(2.797.907)	(2.824.319)	
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(18.280)	(18.440)	
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA	(145.488)	(148.890)	
Outros Encargos	(88.279)	(159.207)	
Receita Líquida / Ingresso Líquido		12.878.351	12.599.092
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	23	(8.499.809)	(8.158.621)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(6.202.017)	(5.868.247)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(2.297.792)	(2.290.373)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		4.378.542	4.440.471
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(2.081.439)	(2.153.707)
Pessoal e Administradores	24	(603.919)	(627.967)
Material		(100.659)	(109.124)
Serviços de Terceiros		(555.863)	(515.485)
Arrendamento e Aluguéis		(3.649)	(3.163)
Seguros		(2.715)	(2.574)
Doações, Contribuições e Subvenções		(339)	(281)
Provisões		(68.309)	(138.574)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(194.828)	(137.176)
(-) Recuperação de Despesas		31.716	24.325
Tributos		(13.815)	(14.026)
Depreciação e Amortização		(654.515)	(679.442)
Depreciação		(628.083)	(642.406)
Amortização		(26.431)	(37.036)
Gastos Diversos		(163.711)	(174.880)
Outras Receitas Operacionais		347.115	329.617
Outras Despesas Operacionais		(97.947)	(104.956)
Resultado da Atividade		2.297.103	2.286.764
Resultado Financeiro	25	(887.249)	(718.226)
Receitas Financeiras		782.457	1.155.911
Despesas Financeiras		(1.669.706)	(1.874.137)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		1.409.854	1.568.538
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(434.997)	(502.496)
Resultado Líquido do Exercício		974.857	1.066.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Companhia Paulista de Força e Luz
CNPJ nº 33.050.196/0001-88

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Resultado Líquido do Exercício	974.857	1.066.041
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial, líquida dos impostos	224.401	(74.222)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	(465)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Constituição de reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários	-	1.748.973
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	224.401	1.674.286
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	1.199.257	2.740.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Companhia Paulista de Força e Luz
CNPJ nº 33.050.196/0001-88

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	974.857	1.066.041
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	26.431	37.036
Depreciação	628.083	642.406
Ganhos/baixas líquidos do ativo imobilizado	89.596	100.820
Imposto de renda e Contribuição social	434.997	502.496
Juros e variações monetárias	1.184.796	1.054.879
Obrigações pós-emprego	56.944	89.664
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	194.828	137.176
Provisões para litígios	69.810	134.546
Outros	2.057	2.316
	3.662.399	3.767.380
Redução (aumento) de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	93.612	(741.506)
Depósitos vinculados a litígios	71.553	1.467
Tributos compensáveis	413.664	1.309.938
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(82.385)	(103.808)
Ativos financeiros setoriais	158.329	59.854
Outros ativos operacionais	200.993	33.911
Aumento (redução) de passivos		
Encargos setoriais	(40.599)	23.562
Fornecedores	77.545	181.924
Passivos financeiros setoriais	(196.651)	(767.210)
Obrigações pós-emprego	(348.863)	(431.960)
Salários e encargos sociais	4.465	4.506
Tributos e contribuição social	309.630	258.573
Provisões para litígios pagos	(71.923)	(73.470)
Outros passivos operacionais	(39.742)	(146.575)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	4.212.027	3.376.586
Encargos de dívidas pagos	(913.977)	(702.941)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.279.041)	(508.954)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.019.009	2.164.691
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições do imobilizado e intangível	(2.057.322)	(2.776.196)
Participação financeira do consumidor	157.052	1.224.404
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(6.010.348)	(616.575)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	5.962.096	1.013.938
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de investimento	(1.948.522)	(1.154.429)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	1.763.127	1.851.000
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(2.225.446)	(2.045.451)
Liquidação de operações com derivativos	(176.886)	(39.842)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(524.286)	(541.640)
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de financiamento	(1.163.491)	(775.933)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(1.093.004)	234.330
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	1.485.637	1.251.307
No fim do exercício	392.633	1.485.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Companhia Paulista de Força e Luz
CNPJ nº 33.050.196/0001-88

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Outros Resultados Abrangentes				Reserva de lucros		Dividendo Adicional Proposto	Lucros ou prejuízos Acumulados	Total	
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Outros	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro				Reserva de lucros a realizar
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.360.797	91.818	609.948	(1.280.740)	272.159	264.972	484.672	-	(1.473.169)	330.457
Resultado abrangente total										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.066.041	1.066.041
Outros resultados abrangentes: Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	(74.222)	-	-	-	-	-	(74.222)
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários	-	-	(209.909)	-	-	-	-	-	209.909	-
Outros resultados abrangentes: constituição de reserva de reavaliação, líquida dos impostos	-	-	1.748.973	-	-	-	-	-	-	1.748.973
Outros resultados abrangentes: risco de credito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	(465)	-	-	-	-	-	(465)
Mutações internas do patrimônio líquido										
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	3.495	-	-	-	(3.495)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	-	655.724	-	-	(655.724)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	270.562	-	(270.562)	-
Transações de capital com os acionistas										
Dividendo intermediário - AGE 20/06/2023	-	-	-	-	-	(264.972)	-	-	-	(264.972)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	445.406	(445.406)	-
Juros sobre capital próprio - AGE de 31/03/2023, 30/06/2023, 29/09/2023 e 29/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	-	(169.260)	(169.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.378.272	74.343	2.149.013	(1.355.427)	275.654	655.724	755.234	445.406	(1.741.666)	2.636.554
Resultado abrangente total										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	974.857	974.857
Outros resultados abrangentes: Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	224.401	-	-	-	-	-	224.401
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários	-	-	(161.115)	-	-	-	-	-	161.115	-
Mutações internas do patrimônio líquido										
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	3.495	-	-	-	(3.495)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	-	366.118	-	-	(366.118)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	288.504	-	(288.504)	-
Transações de capital com os acionistas										
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	388.791	(388.791)	-
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2024, 30/06/2024, 29/09/2024 e 30/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	(138.500)	(138.500)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(237.004)	(237.004)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(445.406)	-	(445.406)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.395.747	56.868	1.987.897	(1.131.026)	279.149	1.021.842	1.043.738	388.791	(2.028.106)	3.014.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Relatório da Administração Regulatório

Senhores e senhoras Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2024 em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia" ou "Concessionária") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Considerações Iniciais – A CPFL Paulista atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 112 anos de existência. Em 2024, a CPFL Paulista cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de seus 5,1 milhões de clientes, em 234 municípios do Estado de São Paulo. O volume de energia vendida pela Companhia, em termos percentuais, corresponde a 6,2% de participação no mercado nacional.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 1,0% em relação ao exercício de 2023. Destaca-se a classe residencial que, apresentou um crescimento de 6,8%, devido à melhora da massa de renda real, maiores temperaturas registradas no período e o incremento de unidades consumidoras em 2024 quando comparado ao ano de 2023. Em contrapartida tivemos o impacto negativo referente ao aumento de unidades de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída). A classe comercial apresentou uma redução de 6,2%, refletindo o impacto referente ao incremento de MMGD, apesar das maiores temperaturas registradas no período. Já a classe industrial apresentou uma redução de 26,4%, refletindo a migração de clientes cativos para o mercado livre.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Companhia para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio do Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 80,1 pontos na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, um aumento de 1,9 pontos (2,5%) em relação ao resultado de 2023 e que manteve a empresa acima da média nacional, que foi de 68,9 pontos.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

Perfil – A CPFL Paulista distribui energia elétrica para aproximadamente 10,3 milhões de pessoas, numa área que abrange 234 municípios do Estado de São Paulo, incluindo as cidades de Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Araraquara e Piracicaba. Atende atualmente 5,1 milhões de consumidores cativos e 5.754 consumidores livres. Em 2024, a Concessionária distribuiu 19.902 GWh ao mercado cativo e 14.546 GWh ao mercado livre (com Uso D).

Ligação de consumidores – No ano de 2024, a CPFL Paulista teve 101.244 unidades consumidoras a mais do que em 2023. O aumento foi observado principalmente na classe residencial (94.745 a mais do que em 2023). Na classe comercial observamos um aumento de 7.933 unidades consumidoras em

relação à quantidade faturada de 2023. Nas classes industrial e rural houve reduções de 2.194 e 1.299 clientes, respectivamente, em relação ao ano passado.

A seguir são apresentados os resultados sobre a quantidade de consumidores faturados e sua variação no período:

Classe	Número de Consumidores				
	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	4.283.399	4.393.554	4.494.016	4.565.496	4.660.241
Industrial	26.722	25.463	24.829	25.878	23.684
Comercial	239.656	234.686	234.603	244.044	251.977
Rural	81.262	80.526	73.206	71.973	70.674
Poderes Públicos	28.993	29.252	29.951	31.176	32.671
Iluminação Pública	8.864	6.661	6.819	7.174	7.546
Serviço Público	5.193	5.297	5.312	5.444	5.636
Total	4.674.089	4.775.439	4.868.736	4.951.185	5.052.429
Variação	2,0%	2,2%	2,0%	1,7%	2,0%

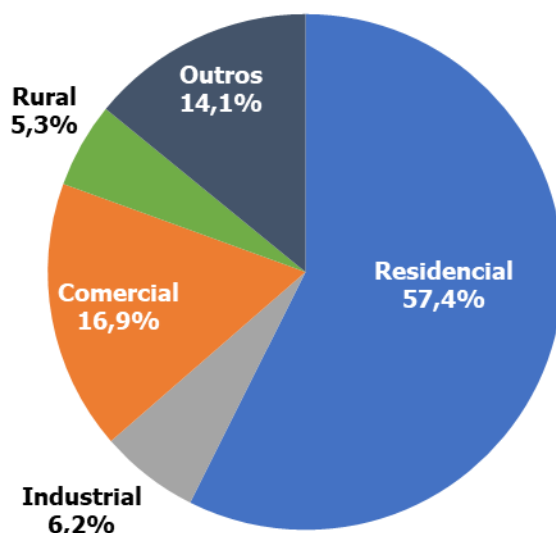
Comportamento do mercado – A distribuição de energia da CPFL Paulista, no período de janeiro a dezembro de 2024, totalizou 34.448 GWh, com um aumento de 5,4% em relação ao mesmo período de 2023, sendo 19.902 GWh para o mercado cativo (19.701 GWh em 2023), 14.463 GWh para o mercado livre (12.820 GWh em 2023) e 83 GWh como Uso D (168 GWh em 2023).

Destaque para a migração de clientes para o mercado livre, que levou a um crescimento de 12,0% nesse mercado. No mercado cativo, a classe residencial apresentou crescimento de 6,8%, devido à melhora da massa de renda, maiores temperaturas registradas, e o incremento de unidades consumidoras em 2024 quando comparado ao ano de 2023. As classes industrial e comercial tiveram uma retração de 26,4% e 6,2%, respectivamente, devido ao incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e a migração de clientes cativos para o mercado livre. A classe rural apresentou desempenho positivo de 16,8% em relação ao ano de 2023, devido à baixa pluviometria quando comparado ao ano de 2023. A classe poder público apresentou desempenho positivo de 10,7% em relação a 2023 devido às maiores temperaturas registradas e ao incremento de unidades consumidoras em 2024, se comparado ao ano de 2023. A classe iluminação pública apresentou queda de 4,2% em relação a 2023, devido a troca de luminárias para mais modernas (LED).

A seguir são apresentados os resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido					
GWh	2020	2021	2022	2023	2024
Energia Faturada	20.043	20.154	19.460	19.701	19.902
Fornecimento	19.851	19.974	19.375	19.627	19.831
<i>Residencial</i>	<i>10.115</i>	<i>10.204</i>	<i>10.043</i>	<i>10.653</i>	<i>11.380</i>
<i>Industrial</i>	<i>1.952</i>	<i>2.009</i>	<i>1.846</i>	<i>1.680</i>	<i>1.235</i>
<i>Comercial</i>	<i>3.724</i>	<i>3.633</i>	<i>3.657</i>	<i>3.581</i>	<i>3.358</i>
<i>Rural</i>	<i>1.261</i>	<i>1.253</i>	<i>1.025</i>	<i>907</i>	<i>1.060</i>
<i>Poderes Públicos</i>	<i>572</i>	<i>613</i>	<i>682</i>	<i>741</i>	<i>821</i>
<i>Iluminação Pública</i>	<i>1.018</i>	<i>1.014</i>	<i>1.002</i>	<i>977</i>	<i>936</i>
<i>Serviço Público</i>	<i>1.209</i>	<i>1.249</i>	<i>1.120</i>	<i>1.088</i>	<i>1.041</i>
Suprimento p/ agentes de distribuição	192	180	85	74	72
Uso da Rede de Distribuição	10.467	12.102	12.856	12.988	14.546
<i>Consumidores Livres/Dist./Ger.</i>	<i>10.467</i>	<i>12.102</i>	<i>12.856</i>	<i>12.988</i>	<i>14.546</i>
<i>Consumidores Rede Básica</i>	-	-	-	-	-
Total	30.510	32.256	32.316	32.689	34.448
Variação	-3,6%	5,7%	0,2%	1,2%	5,4%

Mercado Cativo Atendido Consumo por classe de consumidores | 2024



Perdas – O Plano de Perdas da CPFL Paulista tem sido intensificado nos últimos anos, aumentando os investimentos nos projetos de blindagem, como Caixa Blindada e Conjunto de Medição, além da regularização de consumidores clandestinos com redes diferenciadas e robustas.

Além disto, a CPFL Paulista está focando na melhoria da qualidade operacional, aprimorando os critérios de seleção dos alvos de inspeção (aumentando a assertividade das seleções), além de executar as inspeções com equipamentos mais precisos, como *fiber scope* e ADR. Entre os anos de

2023 e 2024, as perdas reais foram de 10,72% e 10,10%, respectivamente, considerando perdas na rede básica.

Desconsiderando as perdas na rede básica, não gerenciáveis pela distribuidora, o nível de perdas de distribuição para os anos de 2023 e 2024, foram de 9,36% e 8,79%, respectivamente.

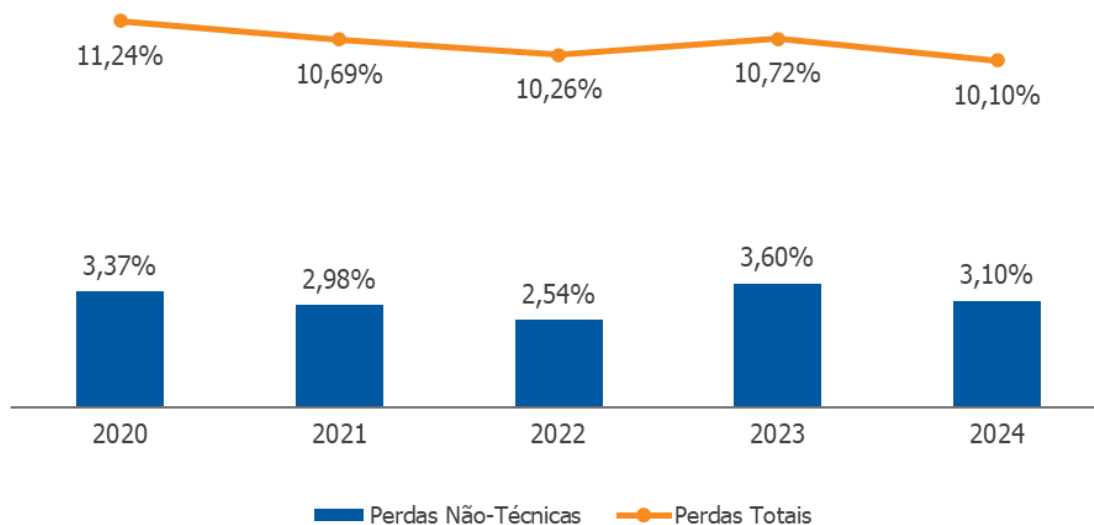
Essa performance é sustentada pelo programa de recuperação de energia, que em 2024 recuperou 234,3 GWh, através de inspeções em 150,7 mil unidades consumidoras, recorte de 1,87 mil instalações inativas religadas à revelia, além da implementação das melhorias de qualidade operacional, melhorando o ticket médio de energia. Por fim, a CPFL Paulista regularizou mais de 1,2 mil consumidores clandestinos, além de blindar 29 mil consumidores em baixa tensão e mais de 229 em média tensão. Também foram realizadas ações com a polícia e publicações em mídia alertando aos consumidores que o furto é crime e passível de prisão.

Importante observar que o índice de perdas resultante e mostrado na tabela abaixo além de contabilizar as perdas na rede básica, é obtido com critério diferente, que não considera em sua base o montante de energia decorrente de inversão de fluxo, além da inserção das energias de MMGD, razão pela qual diverge do valor utilizado pela Agência em outras análises.

Balanco Energético					
Energia Requerida	2020	2021	2022	2023	2024
Venda de Energia	20.291	20.128	19.462	19.723	19.787
<i>Fornecimento</i>	<i>20.099</i>	<i>19.948</i>	<i>19.342</i>	<i>19.601</i>	<i>19.650</i>
<i>Suprimento p/ agentes de distribuição¹</i>	<i>192</i>	<i>180</i>	<i>121</i>	<i>122</i>	<i>136</i>
Consumidores Livres/Dist./Ger.	10.684	12.215	12.908	13.061	14.655
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	30.975	32.343	32.370	32.784	34.442
Perdas na Rede Básica	605	598	584	554	548
Perdas na Distribuição	3.319	3.275	3.116	3.384	3.320
<i>Perdas Técnicas</i>	<i>2.144</i>	<i>2.196</i>	<i>2.201</i>	<i>2.061</i>	<i>2.132</i>
<i>Perdas não Técnicas - PNT</i>	<i>1.175</i>	<i>1.079</i>	<i>915</i>	<i>1.323</i>	<i>1.188</i>
PNT / Energia Requerida %	3,37%	2,98%	2,54%	3,60%	3,10%
Perdas Totais PT	3.924	3.872	3.700	3.938	3.868
PT / Energia Requerida %	11,24%	10,69%	10,26%	10,72%	10,10%
Total	34.899	36.216	36.070	36.722	38.310
Perdas na D	9,68%	9,19%	8,78%	9,36%	8,79%

Nota: (1) Energia faturada de suprimento conforme critério utilizado para o Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica (SAMP).

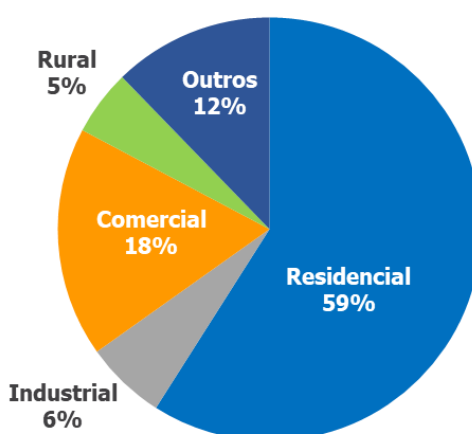
Obs.: Os números das linhas de Venda de Energia e de Consumidores Livres divergem dos apresentados na tabela Mercado Atendido por estarem na “visão carga”; os clientes do grupo A são faturados no mês seguinte ao consumo. . Anos marcados por temperaturas mais amenas que os anteriores impactam a carga e deixam mais evidentes descolamentos de faturamento. Com isso, as perdas verificadas na distribuição no ano tendem a ser menores do que as técnicas. Este é um movimento natural e temporal, podendo ser mais explícito, porém não impactando o ciclo tarifário



Receita por classe de consumidores – A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, totalizou em R\$ 13.408 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida por classe de consumidores R\$ mil			
Classe	2024	2023	%
Residencial	7.912.406	7.065.006	12,0%
Industrial	825.597	1.007.393	-18,0%
Comercial	2.356.557	2.370.305	-0,6%
Rural	671.183	550.301	22,0%
Outros	1.642.352	1.541.177	6,6%
Total	13.408.095	12.534.181	7,0%

Receita líquida por classe de consumidores | 2024



Número de consumidores – O número de consumidores em dezembro de 2024 apresentou um crescimento de 2,0% sobre o mesmo mês de 2023, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2024	2023	%
Residencial	4.660.241	4.565.496	2,1%
Industrial	23.684	25.878	-8,5%
Comercial	251.977	244.044	3,3%
Rural	70.674	71.973	-1,8%
Outros	45.853	43.794	4,7%
Total	5.052.429	4.951.185	2,0%

Tarifas – A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2024, atingiu R\$ 676,13/MWh, com um aumento de 5,9% com relação a 2023.

Em 02 de abril de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.314, a ANEEL homologou o resultado da Reajuste Tarifário Anual da CPFL Paulista, em vigor desde 8 de abril de 2024, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em 3,91%, sendo 2,03% relativos ao

Reajuste Tarifário Econômico e 1,88% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 3,96% e da Parcela B de -1,93%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 1,46%, sendo de 0,80%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 1,77%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

Tarifa Média de Fornecimento	
Classe	em R\$/MWh
Residencial	695,31
Industrial	668,23
Comercial	701,85
Rural	633,26
Outros	586,99
Tarifa Média	676,13

Para o cálculo das tarifas médias de fornecimento por classe foi considerado a Receita do Consumo, a Demanda Ativa bruta e o mercado apurado para cada classe de consumo, conforme quadro mostrado no item "Comportamento de Mercado".

Tarifa por faixa de consumo	Até 90 kWh	de 91 kWh a 200 kWh	Acima de 200 kWh
Tarifas brutas R\$	727,22	826,39	886,85

Para as tarifas por faixa de consumo da CPFL Paulista, foram consideradas as tarifas para a classe residencial de até 90 kWh, de 91 a 200 kWh e acima de 200 kWh, sendo a sua composição formada pela Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Energia (TE), com tributos (ICMS, PIS e COFINS).

Qualidade do fornecimento – Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC Horas	FEC Interrupções
2020	6,81	4,27
2021	6,21	4,24
2022	5,25	3,56
2023	5,14	3,26
2024	4,78	3,01

Atendimento ao consumidor – A CPFL Paulista, em seu compromisso de excelência no atendimento ao consumidor, possui uma ampla estrutura de atendimento presencial voltada para o cliente de baixa tensão, que são as Agências de Atendimento. Essa estrutura está presente em toda a área de concessão da CPFL Paulista, composto de 234 municípios, e é dimensionada para cumprir com qualidade, eficiência e presteza, as diretrizes regulatórias vigentes.

As Agências, além de possibilitarem aos consumidores o atendimento às suas necessidades relativas aos serviços de distribuição de energia elétrica, são responsáveis por processos de negociação de débitos de contas regulares e de irregularidade, ressarcimento de danos, bem como pelo relacionamento com os Procons, imobiliárias e outros parceiros que também prestam serviços aos clientes.

Como resultado dessa intensa interação com o consumidor e com presença em todos os municípios da área de concessão, no ano de 2024 houve negociação de débitos de irregularidades de anos anteriores em torno de R\$ 12,9 milhões.

Na CPFL Paulista, essa estrutura é composta por 17 agências de atendimento, 221 agentes credenciados e 2.421 imobiliárias, responsáveis por 8,95 milhões de atendimentos (serviços gerados) em 2024. Contamos também com 83 totens de autoatendimento distribuídos em todas as agências e nos credenciados com maior volume de clientes, possibilitando uma forma alternativa de atendimento com mais autonomia e agilidade para nossos clientes. Em 2024 foram gerados 3,3 milhões de atendimentos nos totens.

Além das Agências de Atendimento presencial e credenciados, as distribuidoras do Grupo CPFL estão sempre inovando na forma de se relacionarem com os consumidores, incentivando a utilização de novas formas de atendimento.

Dados de atendimento da CPFL Paulista:

- *Call Center*: com capacidade de atendimento de 19,3 mil chamadas/dia que, aliado a outros canais de atendimento, absorve 9,4 milhões/mês de interação com os clientes, sem que com isto ocorra congestionamentos nos canais de atendimento;
- Site CPFL: 44,2 milhões de atendimentos realizados;
- Aplicativo CPFL Energia: 37,9 milhões de atendimentos realizados;
- WhatsApp: 7,8 milhões de atendimentos realizados;
- SMS: 379,7 mil mensagens recebidas;
- E-mail: 57,9 mil atendimentos realizados;
- Canais exclusivos para Imobiliárias, Condomínios, Agentes Públicos e Hospitais: 3,2 milhões de atendimentos realizados;
- Mídias Sociais (Facebook, Reclame Aqui e Consumidor.gov): 51,7 mil atendimentos realizados.

Tecnologia da informação – O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2024, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: (i) ADR; (ii) CP18 - Resolução 1000; (iii) GD - Geração Distribuída; (iv) Gestão de Contratos EPEC; (v) MDM Livres; (vi) Modernização Projetos Particulares; (vii) Modernização de Canais Digitais; (viii) Nota Fiscal Eletrônica; (ix) Programa de Automação - Despacho Dinâmico de Serviços; (x) Programa Gestão de RH; (xi) Solução Fiscal; e (xii) Tele Group B.

Desempenho econômico-financeiro – Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui apresentados refletem as Demonstrações Contábeis Regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

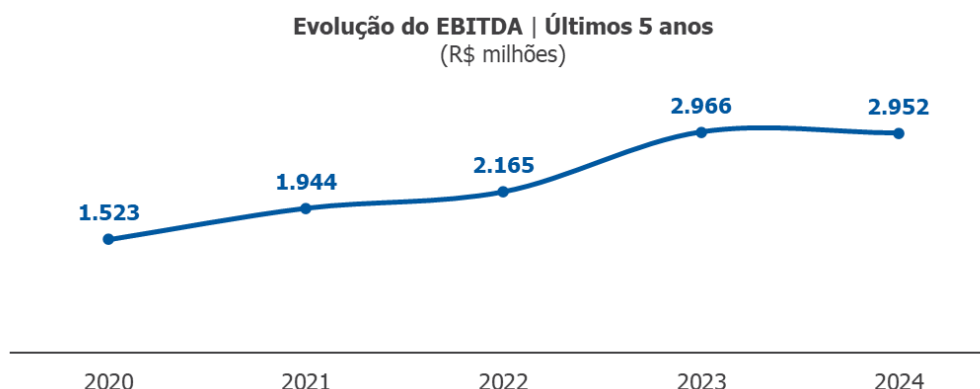
Em 2024, a CPFL Paulista alcançou receita líquida de R\$ 12.878 milhões, um aumento de 2,2% (R\$ 279 milhões), principalmente em decorrência dos seguintes aumentos: (i) de 9,5% (R\$ 1.026 milhões) na disponibilização do sistema de transmissão e distribuição; (ii) de 3,3% (R\$ 252 milhões) na receita de fornecimento de energia elétrica; (iii) de 29,5% (R\$ 240 milhões) nas doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido; e (iv) da redução de 3,0% (R\$ 98 milhões) nos encargos de parcela A. Estes itens foram parcialmente compensados pelas seguintes variações: (v) redução de 83,5% (R\$ 625 milhões) nos ativos e passivos financeiros setoriais; (vi) aumento de 14,3% (R\$ 622 milhões) nos tributos; (vii) redução de 48,4% (R\$ 83 milhões) na energia elétrica de curto prazo e (viii) redução de 28,4% (R\$ 7 milhões) nos serviços cobráveis.

Nos custos não gerenciáveis (Parcela A), houve um aumento de 4,2% (R\$ 341 milhões), devido ao aumento de 5,7% (R\$ 334 milhões) na energia comprada para revenda e de 0,3% (R\$ 7 milhões) no encargo de transmissão, conexão e distribuição.

As despesas operacionais (Parcela B) em 2024 foram de R\$ 2.081 milhões, uma redução de 3,4% (R\$ 72 milhões).

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
Em R\$ mil	2024	2023
Resultado Líquido	974.857	1.066.041
Depreciação e Amortização	654.515	679.442
Resultado Financeiro	887.249	718.226
Impostos Sobre o Lucro	434.997	502.496
EBITDA	2.951.618	2.966.207

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 2.952 milhões em 2024, uma redução de 0,5% (R\$ 15 milhões) em relação a 2023 e sua evolução pode ser observada conforme gráfico abaixo:



Em 2024, a CPFL Paulista apurou um Resultado Financeiro negativo (despesa financeira líquida) de R\$ 887 milhões, um aumento de 23,5% (R\$ 169 milhões). A Receita Financeira foi de R\$ 782

milhões, uma redução de 32,3% (R\$ 373 milhões), e a Despesa Financeira foi de R\$ 1.670 milhões, uma redução de 10,9% (R\$ 204 milhões).

O Resultado Líquido apurado pela CPFL Paulista em 2024 foi de R\$ 975 milhões, uma redução de 8,6% (R\$ 91 milhões).

Investimentos - Em 2024, os investimentos em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição na CPFL Paulista totalizaram R\$ 1.443 milhões, um aumento de 9,7% em relação à 2023. Para esta mesma rubrica nos próximos cinco anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 9.120 milhões (vide quadro Evolução e Projeção de Investimentos).

Evolução e Projeção dos Investimentos

Plano de Desenvolvimento de Distribuição R\$ Mil	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
	Realizado	Realizado	Realizado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
AIS Bruto	2.195.216	1.315.953	1.443.242	1.787.532	1.913.365	2.163.326	1.662.368	1.592.988
Transformador de Distribuição	186.110	174.003	207.999	41.538	42.905	44.395	45.959	47.573
Medidor	85.102	70.781	90.281	95.271	95.898	115.384	88.001	100.757
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	357.037	301.730	315.886	145.704	145.558	147.800	141.041	147.157
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	714.075	603.530	631.772	869.697	891.667	1.081.384	1.009.909	850.489
Redes Alta Tensão (69 kV)	41.050	1.358	1.969	-	27.928	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	192.231	25.152	21.665	195.147	170.618	134.589	42.076	12.049
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	11.704	614	4.784	56.288	19.046	54.046	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	50.649	21.086	6.422	74.199	27.184	25.006	15.399	78.829
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	469.619	34.839	57.674	309.689	492.561	560.722	319.983	356.135
Subestações Alta Tensão (primário maior igual a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	87.640	82.859	104.791	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(230.615)	(138.813)	(167.778)	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(230.615)	(138.813)	(167.778)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Ultrapassagem de demanda</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Excedente de reativos</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Diferença das perdas regulatórias</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Outros</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros - Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2024R	2025P	2026P	2027P	2028P	2029P
Plano de Investimentos 2023	1.443.242	1.787.532	1.913.365	2.163.326	1.662.368	1.592.988

R\$ Mil	2024P	2025P	2026P	2027P	2028P
Plano de Investimentos 2022	1.423.063	1.579.406	2.006.162	2.124.194	1.702.669

Em relação às diferenças entre os Planos de Investimento de 2024 e de 2023 da CPFL Paulista, é importante ressaltar que as obras previstas no PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição) são orientativas e, devido às variações de mercado ou de outros eventos, podem sofrer deslocamento no tempo e/ou alterações em seus escopos.

Adicionalmente, as justificativas dos desvios referentes ao ano de 2024 podem ser obtidas em detalhes através das críticas de obras do banco de dados do PDD disponível na ANEEL.

É importante ressaltar que os valores aqui apresentados diferem da previsão anteriormente publicada junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), já que neste comparativo, é incluído apenas o PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição), que é somente voltado para ativos elétricos da Distribuição, enquanto os números divulgados junto à CVM incluem também investimentos em ativos não elétricos.

Captações de recursos – Para reforço de capital de giro e realizar a gestão de passivos, a CPFL Paulista realizou a emissão de debêntures (R\$ 1.763 milhões).

Valor adicionado – Em 2024, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CPFL Paulista foi de R\$ 11.354 milhões, representando 54,0% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

R\$ mil	2024	%
Pessoal e Encargos	625.763	5,5%
Remuneração direta	325.719	2,9%
Benefícios	264.392	2,3%
F.G.T.S.	35.652	0,3%
Impostos, taxas e contribuições	7.764.056	68,4%
Federais	4.408.000	38,8%
Estaduais	3.345.200	29,5%
Municipais	10.856	0,1%
Remuneração de capital de terceiros	1.541.479	13,6%
Juros	1.539.692	13,6%
Aluguéis	1.787	0,0%
Remuneração de capital próprio	1.422.412	12,5%
Juros sobre o capital próprio (incluindo adicional proposto)	138.500	1,2%
Dividendo (incluindo adicional proposto)	625.795	5,5%
Lucros retidos	658.117	5,8%
Total	11.353.710	100,0%

Importante ressaltar que a distribuição apresentada na tabela acima, segue o que foi reportado nas Demonstrações Financeiras Societárias e que a Receita Operacional Bruta utilizada para calcular a representatividade do Valor Adicionado é a reportada nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, que em 2024 foi de R\$ 21.030.355 mil.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos – De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 25 de abril de 2024, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2023, através de (i) juros sobre capital próprio no montante de R\$ 169.260 mil e (ii) dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 445.406 mil.

Foram aprovadas em Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) de 28 de março, 30 de setembro e 30 de dezembro de 2024, as declarações de juros sobre capital próprio, no montante total de R\$ 138.500 mil (R\$ 117.725 mil líquidos do IRRF), a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2024.

Será deliberado em AGO, em abril de 2025, dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 388.791 mil e dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 237.004 mil.

No exercício de 2024, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 524.286 mil referentes a dividendos e juros sobre capital próprio.

Composição acionária – A CPFL Paulista é uma empresa de capital aberto, cujo controle é 100% detido pela CPFL Energia. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da CPFL Paulista era de R\$ 1.395.747 mil, composto por 880.653.031 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

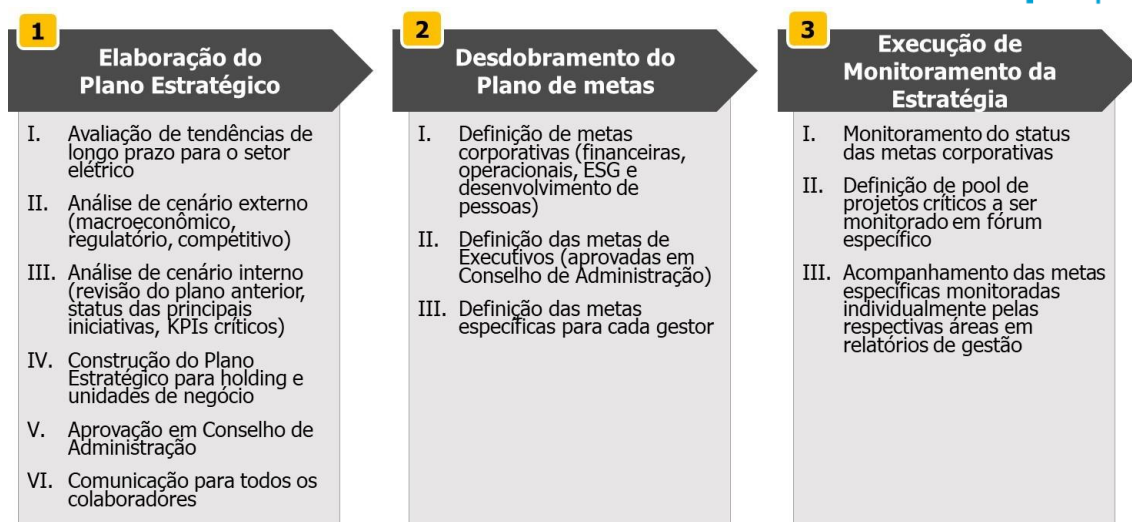
Planejamento empresarial – Desde 2002, a Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Estratégico e para o grupo CPFL Energia, com aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento para cada unidade de negócio e áreas corporativas.

O Plano Estratégico é realizado anualmente, para o ciclo de 5 anos. O processo segue as seguintes etapas:

- i. Definição das macrotendências globais para o setor elétrico, com base em *desk research* e suporte dos especialistas internos, integrado com o *Roadmap* Tecnológico da empresa;
- ii. Análise de cenário externo suportadas por especialistas em temas críticos (Tendências do Mercado de Energia, Projeções Macroeconômicas; Cenário Competitivo; ESG; Digitalização e experiência do consumidor, entre outros);
- iii. Análise interna, com avaliação do status de atingimento das metas traçadas no ciclo anterior de Planejamento;
- iv. Construção do Planejamento Estratégico para o próximo ciclo de 5 anos.

Ao longo do processo, cada uma das etapas é validada junto à Diretoria Executiva, com aprovação final em Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de governança.

O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três principais etapas (figura abaixo):



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

Análises de Cenários Externo & Interno - Na elaboração do Plano Estratégico, são realizadas análises de cenário externo com suporte externo de especialistas em diversos assuntos, como por exemplo:

- Tendências de Mercado (ex: mudanças tecnológicas, mudanças regulatórias, riscos de negócio);
- Análises Macroeconômicas (ex: projeção de aumento de carga, crescimento de PIB, taxas de câmbio);
- Cenário Competitivo (ex: estratégia aparente de competidores, cenário de oportunidades e riscos em M&A);
- Cenário Regulatório e Institucional (ex: temas regulatórios como Renovação das concessões, liberalização do mercado, reforma tributária);
- Mudanças climáticas (ex: aumento do número de eventos climáticos extremos no mundo e no Brasil, assim como seus impactos para o setor elétrico).

Em paralelo, é realizada a avaliação do cenário interno: atualização das principais iniciativas, análise de resultados e objetivos operacionais/ financeiros, metas e indicadores do ciclo anterior.

A partir dessas análises, as principais tendências e oportunidades de cada negócio são mapeadas para o Planejamento Estratégico.

Elaboração da Estratégia - Com os status dos resultados do ano anterior e priorizando indicadores levantados nas avaliações de cenários (incluindo critérios de segurança, nossas pessoas, qualidade no atendimento ao cliente, eficiência operacional, inovação e crescimento, mudanças climáticas e regulação) são determinadas as novas iniciativas e diretrizes de negócio, com projetos prioritários e planos de ação necessários para atingir os objetivos, até a consolidação no Plano Estratégico, validado e aprovado no Conselho Administrativo.

Desdobramento em Metas - A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados recentes e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

Para o processo de metas e levantamento dos principais utilizadores da empresa, foi incorporado o uso da metodologia BSC (*Balanced ScoreCard*), dividindo os objetivos em 4 grandes perspectivas: Financeira/Criação de Valor; Clientes/Partes Interessadas; Processos Internos; Capacidade Organizacional. A partir dessas perspectivas, foram mapeados os principais temas que acompanham a estratégia da empresa, detalhando para cada um desses temas os principais indicadores que podem ser utilizados para acompanhar seu desenvolvimento.

Divulgação Planejamento Estratégico - As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:

- Evento de divulgação com participação dos Executivos, com participação ativa dos colaboradores;
- Vídeo com o resumo das principais diretrizes e iniciativas do Plano Estratégico;
- Workshops nas áreas de negócio;
- Campanhas internas – banners e cartazes em diversos locais;
- Kit de divulgação para lideranças, com conteúdo sobre plano da holding e materiais customizados para cada unidade de negócio;
- Quiz para engajamento dos colaboradores, com reconhecimento para os maiores pontuadores;
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os stakeholders através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos negócios e do grupo.

Implementação & Monitoramento da Estratégia - São acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação e pelas áreas de negócio por meio de ferramentas de gestão customizadas (relatórios de gestão, comitês de projetos com participação dos Executivos e monitoramento das metas dos Vice-Presidentes e Diretores), com planos de ação tempestivos elaborados à medida que se faça necessário.

Sistemas de Gestão e programas da qualidade – Em 2024, as atividades compreenderam:

- Recertificação dos Sistemas de Gestão, que compreendem as normas NBR ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) e ISO 45001 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho). Adicionalmente, a CPFL Paulista participou do escopo de manutenção da CPFL Holding na norma ISO 27001 (Segurança da Informação) e manutenção da certificação da ISO 37001 (Gestão Antissuborno);
- Das 119 Estações Avançadas do grupo CPFL Paulista, 97 unidades participaram do programa Colaborativo, representando 81% de adesão ao programa. As EAs obtiveram resultado médio de 88,25% nas avaliações dos pilares referente aos temas de Utilização, Organização e segurança, Limpeza e economia, Disciplina. Destas 97 localidades operacionais que participaram, 60 obtiveram avaliações superior à média que corresponde a mais de 61%;
- Prêmio ABRADEE 2024: A CPFL Paulista foi reconhecida em primeiro lugar na categoria “ASG” e finalista nas categorias “Evolução do Desempenho”, “Melhor Desempenho – Região Sudeste” e “Melhor Desempenho – Nacional”;

- Melhores em Gestão FNQ - Fundação Nacional da Qualidade: A CPFL Paulista foi reconhecida na categoria "Prata".

Recursos humanos – Em 2024, a CPFL Paulista investiu cerca de R\$ 7,4 milhões em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

Uma das dimensões do "Nosso Jeito de Ser", nosso direcionador de comportamento, é aprender com a jornada e ser o protagonista do seu desenvolvimento e nós aqui na Universidade CPFL atuamos como facilitadores deste movimento, incentivando o colaborador a assumir e buscar caminhos para cada vez mais evoluir em sua própria carreira. Realizamos isso por meio do aprendizado de *soft skills*, ou habilidades técnicas e comportamentais, emocionais e sociais. Hoje ofertamos em nossa plataforma de aprendizagem (Success) o Guia de autodesenvolvimento que compõe cursos de Habilidades técnicas e comportamentais; palestras ao vivo com especialistas em temas técnicos e comportamentais, parceria com Instituições Nacionais, Unicast (Podcast) além da adaptação dos treinamentos presenciais para os formatos online, buscando inovação em ferramentas, dinamismo na entrega dos conteúdos e aplicação de cases reais e atividades práticas. Essas ações permeiam a frente das quatro escolas de ensino da Universidade CPFL: Excelência Operacional, Excelência no Atendimento, Negócios e Inovação e Liderança.

A partir disso, em 2024, tivemos **+ de 27 mil participações** em treinamentos, com **27,3 horas de treinamento** por colaborador neste período.

Sustentabilidade – A CPFL Paulista mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável e, reforçando este compromisso, a *holding* CPFL Energia lançou em 2022 o Plano ESG 2030, que abrange todos os seus negócios, com foco em quatro pilares – Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O Plano ESG 2030 é desdobrado em 24 compromissos públicos em diversas áreas da empresa. Mais informações estão disponíveis no Relatório Anual em www.grupocpfl.com.br/sustentabilidade/relatorio-anual e www.cpfl.com.br/ri.

CPFL Paulista em números:

Atendimento	2024	2023	%
Número de consumidores	4.957.998	4.951.185	1,7%
Número de empregados ¹	305	305	0,3%
Número de consumidores por empregado	16.256	16.233	1,4%
Número de localidades atendidas	234	234	0,0%
Número de agências	17	17	0,0%
Número de postos de atendimento	221	221	-0,5%

Nota: (1) Número de empregados = número de atendentes agência + 1 atendente por rede fácil.

Operacionais	2024	2023	%
Número de subestações	295	295	0,0%
Linhas de transmissão (Km)	5.937	5.806	-2,2%
Linhas de distribuição (Km)	138.330	136.067	1,6%

Mercado	2024	2023	%
Área de concessão (Km ²)	90.485	90.486	0,0%
Demanda máxima (MWh/h)	6.441	6.455	-0,2%
Mercado atendido (GWh)	34.448	32.689	5,4%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.493	2.333	6,8%

Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh):

Total (exceto curto prazo)	676,13	638,62	5,9%
<i>Residencial</i>	695,31	663,22	4,8%
<i>Industrial</i>	701,85	661,88	6,0%
<i>Comercial</i>	668,23	599,79	11,4%
<i>Rural</i>	633,26	606,56	4,4%
<i>Outros</i>	586,99	549,20	6,9%
DEC (horas)	4,78	5,14	-7,0%
FEC (número de interrupções)	3,01	3,26	-7,7%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	44,73	76,87	-41,8%

Financeiros	2024	2023	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	21.030.355	20.226.488	4,0%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	12.878.351	12.599.092	2,2%
Resultado da atividade (R\$ mil)	2.297.103	2.286.764	0,5%
Margem operacional do serviço líquida (%)	17,8%	18,2%	-1,7%
EBITDA ou LAJIDA (R\$ mil)	2.951.618	2.966.207	-0,5%
Lucro líquido (R\$ mil)	974.857	1.066.041	-8,6%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	3.014.900	2.636.554	14,4%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	32,3%	40,4%	-20,0%
Endividamento (incluindo derivativos) (R\$ mil)	9.120.036	9.547.307	-4,5%
Em moeda nacional (%)	73,2%	81,4%	-10,1%
Em moeda estrangeira (%)	26,8%	18,6%	44,0%

Agradecimentos – Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Paulista. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CPFL Paulista.

Campinas, 28 de abril de 2025.

A Administração.

Companhia Paulista de Força e Luz
CNPJ nº 33.050.196/0001-88

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 5,1 milhões de consumidores.

1.1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Companhia pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda exceda a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito através de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.3 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou nas demonstrações contábeis regulatórias, o capital circulante líquido negativo de R\$ 657.729, sendo que, caso necessário, potenciais aprovações de financiamento serão realizadas. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

1.4 Renovação de concessões de distribuição de energia elétrica no Brasil

Em 28 de março de 2025, a Companhia protocolou, nos termos do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, perante a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) o requerimento para firmar novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, conforme minuta final publicada no Despacho ANEEL nº 517, de 27 de fevereiro de 2025, com efeitos imediatos das cláusulas contratuais, após assinatura do novo termo aditivo contratual, e efetivação da prorrogação da concessão por mais 30 (trinta) anos a partir de 20 de novembro de 2027.

1.4 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da Task Force for Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Iniciativas específicas:

A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma Advanced Distribution Management System (ADMS) e o Weather Translator System (WeTS), além de projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia.

Gestão de crises

O Grupo CPFL possui um documento que tem como objetivo estabelecer e regulamentar as principais diretrizes de gestão de crise, incluindo o acionamento do Grupo de Crise, papéis e responsabilidades das partes envolvidas, bem como avaliação da ocorrência e classificação de sua gravidade. Este grupo é responsável pela avaliação dos eventos anormais (“ocorrências”), monitoramento de fatores de risco e gestão das ações endereçadas para situações de crise. A composição é feita por membros permanentes e ad hoc que compõem os times estratégico e de apoio técnico-operacional. Os membros ad hoc e demais áreas acessórias poderão ser acionadas pontualmente para compor o Grupo, de acordo com a natureza e criticidade do evento.

O primeiro passo para gerenciar a ocorrência é classificar sua natureza e, se caracterizado como crise, o seu nível de gravidade. Ou seja, entender qual é a intensidade com que as consequências e a repercussão dos fatos podem atingir a Companhia e, por fim, os públicos de seu relacionamento.

Para determinar o nível de gravidade, são analisadas as características da ocorrência, considerando o impacto nas pessoas, nas comunidades, no meio ambiente, na área financeira, na segurança patrimonial e nas operações da Companhia.

Para todos os casos, considera-se também a abrangência da repercussão da ocorrência na opinião pública e stakeholders, o que inclui os veículos de comunicação conhecidos: jornais, revistas, rádios, televisões, portais de internet, agências de notícias, blogs, redes sociais e outros.

A extensão da ocorrência e a sua gravidade devem também ser avaliadas, considerando a abrangência do assunto do ponto de vista de localização geográfica. Pela complexidade das operações da CPFL, as emergências ou crises podem ter diferentes níveis de abrangência.

Além das respostas técnicas, a CPFL se mobiliza para oferecer suporte tanto às comunidades afetadas quanto aos seus colaboradores, podendo incluir doações de suprimentos e recursos financeiros, dentre outras ações.

Por exemplo, no evento climático extremo ocorrido recentemente no Rio Grande do Sul, a CPFL implementou medidas em colaboração com outras instituições para a reconstrução das áreas afetadas e restauração de serviços essenciais. Essas ações refletem o compromisso da CPFL com a mitigação de crises, resiliência frente a desastres e o apoio contínuo às comunidades impactadas, garantindo que as operações da Companhia voltem à normalidade de forma eficiente.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, substituída em 2021 pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis emitidas e aprovadas pela ANEEL.

A ANEEL, em 17 de setembro de 2021, através do Despacho nº 2.904, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Resolução Normativa nº 933, de 2021, decidiu: (i) revisar o MCSE, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e (iii) aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. A versão vigente foi aprovada através do Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota 32, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão regulatória da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 28 de abril de 2025.

Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (www.cpfl.com.br).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os

seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, cuja classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros e iii) ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativos e passivos financeiros setoriais: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Tributos diferidos: reconhecimento de ativos em função de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Outros ativos circulantes e não circulantes: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 12 – Imobilizado e intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 14 – Empréstimos, financiamentos e Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 15 – Benefícios Pós-Emprego: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 18 – Provisão para litígios e depósitos judiciais e cauções: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos, e
- Nota 29 – Instrumentos Financeiros: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional:

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas que as adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas demonstrações financeiras de 2024 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação regulatória compulsória, conforme determina a Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador (nota 12).

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as distribuidoras de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados, em conformidade com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

3.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

Os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos ativos intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.4 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, e do poder concedente União, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, acrescidos do valor da reavaliação. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.5 Reserva de reavaliação e Reavaliação regulatória compulsória

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social (nota 32.3.1).

A constituição da reavaliação se dá por meio do processo de revisão tarifária periódica, que no caso da Companhia ocorre a cada cinco anos. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações. Esse laudo é revisado e homologado pela ANEEL. A última reavaliação registrada pela Companhia no processo de revisão tarifária da data-base de 31 de outubro de 2022, foi aprovada pela Resolução Homologatória 3.183/2023, demonstrado na Nota Técnica no 57/2023–SGT/ANEEL, de 31 de março de 2023.

4 DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Valor reavaliado de um ativo:

O ativo imobilizado e intangível é contabilizado pelo custo de aquisição deduzidos da depreciação acumulada. Os valores são acrescidos da parcela de reavaliação de ativo homologado pela ANEEL por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela

respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	88.228	116.926
Equivalentes de caixa	304.405	1.368.710
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	7.510	9.644
Títulos de crédito privado (b)	284.550	1.173.907
Fundos de investimento (c)	12.345	185.159
Total	392.633	1.485.637

- d) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e remuneração de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (15% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- e) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) (CDBs) no montante de R\$ 2.474 (R\$ 1.123.967 em 31 de dezembro de 2023) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 282.076 (R\$ 49.940 em 31 de dezembro de 2023), todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,84% do CDI (102,07% do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- f) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média 99,50% do CDI (98,45% do CDI em 31 de dezembro de 2023), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDBs e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

6 CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Valores Correntes						Valores Renegociados					Total em 31/12/2024	Total em 31/12/2023	
	Correntes a Vencer		Correntes Vencidas				Renegociados a Vencer		Renegociados Vencidos					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos			
Fornecimento de Energia	1.553.044	573.870	66.228	12.326	79.169	(129.810)	30.919	146.279	20.402	32.407	(75.221)	2.309.615	2.626.684	
Residencial	507.127	432.953	46.516	2.094	26.276	(84.727)	19.092	43.283	15.817	15.471	(56.548)	967.353	1.033.383	
Industrial	41.942	29.036	2.028	2.907	30.771	(18.479)	630	5.374	443	10.223	(7.213)	97.663	100.039	
Comercial	116.740	58.778	5.764	4.672	3.760	(14.481)	3.186	23.628	2.056	5.750	(9.849)	200.005	205.482	
Rural	36.144	16.254	3.768	-	720	(1.039)	614	1.794	544	851	(1.347)	58.302	57.712	
Poderes Públicos	54.517	14.602	3.110	1.163	707	(1.092)	3.716	38.781	1.444	-	(172)	116.776	107.421	
Iluminação Pública	65.800	3.291	423	267	1.756	(1.392)	349	-	99	-	(6)	70.586	76.807	
Serviço Público	50.846	17.776	4.326	1.208	15.110	(8.600)	3.331	33.420	-	113	(87)	117.441	108.401	
Serviço Taxado	656	1.180	294	15	70	-	-	-	-	-	-	2.216	3.153	
Fornecimento Não Faturado	684.284	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	684.284	935.894	
(-) Arrecadação Processo Classif.	(5.011)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.011)	(1.607)	
Encargos Tarifários	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	5	
Outros consumidores	45.120	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.120	40.204	
Consumidores	1.598.168	573.870	66.228	12.326	79.169	(129.810)	30.919	146.279	20.402	32.407	(75.221)	2.354.737	2.666.893	
Suprimento Energia - Moeda Nacional	4.848	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.848	3.373	
Energia Elétrica de Curto Prazo	25.420	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.421	5.418	
Concessionárias e permissionárias	30.269	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.270	8.790	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.628.437	573.870	66.228	12.326	79.169	(129.810)	30.919	146.279	20.402	32.407	(75.222)	2.385.007	2.675.683	
												Circulante	2.306.610	2.604.398
												Não Circulante	78.397	71.285
													2.385.007	2.675.683

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 29 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias
Saldo em 31/12/2022	(200.272)
Provisão revertida (constituída) líquida	(208.965)
Recuperação de receita	71.569
Baixa de contas a receber provisionadas	154.493
Saldo em 31/12/2023	(183.175)
Provisão revertida (constituída) líquida	(292.051)
Recuperação de receita	97.434
Baixa de contas a receber provisionadas	172.761
Saldo em 31/12/2024	(205.032)

7 TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	464.728	416.772
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	21.586	11.732
ICMS a compensar	133.958	119.177
Programa de integração social - PIS	3.716	7.973
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	28.110	21.854
Outros	138	138
Total	652.236	577.646
Não circulante		
Contribuição social a compensar - CSLL	53.366	556
Imposto de renda a compensar - IRPJ	145.587	1.545
ICMS a compensar	167.270	166.711
Outros	58.323	94.304
Total	424.546	263.116

Imposto de renda e Contribuição social a compensar - refere-se basicamente a saldo negativo de IRPJ e CSLL do período de 2021 e 2022.

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte no circulante: refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos público.

Imposto de renda e contribuição social a compensar no não circulante: refere-se ao reconhecimento do crédito gerado sobre a atualização financeira de repetição de indébito. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu que o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não incidem sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na devolução de tributos pagos indevidamente (repetição de indébito). A Companhia havia impetrado ação judicial em julho de 2021, resguardando assim seu direito de recuperar os montantes tributados a maior nos últimos 5 anos. Em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil resposta à Solução de Consulta por ela previamente apresentada, que tem relação como tema, tornando-se neste momento possível o reconhecimento do crédito no montante de R\$ 196.852.

ICMS a compensar: refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

7.1 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	151.638	186.296
COFINS sobre ICMS	698.454	858.089
Total circulante	850.092	1.044.385
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	287.955	333.240
COFINS sobre ICMS	1.326.338	1.534.307
Total não circulante	1.614.292	1.867.547
Passivo	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	622.472	1.016.667
Total circulante	622.472	1.016.667
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	1.688.921	1.990.792
Total não circulante	1.688.921	1.990.792

Tendo em vista **(i)** decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e da COFINS **(ii)** decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e **(iii)** os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e **(iv)** a Companhia possui uma ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e da COFINS, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 4.087.795.

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em fevereiro de 2022, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil e houve o início da utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil.

Com isso, no reajuste tarifário de abril de 2022 e na RTE de 13 de julho de 2022, foram repassados parte dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 773.880, de igual maneira nos reajustes tarifários de abril de 2023 e 2024 houve repasse nos montantes de R\$ 1.007.900 e R\$ 756.374 (nota 9) restando assim no passivo com consumidores, o saldo de R\$ 2.311.393 atualizado até 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.007.459 em 31 de dezembro de 2023).

Em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R\$ 1.001.007 foi recolhido em fevereiro de 2024. Posteriormente, tais valores foram abatidos do repasse ao consumidor no Reajuste Tarifário Anual – RTA.

Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta o início das compensações em fevereiro de 2022, até dezembro de 2024 já foram compensados junto à Receita Federal do Brasil o montante de R\$ 2.557.050, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.464.384 (R\$ 2.911.932 em 31 de dezembro de 2023).

Foi publicada a Lei n. 14.385 em 28 de junho de 2022, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito.

Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor até o momento, não significa qualquer renúncia de direito.

8 INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicação direta (a)	122.374	-
Através de fundos de investimentos (b)	158.260	199.364
Outros (c)	30.807	29.751
Total	<u>311.441</u>	<u>229.114</u>

- (c) Representa principalmente títulos sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate sem perda significativa de valor, com remuneração equivalente de 102,43% do CDI.
- (d) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, no montante de R\$ 158.260 (R\$ 199.364 em 31 de dezembro de 2023), cuja remuneração equivalente, na média de 99,50% do CDI (98,45% do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- (e) O saldo representa valores aplicados em títulos da dívida pública, por meio de cotas de fundos de investimentos, destinando-se a composição de garantias contratuais em financiamentos junto ao BNDES, cujo a remuneração média era equivalente à 100% do CDI no montante de R\$ 30.807 (R\$ 29.751 em 31 de dezembro de 2023)

9 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Transferências	Saldo em 31/12/2024
CVA Ativa (a)	259.066	26.932	(14.783)	(271.216)	-
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	(88.808)	(45.111)	(5.630)	139.548	-
Custo de Energia Itaipu	(150.752)	(54.005)	(3.471)	208.228	-
Proinfa	(1.416)	(8.025)	(199)	9.639	-
Transporte de Rede Básica	290.496	90.752	7.828	(389.076)	-
Transporte de Energia - Itaipu	44.688	16.616	1.119	(62.423)	-
ESS/EER	157.527	(8.797)	2.969	(151.698)	-
CDE	7.331	35.502	(17.399)	(25.434)	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais (b)	(60.202)	(94.858)	(25.754)	180.813	-
Neutralidade da Parcela A	(137.213)	17.423	(7.352)	127.142	-
Sobrecontratação de Energia	410.330	(59.335)	11.686	(362.681)	-
Diferimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica	-	4.399	(21.542)	17.143	-
Bandeira Faturada	(208)	45.515	-	(45.307)	-
Outros	(333.111)	(102.860)	(8.546)	444.516	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	198.864	(67.926)	(40.535)	(90.403)	-

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2023	Adição	Amortização	Atualização monetária	Perdas	Devolução do crédito de PIS/COFINS	Recebimento		Saldo em 31/12/2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
							CDE Eletrobrás (c)	Transferências					
CVA Passiva (a)	(176.869)	328.215	4.869	17.490	(29)	-	(85.576)	271.216	359.315	67.526	291.789	281.186	78.129
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	(159.833)	222.299	216.476	(4.238)	1.510	-	-	(139.548)	136.666	(15.924)	152.590	95.809	40.857
Custo de Energia Itaipu	90.354	87.854	15.483	(12.542)	(268)	-	-	(208.228)	(27.347)	(53.257)	25.910	(34.285)	6.938
Proinfa	(2.935)	(624)	10.449	(635)	(1)	-	-	(9.639)	(3.386)	(2.709)	(677)	(3.204)	(182)
Transporte de Rede Básica	58.410	43.262	(308.877)	25.452	(50)	-	-	389.076	207.275	93.104	114.171	176.704	30.571
Transporte de Energia - Itaipu	5.178	(12.872)	(42.294)	3.931	(1)	-	-	62.423	16.365	17.244	(879)	16.600	(235)
ESS/EER	(99.465)	60.219	(7.521)	11.631	(1.258)	-	-	151.698	115.303	57.029	58.274	99.700	15.603
CDE	(68.579)	(71.923)	121.153	(6.109)	39	-	(85.576)	25.434	(85.561)	(27.961)	(57.600)	(70.138)	(15.423)
Demais Passivos Financeiros Setoriais (b)	(188.361)	(850.665)	709.426	(33.917)	8	(756.374)	-	(180.813)	(1.300.696)	(308.288)	(992.408)	(810.055)	(490.641)
Neutralidade da Parcela A	(40.913)	(54.057)	143.259	(888)	(133)	-	-	(127.142)	(79.873)	(39.633)	(40.240)	(69.098)	(10.775)
Sobrecontratação de Energia	209.085	117.426	(508.612)	(87)	-	-	-	362.681	180.493	115.989	64.504	163.222	17.271
Devoluções Tarifárias	15.974	(125.340)	(184.795)	1.859	-	-	-	(17.143)	(309.444)	(41.134)	(268.310)	(12.687)	(296.757)
Bandeira Faturada	-	(61.927)	-	-	-	-	-	45.307	(16.620)	(16.620)	-	(12.170)	(4.450)
Devolução crédito de PIS e COFINS	(273.314)	(328.155)	818.549	-	-	(756.374)	-	-	(539.293)	(211.138)	(328.155)	(451.427)	(87.866)
Outros	(99.194)	(398.612)	441.025	(34.801)	141	-	-	(444.516)	(535.959)	(115.752)	(420.207)	(427.894)	(108.065)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(365.230)	(522.450)	714.295	(16.427)	(21)	(756.374)	(85.576)	90.403	(941.381)	(240.762)	(700.619)	(528.869)	(412.512)

a) CVA - Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Atualmente, os principais gastos considerados como custos não gerenciáveis são:

- Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
- Energia Elétrica Comprada para Revenda;
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”);
- Encargos de Serviço do Sistema (“ESS”) e Encargos de Energia de reserva (“EER”);
- Rede Básica;
- Repasse de Itaipu;
- Transporte de Itaipu.

Os itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela - CVA” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 08 de abril de 2024 a 07 de abril de 2025, entre os valores apurados dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação CVA foi iniciada em 08 de abril de 2024, logo após o final da vigência da Reajuste Tarifário anual de abril de 2024 - RTA, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, a RTA não alterou o mecanismo de compensação.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

- **Neutralidade dos encargos setoriais da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.
- **Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.
- **Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifaria Periódica:** refere-se aos componentes financeiros referentes a recálculos de processos tarifários, de forma a neutralizar os efeitos aos consumidores.
- **Devolução do crédito de PIS/COFINS:** conforme a Resolução Homologatória (“RH”) nº 3.183 relativa ao RTP de 2023, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 1.007.900. Este valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no primeiro trimestre de 2023 (nota 7.1);
- **Outros: (i) Bandeira de escassez hídrica:** em decorrência da antecipação de um componente financeiro negativo, ocorreu a reversão, homologada na RTP 2023, que estará em amortização até o processo tarifário

de 2024; (ii) **Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos:** valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão e (ii) diferimento de ativos regulatórios (Parcela B), entre outros.

c) Recebimento – CDE Eletrobrás

Conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos 13 consumidores. O repasse de 2024 ocorreu em abril, cujo valor de R\$ 85.576 foi homologado por meio do Despacho nº 1.239 de 23 de abril de 2024.

10 TRIBUTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Benefício Fiscal do intangível incorporado	13.492	37.477	18.117	50.326
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	93.252	259.034	97.525	270.905
Provisões para litígios	30.003	83.341	27.747	77.075
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.495	54.152	17.708	49.190
Provisão energia livre	10.362	28.783	9.447	26.242
Programas de P&D e eficiência energética	7.315	20.318	6.507	18.076
Provisão relacionada a pessoal	3.756	10.434	3.557	9.881
Derivativos	(11.385)	(31.625)	17.759	49.331
Marcação a Mercado - Derivativos	(263)	(732)	(5.365)	(14.902)
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.878)	(5.217)	(2.562)	(7.117)
Ativo Intangível da concessão (ICPC-01)	76	212	103	285
Outros	35.772	99.368	22.624	62.845
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado	(271.077)	(752.992)	(236.302)	(656.395)
Reavaliação regulatória compulsória	(271.077)	(752.992)	(293.047)	(814.020)
Perdas atuariais (CPC)	-	-	56.745	157.625
Total	(164.332)	(456.482)	(120.658)	(335.165)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros.

10.1 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 3,0% ao ano.

10.2 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no passivo não circulante, (em função de divulgar o saldo líquido considerando ativos e passivos), decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2025	257.919
2026	108.588
2027	87.848
Total	454.355

10.3 – Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social.

	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	1.409.854	1.409.854	1.568.538	1.568.538
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Realização correção monetária complementar	413	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	(138.500)	(138.500)	(169.260)	(169.260)
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(1.995)	(3.190)	(5.854)	(5.854)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	120.941	120.941	100.968	100.968
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(88.120)	(118.049)	5.446	(24.348)
Base de cálculo	1.302.593	1.271.055	1.499.838	1.470.044
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(117.233)	(317.764)	(134.985)	(367.511)
Corrente	(151.916)	(414.107)	(187.845)	(514.345)
Diferido	34.683	96.343	52.860	146.834

(*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

10.4 – O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2024 e 2023 foram os seguintes:

	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/ (ganhos) atuariais	(675.287)	(675.287)	(1.172)	(1.172)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	154.869	154.869	-	-
Base de cálculo	(520.418)	(520.418)	(1.172)	(1.172)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	46.838	130.105	105	293
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	31.520	87.555	19.852	55.143
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuarias	78.357	217.660	19.957	55.436
Reserva de Reavaliação	(244.114)	(244.114)	2.331.916	2.331.916
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos em outros resultados abrangentes sobre reserva de reavaliação	21.970	61.029	(209.872)	(582.979)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	100.328	278.688	(189.915)	(527.543)

11 OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos - fornecedores	5.251	1.299	-	-
Serviços prestados a terceiros	12.347	4.747	-	-
Contas a receber - CDE	281.817	199.432	-	-
Adiantamentos a funcionários	7.825	8.760	-	-
Arrendamentos e alugueis de postes	41.748	43.138	-	-
Faturas diversas	20.833	10.088	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.574)	(8.582)	-	-
Outros	22.871	34.627	6.099	5.975
Total	386.118	293.509	6.099	5.975

Contas a receber – CDE – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 21.660 (R\$ 28.361 em 31 de dezembro de 2023) e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 254.936 (R\$ 165.667 em 31 de dezembro de 2023) (nota 22.3) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 5.221 (R\$ 5.404 em 31 de dezembro de 2023).

Outros: refere-se, principalmente, aos contratos de direito de uso (arrendamento) da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está detalhada abaixo:

	Outros Ativos Circulantes
Saldo em 31/12/2022	(8.802)
Provisão revertida (constituída) líquida	220
Saldo em 31/12/2023	(8.582)
Provisão revertida (constituída) líquida	(210)
Baixa de contas a receber provisionadas	2.218
Saldo em 31/12/2024	(6.574)

12 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024			2023
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,88%	28.695.313	(14.770.345)	13.924.967	13.347.525
Custo Histórico		15.451.576	(5.247.556)	10.204.019	9.286.283
Reavaliação		13.243.737	(9.522.789)	3.720.948	4.061.241
Administração	7,36%	565.738	(404.789)	160.949	169.755
Custo Histórico		281.245	(177.909)	103.336	107.117
Reavaliação		284.493	(226.880)	57.613	62.638
Subtotal		29.261.051	(15.175.134)	14.085.916	13.517.279
Em Curso		1.466.095	-	1.466.095	1.000.622
Distribuição		1.285.122	-	1.285.122	859.107
Administração		180.973	-	180.973	141.515
Subtotal		1.466.095	-	1.466.095	1.000.622
Total		30.727.146	(15.175.134)	15.552.011	14.517.901

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024			2023
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	13,25%	675.836	(357.498)	318.337	320.392
Custo Histórico		311.219	(164.218)	147.000	148.655
Reavaliação		364.617	(193.280)	171.337	171.737
Administração	20,00%	766.118	(726.977)	39.142	55.370
Custo Histórico		438.964	(401.073)	37.891	52.523
Reavaliação		327.154	(325.904)	1.251	2.848
Subtotal		1.441.954	(1.084.475)	357.479	375.763
Em Curso		240.570	-	240.570	125.453
Distribuição		109.070	-	109.070	52.271
Administração		131.500	-	131.500	73.182
Subtotal		240.570	-	240.570	125.453
Total		1.682.524	(1.084.475)	598.049	501.215

A movimentação do imobilizado no exercício é demonstrada abaixo:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Distribuição	27.690.455	1.238	(479.535)	1.483.155	-	28.695.313	1.004.858	(14.770.345)	13.924.967	13.347.525
Terrenos	200.101	-	-	1.242	-	201.342	1.242	-	201.343	200.101
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	633.824	1.197	(1.920)	11.324	-	644.425	10.601	(370.554)	273.870	275.866
Máquinas e Equipamentos	26.720.110	42	(470.614)	1.443.201	-	27.692.738	972.628	(14.295.984)	13.396.754	12.830.424
Veículos	121.407	-	(7.000)	26.526	-	140.934	19.526	(94.355)	46.579	34.785
Móveis e Utensílios	15.013	-	(2)	863	-	15.874	861	(9.452)	6.422	6.349
Administração	552.103	-	(1.425)	15.060	-	565.738	13.635	(404.790)	160.948	169.755
Terrenos	22.759	-	-	-	-	22.759	-	-	22.759	22.759
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	240.289	-	-	217	-	240.506	217	(186.204)	54.303	58.132
Máquinas e Equipamentos	250.134	-	(113)	5.324	-	255.345	5.211	(194.238)	61.107	71.312
Veículos	17.638	-	(1.312)	9.397	-	25.724	8.086	(11.972)	13.752	7.514
Móveis e Utensílios	21.283	-	-	121	-	21.404	121	(12.376)	9.028	10.039
Subtotal	28.242.558	1.238	(480.960)	1.498.215	-	29.261.051	1.018.493	(15.175.135)	14.085.916	13.517.279
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Distribuição	859.107	1.857.709	-	(1.444.076)	12.382	1.285.122	413.632	-	1.285.122	859.107
Máquinas e Equipamentos	568.193	1.699.730	-	(1.408.381)	12.207	871.748	291.348	-	871.748	568.193
Outros	290.915	157.979	-	(35.695)	175	413.373	122.284	-	413.373	290.915
Administração	141.515	106.255	-	(54.415)	(12.382)	180.973	51.841	-	180.973	141.515
Máquinas e Equipamentos	47.605	22.358	-	(2.910)	(12.207)	54.845	19.448	-	54.845	47.605
Outros	93.910	83.897	-	(51.504)	(175)	126.128	32.392	-	126.128	93.910
Subtotal	1.000.622	1.963.964	-	(1.498.491)	-	1.466.095	465.473	-	1.466.095	1.000.622
Total do Ativo Imobilizado	29.243.180	1.965.202	(480.960)	(276)	-	30.727.146	1.483.966	(15.175.135)	15.552.011	14.517.901

A composição das adições ao ativo imobilizado em curso no exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso 2024	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
Imobilizado em Curso	1.183.638	568.663	98.896	18.476	2.496	101.935	1.974.103
Terrenos	60	738	-	588	-	33.958	35.343
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	635	19.023	2	-	-	-	19.659
Máquinas e Equipamentos	1.089.745	466.140	86.215	16.574	2.352	61.062	1.722.088
Veículos	61.453	701	-	-	-	-	62.153
Móveis e Utensílios	2.070	(2)	-	-	-	-	2.067
Pesquisa & Desenvolvimento	25.001	4.556	-	-	-	3.824	33.381
A Ratear	4.675	77.509	12.679	1.314	144	3.091	99.411
Outros - Estoque	-	-	-	-	-	(10.139)	(10.139)
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	2.432	2.432
Material em Depósito	-	-	-	-	-	(14.477)	(14.477)
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	603	603
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	1.303	1.303
Total das Adições	1.183.638	568.663	98.896	18.476	2.496	91.796	1.963.964

A movimentação da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)
AIS Bruto	26.720.110	42	(470.614)	1.443.201	-	27.692.738	972.628
Transformador de Distribuição	3.137.965	32	(91.577)	207.968	-	3.254.388	116.422
Medidor	1.788.766	-	(71.206)	90.281	-	1.807.842	19.075
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	3.706.342	3	(68.789)	315.882	(277)	3.953.162	247.097
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	7.412.684	7	(137.502)	631.765	(554)	7.906.399	494.269
Redes Alta Tensão (69 kV)	500.086	-	(500)	1.969	2.545	504.099	1.469
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	2.489.377	-	(2.835)	21.665	13.391	2.521.598	18.830
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	181.862	-	(733)	4.784	(561)	185.351	4.051
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	497.113	-	(1.039)	6.422	1.497	503.993	5.384
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	4.055.495	-	(55.330)	57.674	5.926	4.063.765	2.344
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	2.950.420	-	(41.104)	104.791	(21.967)	2.992.140	63.687
Obrigações Especiais Em Serviço Bruto	(4.866.897)	(12.628)	-	(155.150)	-	(5.034.675)	(167.778)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(4.442.008)	(12.628)	-	(155.150)	-	(4.609.785)	(167.778)
Outros	(424.890)	-	-	-	-	(424.890)	-
Originadas da Receita	(424.890)	-	-	-	-	(424.890)	-
Ultrapassagem de demanda	(219.282)	-	-	-	-	(219.282)	-
Excedente de reativos	(205.608)	-	-	-	-	(205.608)	-

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas (A)+(B)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Intangível em Serviço								
Distribuição	673.890	-	1.946	675.836	1.946	(357.498)	318.338	320.392
Servidões	319.740	-	1.670	321.409	1.670	(10.529)	310.880	309.211
Softwares	332.449	-	5	332.455	5	(328.895)	3.560	6.053
Outros	21.701	-	271	21.972	271	(18.074)	3.898	5.128
Administração	759.959	-	6.159	766.118	6.159	(726.977)	39.141	55.370
Softwares	755.169	-	6.159	761.327	6.159	(722.187)	39.140	54.890
Outros	4.791	-	-	4.791	-	(4.790)	1	481
Subtotal	1.433.849	-	8.105	1.441.954	8.105	(1.084.475)	357.479	375.763
Ativo Intangível em Curso								
Distribuição	52.271	59.805	(3.007)	109.070	56.798	-	109.070	52.271
Servidões	45.795	54.695	(1.670)	98.821	53.025	-	98.821	45.795
Outros	6.476	5.110	(1.337)	10.249	3.773	-	10.249	6.476
Administração	73.182	63.140	(4.822)	131.500	58.318	-	131.500	73.182
Outros	73.182	63.140	(4.822)	131.500	58.318	-	131.500	73.182
Subtotal	125.453	122.945	(7.829)	240.570	115.117	-	240.570	125.453
Total do Ativo Intangível	1.559.302	122.945	276	1.682.524	123.222	(1.084.475)	598.049	501.215

As principais taxas anuais de depreciação/amortização por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Chave Seccionador, Tensão Igual ou Superior a 69kV	3,33%
Chave Seccionador, Tensão Inferior a 69kV	6,67%
Condutor Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	2,70%
Condutor Classe de Tensão Inferior a 69kV	3,57%
Estrutura Poste	3,57%
Estrutura Torre	2,70%
Medidor Eletromecânico	4,00%
Medidor Eletrônico	7,69%
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57%
Regulador de Tensão, Igual ou Superior a 69kV	3,45%
Regulador de Tensão, Inferior 69kV	4,35%
Religador	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Administração central	
Software	20,00%
Equipamento Geral de Informática	16,67%
Equipamento Geral	6,25%
Veículos	14,29%
Edificações - Outras	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

13 FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de Uso da Rede Elétrica	253.374	270.404
Encargos de Conexão	5.426	4.695
Suprimento de Energia Elétrica	745.778	813.214
Materiais e serviços	477.777	333.989
Outros	178.317	160.826
Total	1.660.673	1.583.128

14 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

14.1 Abertura de Endividamento total:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adin- plente?	Data Captação / Rescatuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					Total
																2026	2027	2028	2029	2031+	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	9.326	713.939	1.046.129	1.769.394												1.046.789	(660)	-	-	-	1.046.129
Lei 4131 - HSBC	4.770	-	1.067.803	1.072.372	Sim	fev-23	Aval/Fiança	Iene	1,20%	fev-25	Semestral	jan-26	jan-26	Amortização: Parcela única em março de 2026	Bullet (final)	1.067.803	-	-	-	-	1.067.803
Lei 4131 - BNP Paribas	1.069	286.703	-	287.773	Sim	fev-20	Aval/Fiança	US\$	2,40%	fev-25	Trimestral	fev-25	fev-25	Amortização: Parcela única em fevereiro de 2025	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-
Lei 4131 - Scotiabank S.A	2.479	227.378	-	229.857	Sim	out-22	Aval/Fiança	US\$	4,85%	abr-25	Semestral	out-25	out-25	Amortização: Parcela única em outubro de 2025	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-
Lei 4131 - Citibank, N.A	737	121.847	-	122.384	Sim	mar-20	Aval/Fiança	US\$ Sofr	0,99%	fev-25	Trimestral	fev-25	fev-25	Amortização: 03 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2023	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-
Lei 4131 - BNP Paribas	272	83.596	-	83.868	Sim	fev-20	Aval/Fiança	US\$	2,39%	fev-25	Trimestral	fev-25	fev-25	Amortização: 03 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2023	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-
Gastos com captação de empréstimos	-	(4.176)	(4.714)	(8.190)	Sim	dez-24	Não há	Outros a especificar	0,00%	jan-25	N.A.	jan-25	dez-28	N.A.	Outros	(4.054)	(660)	-	-	-	(4.714)
Marcação a mercado	-	(3.909)	(16.960)	(20.869)	Sim	dez-24	Não há	Outros a especificar	0,00%	jan-25	N.A.	jan-25	jan-26	N.A.	Outros	(16.960)	-	-	-	-	(16.960)
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	45.961	542.316	6.799.190	7.387.466												3.731.542	1.622.846	299.551	449.581	695.670	6.799.190
12ª Emissão de Debêntures - PALFA2	19.301	-	3.192.000	3.211.301	Sim	dez-22	Aval/Fiança	CDI	1,20%	dez-25	Semestral	dez-26	dez-26	Pagamento Final em 12/26	Bullet (final)	3.192.000	-	-	-	-	3.192.000
BNDES- FINEM - 20/21 - Sub B	2.068	-	1.243.958	1.246.026	Sim	jun-20	Aval/Fiança	IPCA	4,27%	mar-25	Trimestral	jul-27	jul-27	Pagamento final em 07/27	Bullet (final)	-	1.243.958	-	-	-	1.243.958
14ª Emissão de Debêntures - PALFA4	6.366	290.857	509.000	806.223	Sim	mar-24	Aval/Fiança	CDI	0,55%	mar-25	Semestral	mar-25	set-27	Amortização: Pagamento Trimestral de Amortização e Juros	Bullet (final)	290.857	218.143	-	-	-	509.000
15ª Emissão - PALFAS	4.944	-	750.000	754.944	Sim	set-24	Aval/Fiança	CDI	0,49%	mar-25	Trimestral	set-28	set-29	Amortização: 5 Parcelas (set/28, dez/28, mar/29, jun/29 e set/29)	SAC	-	-	300.000	450.000	-	750.000
13ª Emissão de Debêntures - PALFB3 - 2ª Série	7.200	-	578.718	585.916	Sim	nov-23	Aval/Fiança	CDI	6,18%	abr-25	Semestral	out-33	out-35	Amortização: 3 parcelas (out/33, out/34 e out/35)	Bullet (final)	-	-	-	-	578.718	578.718
BNDES- FINEM - 18/19	451	94.874	150.218	245.543	Sim	dez-18	Aval/Fiança	IPCA	4,74%	jan-25	Trimestral	jan-25	jul-27	Durante o período de carência: pagamento de Juros- trimestral	SAC	94.874	55.343	-	-	-	150.218
BNDES- FINEM - 20/21 - Sub A	403	96.932	145.398	242.732	Sim	jun-20	Aval/Fiança	IPCA	4,27%	jan-25	Trimestral	jan-25	jun-27	Mensal após 07/2023	SAC	96.932	48.466	-	-	-	145.398
13ª Emissão de Debêntures - PALFA3 - 1ª Série	2.611	-	209.781	212.392	Sim	nov-23	Aval/Fiança	CDI	6,18%	abr-25	Semestral	out-31	out-33	Amortização: 3 parcelas (out/31, out/32 e out/33)	Bullet (final)	-	-	-	-	209.781	209.781
8ª Emissão - PALF38	2.617	60.684	121.368	184.669	Sim	out-17	Aval/Fiança	IPCA	5,09%	mar-25	Semestral	set-25	set-27	Amortização: 3 parcelas (set/25, set/26 e set/27)	Outro, especif. no cronograma	60.684	60.684	-	-	-	121.368
Arrendamento Mercantil	-	1.119	582	1.701	Sim	dez-24	Não há	Outros a especificar	0,00%	jan-25	N.A.	jan-25	out-26	N.A.	Outro, especif. no cronograma	518	64	-	-	-	582
Gastos com emissão de Debêntures	-	(2.150)	(9.230)	(11.380)	Sim	dez-24	Não há	Outros a especificar	0,00%	jan-25	N.A.	jan-25	out-35	N.A.	Outro, especif. no cronograma	(4.323)	(3.812)	(449)	(419)	(226)	(9.230)
Marcação a mercado	-	-	(92.604)	(92.604)	Sim	dez-24	Não há	Outros a especificar	0,00%	jan-25	N.A.	jan-25	out-35	N.A.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	(92.604)	(92.604)
Total por Divida:	55.287	1.256.255	7.845.318	9.156.861																	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	9.326	713.939	1.046.129	1.769.394																	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	45.961	542.316	6.799.190	7.387.466																	

14.2 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Ativos Financeiros	869.806	-	869.806								
Caixa e Aplicações Financeiras	869.806	-	869.807								
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	392.633	-	392.633								
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	311.441	-	311.441								
SWAP VINCULADO À DIVIDA Citibank N.A.	86.282	-	86.282	CDI	0,89%	fev-25	Trimestral	fev-25	fev-25	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)
SWAP VINCULADO À DIVIDA Banco BNP Paribas Brasil	24.147	-	24.147	CDI	0,85%	fev-25	Trimestral	fev-25	fev-25	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma
SWAP VINCULADO À DIVIDA BNP Paribas	29.829	-	29.829	CDI	0,80%	fev-25	Trimestral	fev-25	fev-25	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma
SWAP VINCULADO À DIVIDA Scotiabank S.A	25.472	-	25.472	CDI	1,05%	abr-25	Semestral	out-25	out-25	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)

14.3 Abertura dos Instrumentos Financeiros Derivativos:

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Venci- mento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	Valor Contratado	Valor Justo (*)
Swap - Lei 4131	HSBC Bank Brasil S.A.	fev-23	jan-26	YEN + 1,20%	CDI + 1,40%	1.101.000	(100.736)
Swap - Lei 4131	Santander	nov-23	out-35	IPCA + 6,1753%	CDI + 0,494%	430.000	(21.149)
Swap - Lei 4131	Santander	nov-23	out-33	IPCA + 6,1774%	CDI + 0,43%	199.538	(929)
Swap - Lei 4131	Scotiabank S.A	out-22	out-25	USD + 4,8450	CDI + 1,05%	197.000	25.472
Swap - Lei 4131	BNP Paribas	fev-20	fev-25	USD + 2,82%	CDI + 0,89%	196.567	29.829
Swap - Lei 4131	Itaú	nov-23	out-35	IPCA + 6,1753%	CDI + 0,521%	120.462	(6.091)
Swap - Lei 4131	Citibank N.A.	mar-20	fev-25	USD + 2,22%	CDI + 0,80%	91.349	86.282
Swap - Lei 4131	BNP Paribas	fev-20	fev-25	USD + 2,81%	CDI + 0,85%	58.320	24.147
Total						2.394.235	36.825

(*) positivo derivativo Ativo, negativo derivativo Passivo

14.4 Composição do Endividamento e Dívida Líquida:

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	31/12/2024	31/12/2023
(+) Dívida Bruta	55.287	1.575.294	7.845.301	9.475.882	10.773.608
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	9.326	713.939	1.046.129	1.769.394	1.624.839
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	45.961	542.316	6.799.190	7.387.466	7.769.801
Fundo de Pensão (*)	-	190.132	(18)	190.114	1.120.234
Derivativos a pagar	-	128.907	-	128.907	258.734
(-) Ativos Financeiros	-	(869.806)	-	(869.806)	(1.820.818)
Alta Liquidez	-	(392.633)	-	(392.633)	(1.485.637)
Demais Aplicações Financeiras	-	(311.441)	-	(311.441)	(229.114)
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Derivativos a receber	-	(165.731)	-	(165.731)	(106.067)
(+) Dívida Líquida	55.287	705.488	7.845.301	8.606.076	8.952.789

(*) O saldo da linha Benefício Pós-Emprego, no valor total de R\$ 314.018 (R\$ 1.126.355 em 31 de dezembro de 2023), inclui Outras contribuições no valor de R\$ 123.904 (R\$ 6.121 em 31 de dezembro de 2023).

14.5 Movimentações dos Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	1.837.490	-	(187.652)	161.382	-	(76.918)	1.734.301
CDI	799.669	-	(650.000)	33.803	-	(183.472)	-
Gastos com captação	(9.331)	-	-	3.140	-	-	(6.190)
Total moeda nacional	2.627.828	-	(837.652)	198.325	-	(260.390)	1.728.111
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	727.206	-	(165.049)	26.644	161.523	(26.443)	723.881
Iene	935.432	-	-	12.158	136.592	(11.610)	1.072.573
Marcação a mercado	(28.470)	-	-	7.600	-	-	(20.869)
Total moeda estrangeira	1.634.169	-	(165.049)	46.403	298.115	(38.053)	1.775.585
Arrendamento	1.908	1.560	(1.648)	(119)	-	-	1.701
Total	4.263.906	1.560	(1.004.350)	244.609	298.115	(298.443)	3.505.397
Circulante	1.151.226						919.112
Não circulante	3.112.680						2.586.284
Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	1.885.675	-	(134.906)	167.597	-	(80.876)	1.837.490
CDI	700.728	-	-	98.941	-	-	799.669
Gastos com captação	(12.719)	-	-	3.389	-	-	(9.331)
Total moeda nacional	2.573.684	-	(134.906)	269.926	-	(80.876)	2.627.828
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	1.350.703	-	(547.075)	36.028	(73.392)	(39.057)	727.206
Euro	1.113.544	-	(1.119.220)	6.889	-	(1.213)	-
Iene	-	1.101.000	-	3.659	(163.649)	(5.578)	935.432
Marcação a mercado	(35.767)	-	-	7.297	-	-	(28.470)
Total moeda estrangeira	2.428.480	1.101.000	(1.666.295)	53.873	(237.041)	(45.848)	1.634.169
Arrendamento	2.525	1.056	(1.973)	299	-	-	1.908
Total	5.004.689	1.102.056	(1.803.174)	324.099	(237.041)	(126.724)	4.263.906
Circulante	1.863.126						1.151.226
Não circulante	3.141.563						3.112.680

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

14.6 Condições restritivas dos empréstimos e financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL

Energia S.A. ("CPFL Energia") Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso, com base nas demonstrações financeiras societária. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societária da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societária consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e,
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

14.7 Movimentações das Debêntures:

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	3.964.089	1.768.000	(968.143)	559.315	(550.794)	4.772.468
IPCA	433.449	-	(254.601)	26.622	(20.801)	184.669
Gastos com captação	(12.027)	(4.873)	-	5.520	-	(11.380)
Total ao custo	4.385.511	1.763.127	(1.222.744)	591.458	(571.595)	4.945.757
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	760.175	-	-	82.075	(43.940)	798.310
Marcação a mercado	(14.952)	-	-	(77.651)	-	(92.604)
Total ao valor justo	745.223	-	-	4.423	(43.940)	705.707
Total	5.130.734	1.763.127	(1.222.744)	595.881	(615.534)	5.651.464
Circulante	279.250					392.430
Não circulante	4.851.484					5.259.034

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	3.959.118	-	-	550.151	(545.179)	3.964.089
IPCA	652.891	-	(244.250)	55.845	(31.038)	433.449
Gastos com captação	(15.530)	-	-	3.503	-	(12.027)
Total ao custo	4.596.479	-	(244.250)	609.499	(576.217)	4.385.511
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	-	750.000	-	10.175	-	760.175
Marcação a mercado	-	-	-	(14.952)	-	(14.952)
Total ao valor justo	-	750.000	-	(4.777)	-	745.223
Total	4.596.479	750.000	(244.250)	604.722	(576.217)	5.130.734
Circulante	260.095					279.250
Não circulante	4.336.384					4.851.484

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

14.8 Condições restritivas das debêntures:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas semestralmente, com base nas demonstrações financeiras societária, apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societária consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

15 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados conforme abaixo:

15.1 – Características:

Atualmente vigora, para os funcionários através da Vivest dois planos, com as seguintes características:

- 1) PPCPFL – Plano de benefício misto (fechado para adesões)
- c) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- d) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e

- As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável, que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Em 30 de agosto de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para permitir que os assistidos e pensionistas realizassem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o assistido deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado.

2) CD CPFL – Plano de contribuição definida (aberto para adesões)

Plano cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

15.2 – Movimentações dos planos de benefício definido:

	31/12/2024	31/12/2023
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	5.238.925	5.988.342
Valor justo dos ativos do plano	(5.147.907)	(5.019.755)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	91.019	968.587
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	156.833	-
Efeito da conversão para dívida financeira	(57.738)	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	190.114	968.587

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos e passivos do plano são como segue:

	Passivo	Ativo
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2022	6.263.349	(4.980.780)
Custo do serviço corrente bruto	903	-
Rendimento esperado no exercício	-	(514.680)
Ganho/Perda decorrente de conversão voluntária de renda *	(105.687)	88.412
Juros sobre obrigação atuarial	620.717	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(402.475)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	67.112
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(68.284)	-
Benefícios pagos no exercício	(722.656)	722.656
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2023	5.988.342	(5.019.755)
Custo do serviço corrente bruto	623	-
Juros sobre obrigação atuarial	559.491	-
Rendimento esperado no exercício	-	(505.134)
Contribuições de patrocinadoras	-	(318.670)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	34.010
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(647.888)	-
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(57.738)	-
Benefícios pagos no exercício	(661.642)	661.642
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2024	5.181.187	(5.147.907)

15.3 - Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo atuarial líquido no início do exercício	968.587	1.282.569
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	56.944	89.664
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(318.670)	(402.475)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(647.888)	(68.284)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	34.010	67.112
Efeito "Risk Sharing"	(57.738)	-
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	154.869	-
Passivo atuarial líquido no final do exercício	190.114	968.587
Dívida financeira	117.122	151.647
Outras contribuições	6.782	6.122
Total passivo	314.018	1.126.355
Circulante	231.469	429.799
Não circulante	82.549	696.556

15.4 - Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2025 estão apresentadas no montante de R\$ 326.887.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2025	576.101
2026	586.618
2027	596.143
2028	604.126
2029 a 2031	3.710.894
Total	6.073.882

Em 31 de dezembro de 2024, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 7,1 anos.

15.5 – Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2025 e as despesas reconhecidas em 2024 e 2023, são como segue:

	2025 Estimadas	2024 Realizadas	2023 Realizadas
Custo do serviço	259	623	903
(Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-	(17.275)
Juros sobre obrigações atuariais	578.369	559.491	620.717
Rendimento esperado dos ativos do plano	(593.754)	(505.134)	(514.681)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	18.538	1.964	-
Total da despesa (receita)	3.412	56.944	89.664

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	4,49% a.a.(*)	4,45% a.a.(*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT2000(-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Mercer Disability, suavizada 50% Masculina	Mercer Disability (-50)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR 2013 a 2021	ExpR 2013 a 2021
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

15.6 - Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2025, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2024.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	2024	2023
Renda fixa	86%	85%
Títulos públicos federais	34%	35%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	0%	0%
Outros investimentos de renda fixa	51%	49%
Renda variável	8%	8%
Fundos de investimento em ações	8%	8%
Investimentos estruturados	2%	3%
Fundos imobiliários	1%	0%
Fundos de investimento multimercado	1%	2%
Cotados em mercado ativo	96%	95%
Imóveis	1%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	1%	3%
Depósitos judiciais e outros	1%	3%
Não cotados em mercado ativo	4%	5%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Meta 2025
Renda fixa	88,5%
Imóveis	1,1%
Empréstimos e financiamentos	1,3%
Investimentos estruturados	8,8%
Investimentos no exterior	0,4%
	100,0%

A meta de alocação para 2025 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest efetuada ao final de 2024 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2025, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability *Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no

mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

15.7 - Análise de sensibilidade:

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação do benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 92.488 (redução de R\$ 89.519).

- Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 117.968 (redução de R\$ 119.761).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,82% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,57% a.a. e 12,07% a.a..

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

15.8 - Risco de investimento:

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios).

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, bem como pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias interna e externas. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação das políticas de investimentos, do plano de aplicação do patrimônio dos planos e da gestão previdenciária dos planos. Os resultados dos investimentos são acompanhados pela Diretoria de Investimentos e Patrimônio e apresentados periodicamente ao Comitê de Investimentos, ao Comitê Gestor e ao Conselho Deliberativo.

Na VIVEST, o “Apetite” aos riscos de investimentos está formalizado na Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, sendo que referido “Apetite” aos riscos de investimentos é desdobrado para as áreas de investimentos na forma de “tolerâncias” a riscos de investimentos, que são limites de riscos aprovados pela Diretoria Executiva e controlados pela Gerência Executiva GRC, área que responde diretamente ao Diretor Presidente da Vivest.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("*Stress Test*").

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia e entre os ativos dos planos.

16 ENCARGOS SETORIAIS

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.536	1.484	-	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	11.767	52.418	-	-
Bandeiras tarifárias e outros	7	7	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	42.374	83.089	30.459	12.856
Recurso a serem recolhidos à CDE - P&D	4.783	3.928	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	89.795	157.089	-	-
Recurso a serem recolhidos à CDE - PEE	3.040	5.069	-	-
EPE / FNDCT	2.951	(2.460)	-	-
Total	156.253	300.624	30.459	12.856

Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

17 TRIBUTOS

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	216.643	293.216
Programa de integração social - PIS	11.699	14.475
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	54.424	67.340
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	9.912	140.865
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	3.762	52.359
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	6.240
Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada	135.427	194.043
Outros	24.913	24.325
Total	456.780	792.863
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	3.969
Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada	992.608	925.899
Total	992.608	929.868

Transação tributária relacionada a contencioso judicial – dívida previdência privada

Em 27 de dezembro de 2022 foi celebrada Transação Tributária entre a Companhia e a Procuradoria da Fazenda Nacional ("PGFN"), com base na Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022, regulamentada pela Portaria PGFN/ME nº 6.757, de 29 de julho de 2022 e pela Portaria PGFN nº 10.826, de 22 de dezembro de 2022, referente aos processos relacionados às discussões acerca da dedutibilidade, para fins de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), das despesas reconhecidas no ano de 1997, referente à novação de dívida relativa ao plano de previdência dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP (atual "Vivest"). A administração baseou a decisão de celebrar a transação e desistir da discussão judicial após considerar o atual

estágio de discussão do processo, possível risco de desfecho em contrapartida com os benefícios financeiros atrelados à celebração da transação. Nos termos do referido acordo e, em contrapartida à extinção dos processos judiciais objeto do mesmo, o valor da dívida tributária determinado na Transação, na data base 1 de novembro de 2022, foi de R\$ 1.288.174. Os valores depositados judicialmente pela Companhia nos autos das Execuções Fiscais foram utilizados para a amortização dos saldos dos débitos tributários, resultando em uma dívida líquida total de R\$ 1.022.048 (data base 1 de novembro, 2022), que atualizado para 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.025.193.

Em maio de 2023 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional “PGFN” consolidou a dívida tributária determinada na Transação no montante de R\$ 1.055.378. Na ocasião, o acordo firmado estabeleceu que o saldo mencionado seria quitado em 60 (sessenta) parcelas, no entanto, em 2024, foi celebrado um Termo de Aditamento, o qual alterou a condição original, ampliando o número de parcelas para 120 (cento e vinte) mantidos inalterados todos os demais termos e condições da transação. Saldo atualizado do parcelamento em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.128.035.

Com relação às garantias financeiras (seguros e fianças bancárias), cujo montante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.139.224 (R\$ 1.716.086 em 31 de dezembro de 2023), serão mantidas em valor suficiente para garantir a Transação, podendo haver alteração no valor com autorização prévia da Fazenda Nacional, na proporção do que for amortizado do débito no âmbito da transação.

Diante da celebração da Transação Tributária e reconhecimento contábil da dívida, a Companhia adotará as medidas judiciais cabíveis para o cumprimento das condições estabelecidas e a extinção dos processos judiciais correlatos, conforme os termos da Transação.

18 PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções
Trabalhistas	108.511	22.624	96.481	19.442
Cíveis	105.430	7.457	97.082	8.750
Fiscais	88.746	20.753	113.864	88.239
Imposto de renda	4.059	-	28.423	-
Contribuição social	8.350	-	12.111	-
Outras	76.338	20.753	73.331	88.239
Regulatórios	27.516	-	24.884	-
Total	330.203	50.835	332.311	116.431

A movimentação das provisões para litígios fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	96.481	24.932	(4.317)	(18.426)	9.842	108.511
Cíveis	97.082	58.206	(13.301)	(52.696)	16.138	105.430
Fiscais	113.864	952	(32.152)	(802)	6.884	88.746
Regulatórios	24.884	-	-	-	2.632	27.516
Total	332.311	84.089	(49.770)	(71.923)	35.496	330.203

As provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- e. **Trabalhistas** - as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).

- f. **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- g. **Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo principalmente INSS, FGTS, SAT, PIS e COFINS; e
- h. **Regulatórios** - os processos administrativos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estavam assim representadas:

	31/12/2024	31/12/2023	Principais causas
Trabalhistas	86.729	98.279	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	695.626	595.032	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos e cobranças por ocupação de faixa de domínio
Fiscais	206.593	216.302	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	775.048	689.487	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	56.314	58.785	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	1.820.310	1.657.885	

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

19 OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Consumidores e concessionárias	318.473	199.659	-	-
Bônus Itaipu	86.135	-	-	-
Adiantamentos	5.723	4.577	1.019	1.890
Convênios de arrecadação	70.412	58.333	-	-
Outros	36.232	13.729	16.444	15.876
Total	516.976	276.298	17.464	17.766

Consumidores e concessionárias: As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização.

Bônus Itaipu: refere-se ao valor recebido da Companhia Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) em decorrência do saldo anual superavitário da Conta Comercialização da Energia Elétrica da usina hidrelétrica de Itaipu (Conta de Itaipu) referente ao ano 2023, que será repassado aos consumidores das classes residencial e rural que tiveram ao menos um mês de consumo inferior a 350 kWh no mesmo ano que houve superávit na Conta de Itaipu, por meio de aplicação da Tarifa Bônus definida pela Superintendência de Gestão Tarifária e Regulação Econômica (STR) da ANEEL. Em 2024, foi homologado por meio da REH nº 3.420, e será repassado aos consumidores elegíveis nas faturas que serão emitidas a partir de janeiro de 2025.

Adiantamentos: Referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Convênios de arrecadação: Referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

20 OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Transferências (B)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas (A)+(B)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Em serviço	4.866.897	12.628	155.150	-	5.034.675	167.778	(2.606.177)	2.428.498	2.461.113
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	8.636	-	-	-	8.636	-	(4.824)	3.812	4.164
Participação Financeira do Consumidor	2.788.519	32	66.455	-	2.855.006	66.487	(1.798.878)	1.056.128	1.104.378
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	1.454.716	-	88.695	-	1.543.411	88.695	(587.361)	956.050	926.723
Programa de Eficiência Energética - PEE	34.078	-	-	-	34.078	-	(23.454)	10.623	12.123
Pesquisa e Desenvolvimento	142.592	12.596	-	-	155.188	12.596	(77.366)	77.822	73.270
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	13.467	-	-	-	13.467	-	(5.446)	8.021	8.529
Outros	424.890	-	-	-	424.890	-	(108.847)	316.043	331.927
Ultrapassagem de demanda	163.934	-	-	-	163.934	-	(56.175)	107.759	125.819
Excedente de reativos	260.955	-	-	-	260.955	-	(52.672)	208.283	206.107
(-) Amortização Acumulada - AIS	(2.405.784)	(200.393)	-	-	(2.606.177)	(200.393)			
Participação da União, Estados e Municípios	(4.472)	(352)	-	-	(4.824)	(352)			
Participação Financeira do Consumidor	(1.684.141)	(114.736)	-	-	(1.798.878)	(114.736)			
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(527.993)	(59.368)	-	-	(587.361)	(59.368)			
Programa de Eficiência Energética - PEE	(21.954)	(1.500)	-	-	(23.454)	(1.500)			
Pesquisa e Desenvolvimento	(69.322)	(8.044)	-	-	(77.366)	(8.044)			
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(4.938)	(508)	-	-	(5.446)	(508)			
Outros	(92.963)	(15.884)	-	-	(108.847)	(15.884)			
Ultrapassagem de demanda	(38.115)	(8.197)	-	(9.862)	(56.175)	(8.197)			
Excedente de reativos	(54.848)	(7.686)	-	9.862	(52.672)	(7.686)			
Em curso	100.077	144.424	(155.150)	-	89.351	(10.726)	-	89.351	100.077
Participação Financeira do Consumidor	39.160	3.314	(23.184)	(323)	18.967	(19.870)	-	18.967	39.160
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	3.744	91.357	(88.695)	-	6.407	2.663	-	6.407	3.744
Pesquisa e Desenvolvimento	168	-	(168)	-	-	(168)	-	-	168
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	1	-	(1)	-	-	(1)	-	-	1
Valores Pendentes de Recebimento	57.004	49.752	(43.102)	323	63.977	6.651	-	63.977	57.004
Total	2.561.190	(43.341)	-	-	2.517.850	(43.341)	(2.606.177)	2.517.850	2.561.190

O saldo da reavaliação regulatória das obrigações especiais, bem como a taxa média de amortização são conforme o quadro abaixo:

Obrigações Especiais 2024	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	3,87%	2.561.633	2.473.042	5.034.675
Participação da União, Estados e Municípios		3.173	5.462	8.636
Participação Financeira do Consumidor		1.255.639	1.599.367	2.855.006
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		907.067	636.344	1.543.411
Programa de Eficiência Energética - PEE		8.808	25.270	34.078
Pesquisa e Desenvolvimento		87.862	67.327	155.188
Universalização Serv. Públ. de Energia Elétrica		9.188	4.279	13.467
Outros		289.896	134.994	424.890
Ultrapassagem de demanda		171.039	79.646	250.685
Excedente de reativos		118.857	55.347	174.205
(-) Amortização Acumulada		(1.072.442)	(1.533.735)	(2.606.177)
Participação da União, Estados e Municípios		(1.912)	(2.912)	(4.824)
Participação Financeira do Consumidor		(663.074)	(1.135.804)	(1.798.878)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(282.483)	(304.878)	(587.361)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(6.379)	(17.076)	(23.454)
Pesquisa e Desenvolvimento		(36.997)	(40.369)	(77.366)
Universalização Serv. Públ. de Energia Elétrica		(3.930)	(1.517)	(5.446)
Outros		(77.667)	(31.180)	(108.847)
Ultrapassagem de demanda		(40.083)	(16.092)	(56.175)
Excedente de reativos		(37.584)	(15.088)	(52.672)
Total		1.489.191	939.307	2.428.498

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim distribuída:

Quantidade de ações			
Acionistas	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S.A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
Total	880.653.031	880.653.031	100,00

21.1 Gestão do Capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2024, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,54 vezes o EBITDA em 2024 (2,32 vezes em 2023), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

21.2 – Aumento de capital

Através da AGO/E de 25 de abril de 2024, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2023, sem emissão de novas ações.

21.3 - Reserva de capital

Refere-se basicamente ao benefício fiscal do intangível incorporado oriundo da incorporação da antiga controladora DOC 4 de R\$ 56.868.

21.4 – Outros resultado abrangente

É composto por:

- reserva de reavaliação no montante de R\$ 1.987.897 (R\$ 2.149.013 em 31 de dezembro de 2023), líquido de imposto de renda e contribuição social, correspondente aos efeitos registrados relativos ao reconhecimento da base de remuneração regulatória de acordo com a Nota Técnica nº 57/2023-STR/ANEEL, de 31 de março de 2023.
- entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 1.131.026 (R\$ 1.355.427 em 31 de dezembro de 2023), líquido de imposto de renda e contribuição social, de acordo com o CPC 33 (R2).

21.5 - Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.344.729 que compreende:

- reserva legal de R\$ 279.149;
- reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 1.021.842: Considerando o elevado plano de investimentos da Companhia para os próximos anos, a Administração está propondo a destinação de R\$ 366.118 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro.

- reserva de lucros a realizar R\$ 1.043.738: parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar.

Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2025, mediante aprovação da Administração.

21.6 - Dividendo e Juros sobre capital próprio ("JCP")

Na AGO/E de 25 de abril de 2024 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2023, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 169.260 e (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 445.406.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2024:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 138.500 (R\$ 117.725 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024, aprovados em AGE em (i) AGE de 28 de março de 2024 o montante de R\$ 51.200; (ii) AGE de 30 de setembro de 2024 o montante de R\$ 30.000 e AGE de 30 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 57.300;
- Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 388.791 e dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 237.004, que serão deliberados na AGO de abril de 2025.

No exercício de 2024, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 524.286 referente a dividendos e Juros sobre capital próprio.

21.7 – Destinação do lucro líquido societário do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido base para destinação	1.422.412
Reserva legal	(3.495)
Reserva de lucros a realizar	(288.504)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(366.118)
Dividendos adicional proposto	(388.791)
Juros sobre o capital próprio	(138.500)
Dividendo mínimo obrigatório	(237.004)

22 RECEITA

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Fornecimento - Faturado	5.052.429	4.951.185	19.830.591	19.626.844	8.135.158	7.417.307
Residencial	4.660.241	4.565.496	11.379.646	10.652.597	4.703.119	4.051.527
Industrial	23.684	25.878	1.235.498	1.679.572	554.367	676.237
Comercial	251.977	244.044	3.357.642	3.581.191	1.477.596	1.453.717
Rural	70.674	71.973	1.059.889	907.244	369.409	292.539
Poder público	32.671	31.176	820.541	740.996	334.776	278.781
Iluminação pública	7.546	7.174	935.965	977.244	236.998	225.432
Serviço público	5.636	5.444	1.041.410	1.088.000	458.892	439.074
Consumo próprio	481	478	23.046	22.894	-	-
Suprimento Faturado/ Energia de curto prazo			1.224.427	2.514.437	113.771	196.521
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					11.865.427	10.839.436
Consumidores Cativos					8.645.226	8.068.600
Consumidores Livres					3.220.201	2.770.836
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					(279.635)	186.080
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					123.898	748.745
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					359.960	448.259
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					(322.119)	(464.178)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					86.057	764.664
Outras Receitas Vinculadas					1.071.736	838.400
Serviços Cobráveis					17.518	24.453
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					1.054.218	813.947
Total	5.052.910	4.951.663	21.078.065	22.164.175	21.030.355	20.226.488

22.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de

demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de novembro de 2017, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

22.2 – Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Revisão Tarifária Periódica ("RTP")

Em abril de cada ano, a ANEEL, através de Resolução Homologatória ("REH"), reajusta a tarifa da Companhia. As tarifas têm vigência de 08 de abril até 07 de abril do ano subsequente e os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 02 de abril de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") Nº 3.314, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 3,91%, sendo 2,03% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,88% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 1,46%.

Em 06 de abril de 2023, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") Nº 3.183, relativo à revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 3,36%, sendo 1,08% referentes ao reajuste tarifário econômico e 2,28% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 4,89%.

22.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2024, foi registrada receita de R\$ 1.054.218 (R\$ 813.947 em 2023), sendo: (i) R\$ 120.969 (R\$ 118.448 em 2023) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 761.174 (R\$ 598.010 em 2023) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 58.522 (R\$ 60.329 em 2023) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 113.553 (R\$ 37.160 em 2023) de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica ("SCEE") conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022.

22.4 – Conta de desenvolvimento energético – ("CDE")

A ANEEL, por meio da REH nº 3.305, de 14 de novembro de 2023, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO.

A REH nº 3.426, de 10 de dezembro de 2024, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2024 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2024.

A CDE Conta-Covid foi criada pela REN nº 885, de 23 de junho de 2020 com as quotas homologadas pelo Despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, com retificação por meio do Despacho nº 939 de 05 de abril de 2021. O Despacho nº 689 de 06 de março de 2024 homologou os valores revisados das quotas mensais da CDE Conta-Covid.

A CDE Escassez Hídrica, criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022, cujas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023, sendo os valores pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

A Medida Provisória nº 1.212/2024 e a Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024 regulamentaram a quitação antecipada da CDE Conta-Covid e CDE Escassez Hídrica utilizando os recursos da CDE Eletrobrás. Os pagamentos dessas contas foram encerrados em setembro de 2024.

23 CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS DA PARCELA A

	MWh		R\$ mil	
	2024	2023	2024	2023
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	4.462.750	4.478.394	1.023.741	966.979
PROINFA	441.913	453.429	180.683	209.036
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	19.824.198	21.179.300	5.590.417	5.264.802
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(592.824)	(572.570)
Subtotal	24.728.861	26.111.122	6.202.017	5.868.247
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			1.784.294	1.718.704
Encargos de transporte de itaipu			164.193	164.554
Encargos de conexão			46.896	43.294
Encargos de uso do sistema de distribuição			-	27.962
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			82.464	77.879
Encargos de energia de reserva - EER			454.151	491.431
Crédito de PIS e COFINS			(234.206)	(233.450)
Subtotal			2.297.792	2.290.373
Total			8.499.809	8.158.621

(*) Conta de Energia de Reserva

24 PESSOAL E ADMINISTRADORES

Pessoal		
Remuneração	276.763	277.208
Encargos	76.749	77.110
Previdência privada - Corrente	14.103	14.422
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	56.944	89.664
Despesas rescisórias	9.168	7.172
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	52.090	52.939
Outros benefícios - Corrente	102.763	95.610
Estagiários e Programas de Iniciação ao Trabalho	1.786	1.459
Outros	3.266	3.076
Subtotal	593.632	618.660
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	6.558	5.164
Benefícios dos administradores	3.729	4.143
Subtotal	10.287	9.307
Total	603.919	627.967

25 RESULTADO FINANCEIRO

<u>Receitas</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Rendas de aplicações financeiras	111.241	196.711
Acréscimos e multas moratórias	191.125	158.202
Atualização de créditos fiscais	251.284	330.762
Atualização de depósitos judiciais	5.957	8.993
Atualizações monetárias e cambiais	182.117	359.689
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	17.805	30.154
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	15.572	77.337
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(10.960)	(23.991)
Outros	18.316	18.053
Total	782.457	1.155.911
<u>Despesas</u>		
Encargos de dívidas	(798.070)	(858.432)
Atualizações monetárias e cambiais	(542.990)	(700.114)
(-) Juros capitalizados	19.430	16.271
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(72.534)	(31.911)
Exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 7.1)	(149.161)	(254.639)
Outros	(126.380)	(45.312)
Total	(1.669.706)	(1.874.137)
Resultado Financeiro	(887.249)	(718.226)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,66% a.a. em 2024 (7,38% a.a. em 2023) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 12.606 (perdas R\$ 367.624 em 2023) (nota 29).

26 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2024 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- c) **Imobilizado, intangível, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- d) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 15 – Benefício pós emprego.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2024 conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 11.306 (R\$ 10.544 em 2023). Este valor é composto por R\$ 8.729 (R\$ 8.606 em 2023) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 197 (R\$ 188 em 2023) de benefícios pós-emprego e R\$ 2.380 (R\$ 1.750 em 2023) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	5.978	8.405	3.596	3.165	-	-	(28.794)	(38.185)
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	4.890	-	-	3.748	2.978	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	311.209	35.360	-	-	-	-
Imobilizado, intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle comum	-	1.638	-	1.098	-	-	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	2.135	1.260	129.929	84.904	226	62	359.324	374.289
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.162	881	95.425	38.126	5.710	15.243	839.985	491.144
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	46.330	112.334	-	-	527.880	906.610
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	168.829	171.628
Outras operações financeiras								
State Grid Brazil Power Participações S.A. (**)	-	-	1.126.772	1.126.572	-	-	132.804	6.572
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	2.223	2.326
Entidades sob o controle da CPFL Energia	198	187	28.654	18.618	553	-	-	-
Entidade sob o controle comum	-	-	-	-	(548)	-	-	-

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 26.664 no exercício (R\$ 39.567 em 2023), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(**) Em 21 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a emissão de debêntures no montante de R\$ 3.192.000 MM, com taxa efetiva anual de CDI + 1,20% pelo prazo de quatro anos, sendo adquirida pela State Grid Brazil Power Participações S.A com saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 1.126.772 MM (R\$ 1.126.572 MM em 31 de dezembro de 2023).

27 SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2024
Ativo imobilizado	Riscos nomeados	156.000
Transporte	Transporte nacional	459.199
Responsabilidade civil	Geral e Riscos Ambientais	50.736
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	581.336
Garantia	Seguro Garantia	1.869.122
	Responsabilidade civil dos	150.000
Outros	administradores e outros	
Total		3.266.392

Determinadas apólices para cobertura de ativo fixo e responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

28 GESTÃO DE RISCO

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (Data Protection Officer), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria o Conselho de Administração e conselho fiscal da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Risco;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;

- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
 - d) Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
 - e) Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
 - f) Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 29. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 29.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias..

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2024, observou-se uma hidrologia desfavorável, especialmente na região sudeste/centro-oeste, com ocorrência de eventos extremos pontuais (cheias no Rio Grande do Sul e grandes períodos secos na região Norte do país). Contudo, devido à diversificação da matriz energética brasileira e grande participação de fontes renováveis, os principais reservatórios iniciaram 2025 em níveis confortáveis para geração de energia elétrica.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações,

se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

				31/12/2024	
	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	392.633	392.633
Investimentos temporários	8	(a)	Nível 1	311.441	311.441
Instrumentos financeiros derivativos	29	(a)	Nível 2	165.731	165.731
Total				869.806	869.806
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	1.729.811	1.729.813
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	1.775.585	1.775.585
Debêntures - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	4.945.757	4.964.252
Debêntures - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	705.707	705.707
Instrumentos financeiros derivativos	29	(a)	Nível 2	128.907	128.907
Passivo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	941.381	941.381
Total				10.227.147	10.245.644

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda R\$ 83.003 em 2024 (ganho R\$ 7.655 em 2023).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria/Mensuração

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurado ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) serviços prestados a terceiros; (iv) convênios de arrecadação e (vi) arrendamento.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) encargos setoriais; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE e (vii) passivo de arrendamento.

Adicionalmente, não houve em 2024 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional	
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	165.731	-	165.731	171.172	(5.440)	US\$ + (Sofr 3 meses + 0,99%) ou (2,39% a 4,85%) lenc + 1,20%	CDI + 0,80% a 1,05%	fev/24 a out/25	543.235
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(100.737)	(100.737)	(75.587)	(25.150)		CDI + 1,40%	jan/26	1.101.000
	165.731	(100.737)	64.994	95.584	(30.590)				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	-	(28.170)	(28.170)	30.917	(59.087)	IPCA + 6,1774% a 6,1753%	CDI + 0,43% a 0,521%	out/31 a out/35	750.000
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(28.170)	(28.170)	30.917	(59.087)				
Total	165.731	(128.907)	36.825	126.501	(89.676)				
Circulante	165.731	-							
Não circulante	-	(128.907)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide nota 14.

(*) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Saldo em 31/12/2023	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2024
Para dívidas designadas a valor justo	(197.323)	146.938	176.886	126.501
Marcação a mercado (*)	44.656	(134.333)	-	(89.676)
Total	(152.667)	12.606	176.886	36.825
Ativo circulante	6.202			165.731
Ativo não circulante	99.865			-
Passivo não circulante	(258.734)			(128.907)

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2024 e 2023 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

<u>Risco protegido / operação</u>	<u>Ganho (Perda) no resultado</u>		<u>Ganho (Perda)</u> <u>no resultado</u>
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>abrangente</u> <u>2023</u>
Variação de taxas de juros	(1.016)	(1.877)	-
Marcação a mercado	(136.583)	77.496	-
Variação cambial	147.954	(443.699)	-
Marcação a mercado	2.250	456	272
Total	12.606	(367.624)	272

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, Iene, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2024 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(719.972)		(66.819)	129.878	326.576
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	721.224		66.936	(130.104)	(327.144)
	1.252	baixa dolar	117	(226)	(568)
Instrumentos financeiros passivos	(1.055.613)		(144.410)	155.596	455.602
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.064.594		145.638	(156.920)	(459.478)
	8.981	baixa iene	1.228	(1.324)	(3.876)
Total	10.233		1.345	(1.550)	(4.444)
Efeitos no resultado do exercício			1.345	(1.550)	(4.444)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2024 foi de R\$ 6,19 para o dólar e R\$ 0,04 para o iene.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 6,77 e R\$ 0,04 e a depreciação cambial de 9,28% e 13,68%, do dólar e do iene respectivamente em 31.12.2024.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do iene serem ativas, o risco é baixa do dólar e do iene e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável	Receita (despesa)	
						Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	615.847				94.902	118.627	59.314
Instrumentos financeiros passivos	(4.772.468)				(735.437)	(919.297)	(459.648)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.507.239)				(386.365)	(482.957)	(241.478)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(941.381)				(145.067)	(181.334)	(90.667)
	(7.605.242)	alta CDI/SELIC	12,15%	15,41%	(1.171.967)	(1.464.961)	(732.479)
Instrumentos financeiros passivos	(2.624.677)				(221.260)	(276.575)	(331.890)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	758.246				63.920	79.900	95.880
	(1.866.432)	alta IPCA	4,83%	8,43%	(157.340)	(196.675)	(236.010)
Total	(9.471.673)				(1.329.307)	(1.661.636)	(968.489)
Efeitos no resultado do exercício					(1.329.307)	(1.661.636)	(968.489)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6.

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos

foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos temporários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 29 b). A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2024	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13	1.601.963	58.710	-	-	-	-	1.660.673
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	17.815	773.866	548.828	2.756.384	-	-	4.096.892
Derivativos	29	-	-	-	100.737	-	28.170	128.907
Debêntures - principal e encargos	14	-	128.321	1.005.359	4.627.555	982.789	1.016.230	7.760.254
Encargos Setoriais	16	13.310	-	-	-	-	-	13.310
Consumidores e concessionárias	19	22.661	295.812	-	-	-	-	318.473
Bônus Itaipu	19	86.135	-	-	-	-	-	86.135
EPE / FNDCT / PROCEL	16	-	-	22.779	-	-	-	22.779
Convênio de arrecadação	19	-	70.412	-	-	-	-	70.412
Total		1.741.884	1.327.121	1.576.966	7.484.676	982.789	1.044.400	14.157.836

30 COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2024		2023	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Compra	455.144	65.574	24.154	2.556
Compra estimada (*)	-	-	182.204	17.424
Total	455.144	65.574	206.358	19.980

	2024		2023	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Venda	789.061	59.433	2.440.677	172.030
Venda estimada (*)	363.833	29.397	-	-
Total	1.152.894	88.830	2.440.677	172.030

(*) Como a CCEE tem um prazo de sessenta dias para disponibilização das informações relativas ao período de 1 de novembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 (período de 1 de novembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023), os valores foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

31 REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

31.1. Revisão Tarifária Periódica

Entre 14 de dezembro de 2022 e 17 de fevereiro de 2023, a ANEEL submeteu à Consulta Pública nº 056/2023 a proposta referente à Quinta Revisão Tarifária Periódica da CPFL Paulista, a vigorar a partir de 08 de abril de 2023, bem como definição dos correspondentes limites dos indicadores de continuidade de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), para o período de 2024 a 2028.

Em 06 de abril de 2023, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") Nº 3.183/2023, o resultado da Quinta Revisão Tarifária Periódica – RTP CPFL Paulista, onde foram, em média, reajustadas em 4,89% as tarifas, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridores da distribuidora.

Após a homologação do resultado, a CPFL Paulista vislumbrou a necessidade de interpor pedido de reconsideração à ANEEL, tratando do cálculo do financeiro de neutralidade de PIS/COFINS, das metodologias de perdas não técnicas, perdas técnicas, receitas irrecuperáveis, dentre outras, aplicadas por parte da ANEEL. O pedido de reconsideração foi analisado e julgado pela Agência na 6ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, no dia 05 de março de 2024, o qual houve a emissão do Despacho nº 645, de 5 de março de 2024, e da Resolução Homologatória nº 3.308/2024.

No mérito, a ANEEL concedeu provimento parcial dos pedidos, no sentido de: (ii.a) corrigir o cálculo do financeiro de neutralidade de PIS/COFINS, em função da alteração que considera pró-rata die, de modo a reconhecer um financeiro de R\$ 8.036.652,22, ref: 06/2023, a ser atualizado pela Taxa Selic e considerado no próximo processo tarifário; e (ii.b) corrigir o cálculo de perdas não técnicas relativas à energia de inversão, de modo a reconhecer um financeiro de R\$ 696.630,72, ref: 04/2023, que deve ser atualizado pela Taxa Selic, bem como a retificação da Tabela 10 da Resolução Homologatória nº 3.183/2023. Ademais, um outro pedido

do Recurso Administrativo será discutido em Consulta Pública a ser aberta pela Agência em breve, que trata da adequação da base de apuração das perdas não técnicas para mitigar os efeitos da Geração Distribuída.

31.2. Composição da Base de Remuneração Regulatória

A Base de Remuneração Regulatória – BRR corresponde ao conjunto dos ativos das concessionárias em operação, vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, avaliados periodicamente a cada Revisão Tarifária Periódica, observando-se as seguintes diretrizes:

- Base Blindada - é composta pelos valores aprovados no laudo de avaliação do ciclo tarifário anterior, ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- Base Incremental - Corresponde a inclusão e avaliação dos investimentos realizados entre as datas-bases do ciclo tarifário anterior e o processo de revisão do ciclo tarifário vigente;
- Os valores finais da BRR são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas no período incremental (item b);
- Considera-se como data-base do laudo de avaliação da BRR o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária vigente; e
- A base de remuneração é atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração veículos, edificações, hardwares e softwares. Estes ativos são remunerados por meio da Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir, resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração, conforme Nota Técnica nº 57/2023-STR/ANEEL, de 31 de março de 2023:

Descrição	Total
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	26.256.145
(2) Índice de Aproveitamento Integral	5.490
(3) Obrigações Especiais Bruta	4.248.188
(4) Bens Totalmente Depreciados	6.387.709
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	15.614.758
(6) Depreciação Acumulada	13.575.199
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	12.680.946
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	2.497
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	12.678.449
(10) Almoxarifado em Operação	10.466
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	2.521.530
(13) Terrenos e Servidões	483.566
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (9)+(10)+(11)-(12)+(13)	10.650.950
(15) Base de Remuneração Ativos Concessionária	10.650.950
(16) WACC	11,25%
(17) Remuneração Ativos Concessionária	1.198.264
(18) Base Obrigações Especiais	4.248.188
(19) Taxa de Remuneração das Obrigações Especiais	1,78%
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	75.464
(21) Remuneração do Capital = (17)+(20)	1.273.728
(22) Taxa de Depreciação	3,87%
(23) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (22)	603.854

31.3. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – ("CAIMI").

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

A remuneração dos ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) é determinada a partir de uma relação do Ativo Imobilizado em Serviço (AIS).

A tabela a seguir, resume os valores relativos ao CAIMI, conforme Nota Técnica nº 57/2023-STR/ANEEL, de 31 de março de 2023:

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.407.444
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BAR/	633.350
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	168.893
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	605.201
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	(68.106)
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	33.628
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	148.232
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	249.967

31.4. Ajuste da Parcela B em Função do Índice de Ajuste de Mercado e do Mecanismo de Incentivo à Melhoria da Qualidade

De acordo com o Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, no momento da Revisão Tarifária Periódica, os custos não gerenciáveis da Concessionária, a Parcela B, são ajustados por um fator de ajuste de mercado e um mecanismo de incentivo à qualidade, a serem aplicados ao Custo de Administração, Operação e Manutenção – CAOM e ao Custo Anual dos Ativos – CAA.

O índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, considera a mesma metodologia de cálculo do Componente Pd do Fator X, conforme submódulo 2.5 do PRORET, levando em conta os ganhos potenciais de produtividade entre o ano anterior à revisão tarifária, período de referência, e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes, que são os doze meses posteriores à revisão. Assim, o Fator de Ajuste de Mercado calculado para aplicação a partir da quinta revisão tarifária conforme Nota Técnica nº 122/2023-STR/ANEEL.

Componentes	Valor
Componente Pd do Fator X	0,47%
Componente T do Fator X	2,01%

Para o índice de ajuste do Mecanismo de Incentivo à Qualidade, é considerada a mesma metodologia de cálculo do Componente Q do Fator X, conforme submódulo 2.5 do PRORET. Tal índice foi especificado de acordo com a variação dos indicadores apurados DEC e FEC, já expurgadas as causas externas à distribuidora, levando-se em consideração o desempenho da distribuidora com relação à qualidade do serviço prestado.

3.5. Reajuste Tarifário Anual

Em 02 de abril de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") Nº 3.314, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 3,91%, sendo 2,03% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,88% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 1,46%.

32 CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

32.1. Balanço Patrimonial

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante	5.250.028	(4.367)	5.245.661	6.666.055	(4.595)	6.661.460
Caixa e Equivalentes de Caixa	392.633	-	392.633	1.485.637	-	1.485.637
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.306.610	(4.361)	2.302.250	2.604.398	(4.595)	2.599.803
Serviços em Curso	89.641	-	89.641	190.154	-	190.154
Tributos Compensáveis	652.236	-	652.236	577.646	-	577.646
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	850.092	-	850.092	1.044.385	-	1.044.385
Depósitos Judiciais e Cauções	-	30.807	30.807	-	29.751	29.751
Almoxarifado Operacional	19.090	-	19.090	14.957	-	14.957
Investimentos Temporários	311.441	(30.807)	280.634	229.114	(29.751)	199.364
Ativos Financeiros Setoriais	-	-	-	145.073	-	145.073
Despesas Pagas Antecipadamente	76.434	-	76.434	74.980	-	74.980
Instrumentos Financeiros Derivativos	165.731	-	165.731	6.202	-	6.202
Outros Ativos Circulantes	386.118	(6)	386.112	293.509	-	293.509
Ativos de Operações Descontinuadas	282	(282)	-	282	(282)	-
Bens Destinados à Alienação	282	(282)	-	282	(282)	-
Ativo Não Circulante	18.339.952	(2.456.639)	15.883.313	17.526.870	(3.178.100)	14.348.770
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	78.397	-	78.397	71.285	-	71.285
Tributos Compensáveis	424.546	-	424.546	263.116	-	263.116
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	1.614.292	-	1.614.292	1.867.547	-	1.867.547
Depósitos Judiciais e Cauções	50.835	-	50.835	116.431	-	116.431
Ativos Financeiros Setoriais	-	-	-	53.791	-	53.791
Despesas Pagas Antecipadamente	15.648	-	15.648	29.643	-	29.643
Bens e Direitos para Uso Futuro	-	-	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	99.865	-	99.865
Ativo Financeiro da Concessão	-	10.688.700	10.688.700	-	9.148.138	9.148.138
Outros Ativos Não Circulantes	6.099	1.735	7.835	5.975	1.863	7.838
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	75	(75)	-	100	(100)	-
Imobilizado	15.552.011	(15.552.011)	-	14.517.901	(14.517.901)	-
Ativo contratual	-	1.639.665	1.639.665	-	1.056.325	1.056.325
Intangível	598.049	765.347	1.363.396	501.215	1.133.576	1.634.791
Total do Ativo	23.590.262	(2.461.287)	21.128.975	24.193.206	(3.182.977)	21.010.229
	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante	5.907.757	(4.361)	5.903.396	6.167.881	(4.595)	6.163.285
Fornecedores	1.660.673	-	1.660.673	1.583.128	-	1.583.128
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	1.311.542	(1.119)	1.310.424	1.430.476	(1.414)	1.429.062
Obrigações Sociais e Trabalhistas	111.515	-	111.515	106.146	-	106.146
Benefício Pós-Emprego	231.469	-	231.469	429.799	-	429.799
Tributos	456.780	-	456.780	792.863	-	792.863
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	311.209	-	311.209	35.360	-	35.360
Encargos Setoriais	156.253	-	156.253	300.624	-	300.624
Passivos Financeiros Setoriais	528.869	-	528.869	196.518	-	196.518
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	622.472	-	622.472	1.016.667	-	1.016.667
Outros Passivos Circulantes	516.976	(3.242)	513.734	276.298	(3.182)	273.117
Passivo Não Circulante	14.667.605	(2.497.136)	12.170.469	15.388.772	(2.771.035)	12.617.737
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	7.845.318	(582)	7.844.736	7.964.164	(495)	7.963.669
Benefício Pós-Emprego	82.549	-	82.549	696.556	-	696.556
Tributos	992.608	12.407	1.005.016	929.868	40.533	970.401
Provisão para Litígios	330.203	(12.407)	317.795	332.311	(40.533)	291.777
Encargos Setoriais	30.459	-	30.459	12.856	-	12.856
Tributos Diferidos	620.814	20.714	641.528	455.823	(209.845)	245.978
Passivos Financeiros Setoriais	412.512	-	412.512	168.712	-	168.712
Instrumentos Financeiros Derivativos	128.907	-	128.907	258.734	-	258.734
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	1.688.921	-	1.688.921	1.990.792	-	1.990.792
Outros Passivos Não Circulantes	17.464	582	18.046	17.766	495	18.261
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2.517.850	(2.517.850)	-	2.561.190	(2.561.190)	-
Total do Passivo	20.575.362	(2.501.496)	18.073.866	21.556.653	(2.775.630)	18.781.022
Patrimônio Líquido						
Capital Social	1.395.747	-	1.395.747	1.378.272	-	1.378.272
Reservas de Capital	56.868	-	56.868	74.343	-	74.343
Outros Resultados Abrangentes	856.871	(1.987.897)	(1.131.026)	793.586	(2.149.013)	(1.355.427)
Reservas de Lucros	2.344.729	-	2.344.729	1.686.612	-	1.686.612
Prejuízos Acumulados	(2.028.106)	2.028.106	-	(1.741.666)	1.741.666	-
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	388.791	-	388.791	445.406	-	445.406
Total do Patrimônio Líquido	3.014.900	40.209	3.055.109	2.636.554	(407.347)	2.229.206
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	23.590.262	(2.461.287)	21.128.975	24.193.206	(3.182.977)	21.010.229

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes nos balanços patrimoniais apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória nos exercícios de 2024 e 2023:

Reclassificações e ajustes de 2024:

	Reclassificações								Ajustes						Societário
	Regulatório	Ativo Financeiro da Concessão (a)	Ativo Intangível da Concessão (a)	Obrigação Especial (b)	Provisões para litígios fiscais (c)	Bens não vinculados	Redução Incentivada de Consumo (d)	Investimentos Temporários (e)	Arrendamento (f)	Outros Ativos Circulantes (g)	Reavaliação Regulatória Compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	IR e CS Diferidos (32.3.4)	
Ativo															
Ativo Circulante															
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.306.610	-	-	-	-	-	(4.360)	-	-	-	-	-	-	-	2.302.250
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	-	-	-	-	30.807	-	-	-	-	-	-	30.807
Investimentos Temporários	311.441	-	-	-	-	-	-	(30.807)	-	-	-	-	-	-	280.634
Outros Ativos Circulantes	386.118	-	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	-	-	-	386.112
Ativos de operações descontinuadas e bens destinados a alienação	282	(282)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Não Circulante															
Ativo Financeiro da Concessão	-	8.857.094	-	(1.232.160)	-	-	-	-	-	-	-	3.063.766	-	-	10.688.700
Outros Ativos Não Circulantes	6.099	282	-	-	-	-	-	-	1.572	-	(118)	-	-	-	7.835
Bens e atividades não vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	75	-	-	-	-	(75)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	15.552.011	(8.857.094)	(2.914.785)	-	-	-	-	-	(1.572)	-	(3.778.561)	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	1.706.664	(67.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.639.665
Intangível	598.049	-	1.208.120	(279.383)	-	75	-	-	-	-	(172.588)	-	9.123	-	1.363.396
Total do Ativo	19.160.684	-	-	(1.578.543)	-	-	(4.360)	-	-	(6)	(3.951.267)	3.063.766	9.123	-	16.699.398
Passivo															
Passivo Circulante															
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	1.311.542	-	-	-	-	-	-	-	(1.119)	-	-	-	-	-	1.310.424
Outros Passivos Circulantes	516.976	-	-	-	-	-	(4.360)	-	1.119	-	-	-	-	-	513.734
Passivo Não Circulante															
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	7.845.318	-	-	-	-	-	-	-	(582)	-	-	-	-	-	7.844.736
Tributos	992.608	-	-	-	12.408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.005.016
Provisão para Litígios	330.203	-	-	-	(12.408)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	317.795
Tributos diferidos	620.814	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.714	641.528
Outros Passivos Não Circulantes	17.464	-	-	-	-	-	-	-	582	-	-	-	-	-	18.046
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2.517.850	-	-	(1.578.543)	-	-	-	-	-	-	(939.307)	-	-	-	-
Total do Passivo	14.152.775	-	-	(1.578.543)	-	-	(4.360)	-	-	-	(939.307)	-	-	20.714	11.651.278
Total Ativo (-) Passivo	5.007.909	-	-	-	-	-	-	-	-	(6)	(3.011.960)	3.063.766	9.123	(20.714)	5.048.120

- (a) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro e o ativo intangível;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Intangível, Ativo financeiro da concessão e Ativo contratual.
- (c) Diferenças de apresentação em função do ICPC 22, que classifica provisões de litígios fiscais relacionados a IR/CSLL em Tributos a pagar no societário.
- (d) Diferenças de apresentação em função do Ofício Circular nº 38/2022-SFF/ANEEL que requer que o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor seja classificado para fins regulatórios no passivo circulante em outras contas a pagar.
- (e) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores depositados em caução para resgate ou amortização de dívida são classificados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – cauções, fundos e depósitos vinculados, e nas demonstrações contábeis regulatórias em investimentos temporários.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores referentes aos Contratos de Arrendamento foram apresentados em Outros Ativos não Circulante e Outros Passivos Circulante e não Circulante.
- (g) Encerramento de ODA de venda de veículos não executada.

Reclassificações e ajustes de 2023:

	Reclassificações									Ajustes				
	Regulatório	Ativo Financeiro da Concessão (a)	Ativo Intangível da Concessão (a)	Obrigação Especial (b)	Provisões para litígios fiscais (c)	Bens não vinculados	Redução Incentivada de Consumo (d)	Investimentos Temporários (e)	Arrendamento (f)	Reavaliação Regulatória Compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	IR e CS Diferidos (32.3.4)	Societário
Ativo														
Ativo Circulante														
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.604.398	-	-	-	-	-	(4.595)	-	-	-	-	-	-	2.599.803
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	-	-	-	-	29.751	-	-	-	-	-	29.751
Investimentos Temporários	229.114	-	-	-	-	-	-	(29.751)	-	-	-	-	-	199.364
Ativos de operações descontinuadas e bens destinados a alienação	282	-	(282)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Não Circulante														
Ativo Financeiro da Concessão	-	7.612.619	-	(1.091.120)	-	-	-	-	-	-	2.626.639	-	-	9.148.138
Outros Ativos Não Circulantes	5.975	-	282	-	-	-	-	-	1.699	(118)	-	-	-	7.838
Bens e atividades não vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	100	-	-	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	14.517.901	(7.612.619)	(2.779.704)	-	-	-	-	-	(1.699)	(4.123.879)	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	1.126.075	(69.750)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.056.325
Intangível	501.215	-	1.653.629	(357.819)	-	100	-	-	-	(174.585)	-	12.251	-	1.634.791
Total Ativo	17.858.986	-	-	(1.518.688)	-	-	(4.595)	-	-	(4.298.582)	2.626.639	12.251	-	14.676.009
Passivo														
Passivo Circulante														
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	1.430.476	-	-	-	-	-	-	-	(1.414)	-	-	-	-	1.429.062
Outros Passivos Circulantes	276.298	-	-	-	-	-	(4.595)	-	1.414	-	-	-	-	273.117
Passivo Não Circulante														
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	7.964.164	-	-	-	-	-	-	-	(495)	-	-	-	-	7.963.669
Tributos	929.868	-	-	-	40.533	-	-	-	-	-	-	-	-	970.401
Provisão para Litígios	332.311	-	-	-	(40.533)	-	-	-	-	-	-	-	-	291.777
Tributos diferidos	455.823	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(209.845)	245.978
Outros Passivos Não Circulantes	17.766	-	-	-	-	-	-	-	495	-	-	-	-	18.261
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2.561.190	-	-	(1.518.688)	-	-	-	-	-	(1.042.502)	-	-	-	-
Total Passivo	13.967.896	-	-	(1.518.688)	-	-	(4.595)	-	-	(1.042.502)	-	-	(209.845)	11.192.265
Total ativo (-) Passivo	3.891.090	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.256.080)	2.626.639	12.251	209.845	3.483.743

- e) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro e o ativo intangível;
- f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Intangível, Ativo financeiro da concessão e Ativo contratual.
- g) Diferenças de apresentação em função do ICPC 22, que classifica provisões de litígios fiscais relacionados a IR/CSLL em Tributos a pagar no societário.
- h) Diferenças de apresentação em função do Ofício Circular nº 38/2022-SFF/ANEEL que requer que o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor seja classificado para fins regulatórios no passivo circulante em outras contas a pagar.
- i) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores depositados em caução para resgate ou amortização de dívida são classificados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – cauções, fundos e depósitos vinculados, e nas demonstrações contábeis regulatórias em investimentos temporários.
- j) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores referentes aos Contratos de Arrendamento foram apresentados em Outros Ativos não Circulante e Outros Passivos Circulante e não Circulante.

Conciliação do total do ativo societário e regulatório

	31/12/2024	31/12/2023
Total do ativo conforme contabilidade societária	21.128.975	21.010.229
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	14.220.120	14.530.885
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(10.268.853)	(10.232.302)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(3.063.766)	(2.626.639)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	(9.123)	(12.251)
Ajustes de Outros Ativos Circulantes	6	-
Reclassificação de obrigações especiais para o passivo (a)	1.578.543	1.518.688
Redução Incentivada de Consumo (b)	4.361	4.595
Total do ativo regulatório	23.590.262	24.193.206

- (a) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Ativo Intangível, ativo financeiro da concessão e ativo contratual e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor foi classificado no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e nas demonstrações contábeis regulatórias no passivo circulante em outras contas a pagar.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	3.055.109	2.229.206
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	11.747.078	12.057.843
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(8.735.118)	(8.801.764)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(3.063.766)	(2.626.639)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	(9.123)	(12.251)
Ajustes de Outros Ativos Circulantes	6	-
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.4)	20.714	(209.845)
Patrimônio líquido regulatório	3.014.900	2.636.554

32.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	2024			2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita	21.030.355	2.629.353	23.659.709	20.226.488	2.248.293	22.474.781
Fornecimento de Energia Elétrica	7.855.523	-	7.855.523	7.603.387	-	7.603.387
Suprimento de Energia Elétrica	24.941	-	24.941	24.491	-	24.491
Energia Elétrica de Curto Prazo	88.830	-	88.830	172.030	-	172.030
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	11.865.427	(42.921)	11.822.506	10.839.436	(48.635)	10.790.801
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	123.898	-	123.898	748.745	-	748.745
Serviços Cobráveis	17.518	-	17.518	24.453	-	24.453
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	1.054.218	-	1.054.218	813.947	-	813.947
Outras Receitas	-	2.672.275	2.672.275	-	2.296.928	2.296.928
Tributos	(4.970.028)	(242)	(4.970.270)	(4.347.738)	(1.007)	(4.348.745)
ICMS	(3.341.486)	4	(3.341.483)	(2.740.189)	(17)	(2.740.206)
PIS-PASEP	(290.502)	-	(290.502)	(285.650)	(169)	(285.819)
COFINS	(1.338.068)	-	(1.338.068)	(1.321.245)	(821)	(1.322.066)
ISS	27	(246)	(218)	(654)	-	(654)
Encargos - Parcela "A"	(3.181.976)	-	(3.181.976)	(3.279.659)	(19.552)	(3.299.211)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(66.011)	-	(66.011)	(64.402)	-	(64.402)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(66.011)	-	(66.011)	(64.402)	-	(64.402)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(2.797.907)	-	(2.797.907)	(2.824.319)	-	(2.824.319)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(18.280)	-	(18.280)	(18.440)	-	(18.440)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA	(145.488)	-	(145.488)	(148.890)	-	(148.890)
Outros Encargos	(88.279)	-	(88.279)	(159.207)	(19.552)	(178.759)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	12.878.351	2.629.112	15.507.463	12.599.092	2.227.734	14.826.825
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	(8.499.808)	-	(8.499.809)	(8.158.621)	-	(8.158.621)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.021.335)	-	(6.021.335)	(5.659.211)	-	(5.659.211)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	(180.682)	-	(180.682)	(209.036)	-	(209.036)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(2.297.792)	-	(2.297.792)	(2.290.373)	-	(2.290.373)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	4.378.543	2.629.112	7.007.653	4.440.471	2.227.734	6.668.205
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	(2.081.439)	(1.951.743)	(4.033.183)	(2.153.707)	(1.460.610)	(3.614.317)
Pessoal e Administradores	(546.975)	145	(546.830)	(538.303)	70	(538.233)
Entidade de previdência privada	(56.944)	-	(56.944)	(89.664)	-	(89.664)
Material	(100.659)	-	(100.659)	(109.124)	-	(109.124)
Serviços de Terceiros	(555.863)	-	(555.863)	(515.485)	-	(515.485)
Arrendamento e Aluguéis	(3.649)	2.057	(1.593)	(3.163)	2.316	(847)
Seguros	(2.715)	-	(2.715)	(2.574)	-	(2.574)
Doações, Contribuições e Subvenções	(339)	-	(339)	(281)	-	(281)
Provisões	(68.309)	(256)	(68.566)	(138.574)	68.838	(69.737)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(194.828)	-	(194.828)	(137.176)	-	(137.176)
(-) Recuperação de Despesas	31.716	-	31.716	24.325	-	24.325
Tributos	(13.815)	-	(13.815)	(14.026)	-	(14.026)
Depreciação e Amortização	(654.515)	194.998	(459.518)	(679.442)	258.191	(421.252)
Depreciação	(628.083)	628.083	-	(642.406)	642.406	-
Amortização	(26.431)	26.431	-	(37.036)	37.036	-
Gastos Diversos da atividade vinculada	(163.711)	50.878	(112.833)	(174.880)	47.862	(127.016)
Outras Receitas Operacionais	347.115	(347.115)	-	329.617	(329.617)	-
Outras Despesas Operacionais	(97.947)	(1.852.450)	(1.950.397)	(104.956)	(1.508.270)	(1.613.226)
Resultado da Atividade	2.297.103	677.368	2.974.470	2.286.764	767.125	3.053.889
Resultado Financeiro	(887.249)	746	(886.502)	(718.226)	(43.315)	(761.541)
Receitas Financeiras	782.457	(146.938)	635.518	1.155.911	(323.625)	832.285
Despesas Financeiras	(1.669.706)	147.685	(1.522.021)	(1.874.137)	280.311	(1.593.826)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	1.409.854	678.114	2.087.968	1.568.538	723.810	2.292.348
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(434.997)	(230.559)	(665.556)	(502.496)	(245.404)	(747.901)
Resultado Líquido do Exercício	974.857	447.555	1.422.412	1.066.041	478.406	1.544.447
Atribuível aos Acionistas Controladores	974.857	447.555	1.422.412	1.066.041	478.406	1.544.447

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes na demonstração do resultado do exercício apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, nos exercícios de 2024 e 2023:

Reclassificações e ajustes de 2024:

	Regulatório	Reclassificações							Ajustes				Societário
		Construção da infraestrutura de concessão (a)	Penalidades Contratuais e Regulatórias (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Variação monetária e marcação a mercado (e)	Provisões para litígios fiscais (f)	Depreciação de Arrendamento (g)	Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	IR e CS Diferidos (32.3.4)	
Receita													
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	11.865.427	-	(42.921)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.822.506
Outras receitas	-	1.911.367	(8.176)	331.956	-	-	-	-	-	437.128	-	-	2.672.275
Tributos													
ICMS	(3.341.486)	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	(3.341.483)
ISS	27						(246)						(218)
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"													
Pessoal e Administradores	(546.975)						145						(546.830)
Arrendamento e Aluguéis	(3.649)	-	-	-	-	-	-	2.057	-	-	-	-	(1.593)
Provisões	(68.309)	-	-	-	-	-	(256)	-	-	-	-	-	(68.566)
Depreciação e Amortização	(654.515)	-	-	-	-	-	-	(2.057)	200.181	-	(3.128)	-	(459.518)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(163.711)	-	51.097	-	-	-	(220)	-	-	-	-	-	(112.833)
Outras receitas operacionais	347.115	-	-	(331.956)	(15.130)	-	-	-	(28)	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(97.947)	(1.911.367)	-	-	15.130	-	(174)	-	43.960	-	-	-	(1.950.397)
Resultado Financeiro													
Receitas Financeiras	782.457	-	-	-	-	(146.938)	-	-	-	-	-	-	635.518
Despesas Financeiras	(1.669.706)	-	-	-	-	146.938	746	-	-	-	-	-	(1.522.021)
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(434.997)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(230.559)	(665.556)
Resultado Líquido do Exercício	974.857	-	-	-	-	-	-	-	244.114	437.128	(3.128)	(230.559)	1.422.412

- a) Para as demonstrações financeiras societárias a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a Companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- c) Nas demonstrações financeiras societárias a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na demonstração contábil regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- d) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos o ganho e a perda pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- e) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos a variação cambial na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com seu resultado, ou seja, ou receita ou despesa, conforme MCSE;
- f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos as despesas com litígios fiscais na natureza original dos tributos e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional, conforme MCSE.
- g) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a depreciação dos bens originários de contratos de arrendamento é apresentada em Depreciação e Amortização, e na demonstração contábil regulatória é classificado como Arrendamento e Aluguéis.

Reclassificações e ajustes de 2023:

	Regulatório	Reclassificações							Ajustes				Societário
		Construção da infraestrutura de concessão (a)	Penalidades Contratuais e Regulatórias (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Provisões para litígios fiscais (e)	Depreciação de Arrendamento (f)	Variação cambial de empréstimos (g)	Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	IR e CS Diferidos (32.3.4)	
Receita													
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	10.839.436	-	(48.636)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.790.801
Outras receitas	-	1.577.797	(5.153)	314.342	-	-	-	-	-	409.942	-	-	2.296.928
Tributos													
ICMS	(2.740.189)	-	-	-	-	(17)	-	-	-	-	-	-	(2.740.206)
PIS-PASEP	(285.650)	-	-	-	-	(169)	-	-	-	-	-	-	(285.819)
COFINS	(1.321.245)	-	-	-	-	(821)	-	-	-	-	-	-	(1.322.066)
Encargos - Parcela "A"													
Outros Encargos	(159.207)	-	-	-	-	(19.552)	-	-	-	-	-	-	(178.759)
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"													
Pessoal e Administradores	(538.303)	-	-	-	-	70	-	-	-	-	-	-	(538.233)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e Aluguéis	(3.163)	-	-	-	-	-	2.316	-	-	-	-	-	(847)
Provisões	(138.574)	-	-	-	-	68.838	-	-	-	-	-	-	(69.737)
Depreciação e Amortização	(679.442)	-	-	-	-	-	(2.316)	-	263.634	-	(3.128)	-	(421.252)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(174.880)	-	53.788	-	-	(5.925)	-	-	-	-	-	-	(127.016)
Outras receitas operacionais	329.617	-	-	(314.342)	(15.275)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(104.956)	(1.577.797)	-	-	15.275	(157)	-	-	54.409	-	-	-	(1.613.226)
Resultado Financeiro													
Receitas Financeiras	1.155.911	-	-	-	-	-	-	(237.041)	-	-	-	-	832.285
Despesas Financeiras	(1.874.137)	-	-	-	-	(43.314)	-	237.041	-	-	-	-	(1.593.826)
Despesa com Impostos sobre o Lucro													
	(502.496)	-	-	-	-	1.047	-	-	-	-	-	(246.451)	(747.901)
Resultado Líquido do Exercício													
	1.066.041	-	-	-	-	-	-	-	318.043	409.942	(3.128)	(246.451)	1.544.447

- a) Para as demonstrações financeiras societárias a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- c) Nas demonstrações financeiras societárias a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e nas demonstrações contábeis regulatórias são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- d) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos o ganho e a perda pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- e) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos as despesas com litígios fiscais na natureza original dos tributos e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional, conforme MCSE.
- f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a depreciação dos bens originários de contratos de arrendamento é apresentada em Depreciação e Amortização, e nas demonstrações contábeis regulatórias é classificado como Arrendamento e Aluguéis.
- g) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos a variação cambial na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com seu resultado, ou seja, ou receita ou despesa, conforme MCSE.

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2024	2023
Resultado líquido do exercício conforme contabilidade societária	1.422.412	1.544.447
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(43.932)	(54.410)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(200.181)	(263.634)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(437.128)	(409.942)
Ajustes do ativo intangível da concessão (32.3.3)	3.128	3.128
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.4)	230.559	246.452
Resultado líquido do exercício conforme contabilidade regulatória	974.857	1.066.041

32.3. Composição dos ajustes

32.3.1. Reavaliação Regulatória compulsória

De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registram contabilmente, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária. Esse ajuste é regulatório e não é aceito na contabilidade societária.

A composição dos saldos da reavaliação compulsória registrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos ao ativo imobilizado, ativo intangível, bens destinados a alienação e obrigações especiais e os efeitos tributários para a Companhia, valores estes que estão de acordo com os montantes apresentados nas notas explicativas nº 10, 12 e 20 deste relatório, estão assim apresentados:

Saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Ativo imobilizado	13.528.230	(9.749.670)	3.778.560	13.838.995	(9.715.116)	4.123.879
Ativo intangível	691.772	(519.184)	172.588	691.772	(517.187)	174.585
Bens destinados a alienaçã	118	-	118	118	-	118
Obrigações especiais	(2.473.042)	1.533.735	(939.307)	(2.473.042)	1.430.539	(1.042.503)
Total	11.747.078	(8.735.119)	3.011.960	12.057.843	(8.801.764)	3.256.079
Efeito IR e CSLL	(3.994.007)	2.969.940	(1.024.069)	(4.099.667)	2.992.600	(1.107.068)
Efeito líquido	7.753.071	(5.765.179)	1.987.890	7.958.176	(5.809.164)	2.149.012

32.3.2. Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

32.3.3. Ativo Intangível da Concessão (ICPC-01)

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

32.3.4. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes são decorrentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes de diferenças entre práticas contábeis societárias e as regulatórias.

33 COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2024	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 4 anos	5.549.522	10.254.951	-	15.804.473
Compra de energia de Itaipu	Até 4 anos	961.871	1.333.571	-	2.295.442
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 5 anos	2.490.568	4.758.065	-	7.248.633
Projetos de construção de Subestação	Até 4 anos	818.245	881.307	443.682	2.143.235
Fornecedores de materiais e serviços	Até 5 anos	410.201	612.270	78.585	1.101.056
Total		10.230.406	17.840.165	522.268	28.592.839

34 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2024, um valor de R\$ 19.430 (R\$ 16.271 em 2023) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 25).

Ainda em 2024, houve o aumento do capital social (nota 21) da Companhia no montante de R\$ 17.475 (R\$ 17.475 mesmo período de 2023), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2023.

35 EVENTO SUBSEQUENTE

35.1 Empréstimos e financiamentos – Captação

Em 05 de fevereiro de 2025, houve a liberação referente financiamento Lei nº 4.311, no montante de R\$ 295.000, com encargos financeiros anual JPY + 1,44% e taxa efetiva com derivativos CDI + 0,64%, pagamento de juros semestrais e amortização em dezembro de 2027, para reforço de capital de giro.

35.1 Debêntures – Emissão

Em 06 de março de 2025 foi aprovada a emissão de debêntures no valor de R\$ 3.192.000 (décima sexta), em duas séries: 1º série no montante de R\$ 2.400.000 com pagamento de juros trimestrais e com amortização em 5 parcelas trimestrais consecutivas, sendo a 1º parcela em fevereiro de 2029 e taxa efetiva anual CDI+0,59% (All-in Estimado CDI+0,72%) e 2º série no montante de R\$ 792.000 com pagamento de juros semestral e com amortização em 5 parcelas semestrais consecutivas, sendo a 1º parcela em fevereiro/2033 e taxa efetiva anual IPCA+7,7082%, com Swap String para CDI-0,02% (All-in Estimado CDI+0,41%). O recurso da 1ª série será destinado para gestão de passivos e a 2ª série para investimentos. As condições restritivas são: dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75 e EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25 (índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia).

35.3 Reajuste Tarifário – RTA

Com a aplicação da metodologia e dos procedimentos tarifários vigentes, o Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2025 da Companhia resulta no efeito médio de -3,66%. No entanto, na 11ª Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, realizada em 8 de abril de 2025, foi pedido vista do processo, a fim de avaliar os efeitos do trânsito em julgado da ação judicial interposta pela CPFL Brasil. A referida ação judicial visa afastar os efeitos das notas técnicas nº 23/2003-SEM/ANEEL e nº 81/2003-SFF/ANEEL e restabelecer o preço do contrato de compra de energia firmado com a Companhia em conformidade com a regulamentação vigente à época de sua assinatura. O montante do crédito em favor da CPFL Brasil, conforme critério adotado pela Advocacia-Geral da União – AGU, é de R\$ 4.678.104, atualizado até março de 2025, sendo que tal montante deverá ser pago pela Companhia para a CPFL Brasil. Com isso, as tarifas definidas no RTA de 2024 foram prorrogadas até que a ANEEL decida sobre o reajuste a ser implementado em 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

MINGYAN LIU
Conselheira

TAYON FERNANDO MOURA BRAATZ SANTOS RODRIGUES
Conselheiro

DIRETORIA

ROBERTO SARTORI
Diretor Presidente

KEDI WANG
Diretora Financeira
e de Relações com Investidores

GUSTAVO KODAMA UEMURA
Diretor Comercial

**OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
ALVARES**
Diretor de Operações

JAIRO EDUARDO DE BARROS
Diretor de Assuntos Regulatórios

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6

www.pwc.com.br

Companhia Paulista de Força e Luz

***Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Paulista de Força e Luz

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Paulista de Força e Luz ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021. -

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021. -

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

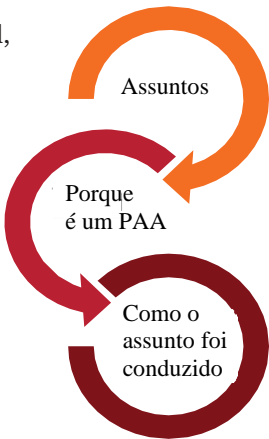
Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Paulista de Força e Luz a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto. -



Companhia Paulista de Força e Luz

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
-----------------	---

Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Nota 6)

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, que em 31 de dezembro de 2024 somava R\$ 684.284 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.

Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida por classe de consumo e tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Comparamos nosso recálculo com os valores apurados pela administração.



Companhia Paulista de Força e Luz

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	<p>Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.</p>

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente em de 26 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Companhia Paulista de Força e Luz

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Companhia Paulista de Força e Luz

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 28 de abril de 2025

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers' followed by a stylized signature.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1



Adriano Formosinho Correia Contador CRC
1BA029904/O-5

TERMO DE RESPONSABILIDADE
Referente Demonstrações Contábeis Regulatória

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Campinas, 28 de abril de 2025.

Concessionária: COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

TERM OF RESPONSIBILITY
Concerning Regulatory Financial Statements

By this Term of Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the information submitted to the National Electric Energy Agency - ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as science of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amounts received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.

Campinas, April 28, 2025.

Concessionaire: COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

DocuSigned by:

Roberto Sartori

B34965DDB623422...

Roberto Sartori
Diretor Presidente
President
CPF: 916.517.430-53

Signed by:

Kedi Wang

163BFB46F67A478...

Kedi Wang
Diretora Financeira e de Relações com
Investidores
Financial and Investor Relations executive
Officer
CPF: 050.180.008-56

DocuSigned by:

Ana Paula Peressim de Paulo

9AB50212BD6E4BC...

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
Accounting Manager of Distributors CT
CRC 1SP217200/O-6
CPF: 171.567.218-60

<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004</p> <p>Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:</p> <p>...</p> <p>X – fornecer informação falsa à ANEEL;</p> <p>CÓDIGO PENAL</p> <p>Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.</p> <p>Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.</p>	<p>Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004.</p> <p>Art 7 - Constitutes an infraction, subject to the imposition of the penalty fine of Group IV:</p> <p>...</p> <p>X - provide false information to ANEEL;</p> <p>PENAL CODE</p> <p>Art. 171 - Obtain, for yourself or others, unlawful advantage, to the detriment of others, inducing or keeping someone in error, through artifice, ruse, or any other fraudulent means.</p> <p>Art. 299 - Omit, in a public or private document, a statement that should appear on it, or insert a false statement or different statement from that which should be written, in order to prejudice law, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact.</p>
---	---